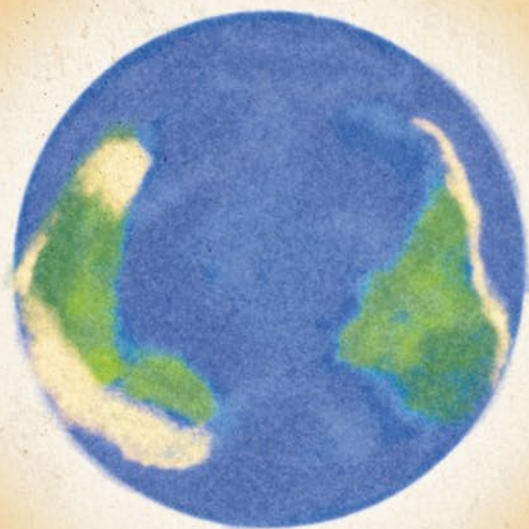


EXTREMOS CLIMÁTICOS, CUIDADO E SAÚDE MENTAL

*O papel das mulheres do Sul Global na
sustentação da terra*



Realização: **INSTITUTO**
equit
GÊNERO, ECONOMIA
E CIDADANIA GLOBAL

Hivos
people unlimited

Financiador: **VAC**
VOZES PELA AÇÃO CLIMÁTICA JUSTA



EXTREMOS CLIMÁTICOS, CUIDADO E SAÚDE MENTAL

*O papel das mulheres do Sul
Global na sustentação da terra*



Organização: Paula Moreira
Coordenação: Lucía Santalices
Ilustrações: Glaucus Noia / www.glaucusnoia.com
Tradução: Ricardo Silveira
Edição e revisão: Lucía Santalices
Projeto gráfico e diagramação: Letra e Imagem

Para maiores informações, consulte:
Instituto EQUÏT – Gênero, Economia e Cidadania Global
Rua da Lapa, 180 – 908/909
Rio de Janeiro, Brasil
www.equit.org.br
equit@equit.org.br

Realização:
INSTITUTO
equit
GÊNERO, ECONOMIA
E CIDADANIA GLOBAL

Hivos
people unlimited

Financiador:
VAC
VOZES PELA AÇÃO CLIMÁTICA JUSTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

I59e Instituto Equit

Extremos Climáticos, Cuidado e Saúde Mental: o papel das mulheres do Sul Global na sustentação da terra / Instituto Equit ; coordenado por Lucía Santalices, Paula Moreira ; traduzido por Ricardo Silveira ; ilustrado por Glaucus Noia. - Rio de Janeiro : Red de Género y Comercio, 2025.
152 p. ; 21cm x 29,7cm.

ISBN: 978-65-87508-19-1

1. Economia. 2. Gênero. 3. Feminismo. 4. Mudanças Climáticas. I. Santalices, Lucía. II. Moreira, Paula. III. Silveira, Ricardo. IV. Noia, Glaucus. V. Título.

2025-4893

CDD 305.42
CDU 396

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410
Índice para catálogo sistemático:
1. Feminismo 305.42
2. Feminismo 396



Sumário

Introdução.....	6
<i>Paula Franco Moreira</i>	

ARTIGOS

O neoliberalismo, os cuidados e as mudanças climáticas na vida das mulheres	14
<i>Graciela Rodriguez</i>	

A louça não termina: mulheres e o cuidado segurando a casa, a peteca e a economia.....	22
<i>Marina Cortez</i>	

Desigualdade de gênero, crise climática e insegurança alimentar: o avesso da agricultura monocultora industrial.....	28
<i>Vívian Braga</i>	

Rumo à justiça climática: ecofeminismo interseccional, desconstrução das desigualdades de gênero e princípios decoloniais para o financiamento climático	36
<i>Paula Franco Moreira e Sarah Nannyondo (Okello)</i>	

Saúde Mental, clima e cuidado comunitário.....	42
<i>Carla Antelante da Cruz e Sayonara Bezerra Malta</i>	

O protagonismo feminino frente à crise climática: mulheres e a capacidade adaptativa	46
<i>Danielle Almeida de Carvalho</i>	

Quebradeiras de coco Babaçu: saberes, resistência e redes no Médio Mearim.....	50
<i>Vanessa Cristina Silva Neco</i>	

Cosmologias ancestrais, mulheres e emergências climáticas.....	54
<i>Sayonara Bezerra Malta (Sayô Adinkra)</i>	

Aonde a monocultura não pode nos levar: um ensaio sobre as relações entre arte e clima.....	58
<i>Lucía Santalices</i>	

Manifesto Piracema	65
--------------------------	----

CASOS NACIONAIS

Ocupação Nova Conquista: um território de resiliência em Imperatriz	68
<i>Conceição Amorim</i>	
Josinas de fibra: sustentabilidade ambiental na produção artesanal.....	73
<i>Vanessa Cristina Silva Neco</i>	
Mulheres da Cocanha: mãos que sustentam o mar, a mesa e a memória.....	78
<i>Danielle Almeida de Carvalho</i>	
A experiência do #QuilomboDiMaria: o cuidado que articula saúde e cultura como campo de política pública comunitária	82
<i>Carla Antelante da Cruz e Sayonara Bezerra Malta</i>	
Raça, gênero e território: jovens mulheres no enfrentamento da crise climática	87
<i>Marcela Toledo, Mariana de Paula e Mariana Galdino</i>	
Catadoras periféricas e justiça climática: saberes, resistência e economia do cuidado em contextos de crise	90
<i>por Nanci Darcolléte</i>	
Mandí 10 anos.....	91
<i>Dalissa Cabral e Ligia da Paz</i>	
Mulheres, clima e território: seringueiras	94
<i>Angélica Mendes, Hannah Lydia e Angela Mendes</i>	
Mudanças climáticas impactam atividades de parteiras indígenas	95
<i>Robson Baré</i>	

CASOS INTERNACIONAIS

A Terra fala e a cidade escuta: uma história de reconexão.....	98
<i>Ana Carolina Benítez</i>	
O caso da Tunísia sobre os cuidados climáticos: mulheres agricultoras preservando sementes e sustentando futuros.....	100
<i>Essia Guezzi</i>	
Mulheres de Oued Sbeyhia: guardiãs da terra, água e ecossistemas.....	103
<i>Essia Guezzi</i>	
O Caso da Zâmbia na relação clima-cuidados: mulheres contra a mudança climática cuidando da humanidade	105
<i>Mangiza Chirwa</i>	

Guardiãs da Terra: mulheres quenianas lideram a ação climática 107
Ndinda Maithya

Colhendo igualdade: mulheres do campo cultivando a mudança no Quênia 110
por Cynthia Omondi

A peça que falta na transição energética limpa 114
Sheila Oparaocha

A vida das pescadoras na Indonésia diante da crise climática 117
Trisa Lusiandari

Considerações Finais 120
Paula Franco Moreira e Graciela Rodrigues





Introdução

Paula Franco Moreira¹

Em um cenário de agravamento extremo até o ano de 2050, estima-se que cerca de 158 milhões de mulheres e meninas poderão ser empurradas para a pobreza extrema — número que supera em 16 milhões o total de homens e meninos afetados. Além disso, aproximadamente 236 milhões de mulheres enfrentarão insegurança alimentar, segundo dados da ONU Mulheres (2024). A intensificação desse quadro está diretamente ligada à ausência de medidas eficazes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Apesar da urgência da crise, apenas 0,04% dos recursos climáticos globais são direcionados à promoção da igualdade de gênero, revelando uma falha estrutural na compreensão da conexão entre justiça climática, resiliência e violência baseada em gênero (Iniciativa Spotlight).

Este livro é fruto de discussões globais sobre o papel das mulheres do Sul Global nos temas de macroeconomia, emergência climática e financiamento do desenvolvimento, iniciadas em 2022, unidas por duas iniciativas de cooperação internacional, integradas entre si: uma chamada Vozes pela Ação Climática Justa (VAC) e outra chamada Nossos Futuros Feministas, ambas lideradas pela Hivos no Brasil. Nesse contexto, em conjunto com a organização brasileira parceira Instituto Equit – Gênero Economia e Cidadania Global –, em preparação para o encontro do G20 (2024) no Rio de Janeiro, incorporamos a esta discussão o combate ao racismo ambiental, trazendo lideranças de mulheres africanas com suas propostas e histórias. Nesta caminhada, percebemos posicionamentos comuns que puderam ser fortalecidos com o diá-

logo e união de vozes, e que estávamos preenchendo uma lacuna de discussões e propostas. Assim, antes de encerrar este ciclo da cooperação internacional, tomamos a decisão de registrar o legado destas discussões e propostas para ampliar o debate, buscando mais líderes mulheres. Mulheres conhecedoras de soluções climáticas e/ou provedoras do cuidado, ou de enfrentamentos aos impactos severos da mudança do clima, e mulheres líderes em políticas públicas da América Latina, África e Ásia.

Dessa maneira, esta publicação procura trazer algumas respostas decoloniais e feministas para a crise climática que atravessa toda a Humanidade. Somos **vinte e três autoras do Sul Global** aqui reunidas pela primeira vez, **de oito países** (Senegal, Uganda, Zâmbia, Quênia, Tunísia, Indonésia, Colômbia e todas as regiões do Brasil), trazendo suas contribuições, conhecimentos, experiências, ideias e soluções para as inúmeras crises que vivemos. Que crises são estas? Falaremos das guerras, da pobreza, da violência, do fascismo, machismo, colonialismo, capitalismo, tudo isso agravado pelas emergências climáticas.

Entre as questões que as autoras procuraram refletir no decorrer do livro, temos: Por que e como soluções climáticas locais cocriadas por mulheres do Sul Global podem colaborar para reduzir os impactos das mudanças climáticas e adaptar aos seus extremos? Por que essas soluções devem ser escaladas e consideradas para fins de políticas públicas? Quais são seus pilares e existem elementos comuns? Por que as mulheres do sul global devem ser priorizadas para receber

¹ Paula articula mulheres do Sul Global em prol de uma sociedade justa, decolonial, inclusiva, sustentável e feminista. Atua também com a ampliação de soluções climáticas locais e planejamento urbano à luz da justiça climática. Está como gerente do programa Vozes por uma Ação Climática Justa (VAC) da Hivos no Brasil, que fortalece a sociedade civil de 9 países do Sul Global (Brasil, Bolívia, Paraguai, Zâmbia, Quênia, Tunísia e Indonésia) para avançar a pauta da justiça climática. É advogada, doutora em relações internacionais em redes transnacionais de ativismo no Sul Global (UnB), pós-doutora em monitoramento participativo de hidrelétricas na Bacia Amazônica (Universidade Federal do Tocantins em conjunto com Universidade da Florida) e em planejamento energético a luz dos Direitos Humanos (Unicamp).

financiamento climático? Podemos afirmar que a reprodução de práticas e ações coloniais, racistas, classistas e patriarcais, perpetuam e agravam a crise climática?

Além dessas questões em um mundo em emergência climática, guerras militares entre países, guerra entre e contra as *big techs*, o papel do cuidado, exercido majoritariamente por mulheres, segue tradicionalmente invisibilizado. Tenho a honra de apresentar a você reflexões e causos sobre o papel da mulher do Sul Global. Esta publicação que está em suas mãos traz reflexões sobre este importante trabalho de cuidado, cuidado com a humanidade, cuidado com a terra. Existem elementos comuns entre as soluções trazidas por estas mulheres das diferentes regiões do Brasil e do Sul global? Brasil, Colômbia, Zâmbia, Quênia, Tunísia, Senegal e Indonésia? Discutindo abordagens ecofeministas decoloniais, procuramos traçar pilares em comum entre as diversas experiências.

Foram levantadas realidades de diferentes ativas dos direitos das mulheres, e ambientalistas do movimento pela justiça climática em países colonizados que influenciam e continuam a influenciar ações e políticas da mudança do clima. A pesquisa busca analisar, reconhecer e focar no papel que as mulheres (muitas representantes de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais) nos territórios analisados desempenham na proteção do planeta através de ações ambientalmente sustentáveis como guardiãs e cuidadoras na defesa da vida.

COMO O LIVRO ESTÁ DIVIDIDO?

Unimos autoras brasileiras às africanas, passando também por Indonésia e Colômbia. Das profundezas do Acre da Amazônia à periferia do Rio de Janeiro, passando pelas quebradeiras de coco do Maranhão e periferias de Belém. Percebemos aspectos em comum que estamos tratando nos seminários que atravessamos até o presente.

Desde a ciência do parto, nata e verdadeiramente feminina, exercida pelas parteiras da et-

nia Baré, norte do Amazonas, até as seringueiras guardiãs do Acre; das agricultoras no Zâmbia às quebradeiras de coco no Maranhão; das especialistas em transição energética no Senegal às articuladoras ambientais Jandyras em Belém; das marisqueiras de Caraguatatuba às pescadoras das ilhas da Indonésia; das trocadoras de sementes no iminente deserto da Tunísia às cuidadoras do Quilombo di Maria em Salvador, na Bahia. São elas que já trazem as soluções para cuidar da humanidade e do planeta. Queremos vocalizar, queremos ser visíveis, faladas, envolvidas, protagonistas e líderes.

A primeira parte do livro traz artigos em reflexões teóricas sobre os temas que tratamos: extremos climáticos, cuidado, saúde mental, papel das mulheres, justiça climática. O livro inicia com capítulo de **Graciela Rodriguez**, trazendo elementos para demonstrar como a macroeconomia neoliberal explora tanto a natureza quanto o trabalho das mulheres, e fazendo uma correlação entre as dominações. A *visão ecofeminista* é apresentada como alternativa à lógica neoliberal, colocando a vida e o cuidado (e não o lucro) no centro da atividade humana, defendendo um comércio mais local e sustentável e a valorização das políticas públicas de cuidado. Afirma que a luta por justiça climática e a luta por igualdade de gênero são indissociáveis, e passam pela crítica a esse modelo e pela defesa de uma economia baseada no cuidado dos comuns.

Marina Cortez discute o conceito de *cuidado*, essencial tanto para o funcionamento das economias dos países e a geração de riqueza, quanto para a reprodução da vida, da harmonia e paz nos lares (e que se reflete na rua, cidade, país) e como a divisão desigual dessa carga entre os gêneros vem sobrecarregando as mulheres, sobretudo em contextos de emergência climática.

No capítulo seguinte, **Vivian Braga** argumenta que combater a crise climática e a fome *requer* dismantelar o modelo agroindustrial e *adotar* abordagens agroecológicas lideradas por mulheres, que colocam a vida, o cuidado e a comunidade no centro, em oposição ao lucro e à exploração.

Carla Antelante da Cruz e Sayonara Bezerra Malta discutem o entrelaçamento entre saúde mental, cuidado comunitário e emergência climática, afirmando que a crise climática afeta profundamente a saúde mental, especialmente em comunidades periféricas e racializadas. Elas propõem uma abordagem interseccional e comunitária para enfrentar esses desafios, valorizando saberes ancestrais e práticas colaborativas, concluindo que a saúde mental deve ser central nas políticas públicas voltadas à crise climática.

Em seguida, **Danielle Almeida de Carvalho**, destaca que o protagonismo feminino frente à crise climática, abordando tecnicamente o conceito de *capacidade adaptativa*, argumentando que as mulheres são protagonistas centrais na construção dessa capacidade, especialmente no contexto da crise climática, apesar de sua contribuição ser frequentemente invisibilizada.

Vanessa Neco, por sua vez, traz a potente voz das Quebradeiras de coco Babaçu do Médio Meirim, testemunhando como a organização coletiva de mulheres, baseada em saberes tradicionais e uma relação de cuidado com a natureza, é uma força poderosa de resistência e resiliência frente a ameaças econômicas, ambientais e sociais.

Sayô Adinkra então, propõe uma reflexão sobre as respostas à crise climática a partir de um lugar epistemológico específico: a *cosmologia ancestral das mulheres*, particularmente o das parteiras tradicionais. A autora argumenta que suas cosmologias e práticas oferecem formas complexas e eficazes de compreender e habitar o mundo, essenciais para enfrentar as emergências atuais.

A artista **Lucia Santalices** explora as profundas conexões entre arte, cultura e crise climática, argumentando que a monocultura — tanto agrícola quanto cultural — é uma força destrutiva que ameaça a diversidade e a resiliência socioambiental, ressaltando o poder da arte engajada para denunciar injustiças climáticas, fortalecer o pertencimento territorial e revitalizar conhecimentos tradicionais.

Por fim, eu e minha colega **Sarah Nannyondo (Okello)** trazemos a abordagem do femi-

nismo interseccional decolonial como resposta à crise climática, dando um passo a passo para sua implementação rumo à renegociação de direitos desiguais, reimaginação e recuperação do equilíbrio entre as pessoas e a natureza. No final, ressaltamos que isso só será possível através da liderança e responsabilidade da sociedade civil local e potencialização de soluções climáticas locais, em especial lideradas por mulheres, como veremos na **Parte II deste livro**.

Assim, na segunda parte do Livro, veremos os **Estudos de Caso**, que evidenciam, na maioria das vezes, os pilares do ecofeminismo. Veremos como na **Ocupação Vila Nova Conquista**, na cidade maranhense de **Imperatriz** foi possível que as mulheres, com engajamento intergeracional, conseguissem valorizar a autonomia na gestão de saberes da comunidade para a “construção do território de resiliência”, conectando conhecimentos com a realidade do território e assim criando espaços coletivos de bem viver, como uma praça e um centro cultural.

As **Josinas da Terra**, encontraram no aproveitamento das folhas de bananeiras que se acumulavam nos quintais, a possibilidade de descobrir sua criatividade no artesanato que valorizou seu trabalho produtivo.

Também nos encontramos com as **mulheres da Praia da Cocanha no litoral paulista**, que buscam sustentar o cuidado da família com a manutenção da tradição caiçara, valorizando esses modos de vida tradicionais que cuidam do mar, da mesa e da memória; do mesmo modo que as “manas” pensam e cuidam do meio ambiente como espaço de origem, lar e refúgio, percebendo no resgate dos saberes das rezadeiras e curandeiras, uma chave para cuidar da comunidade junto com a natureza em volta.

Já o **Coletivo Quilombo di Maria, da periferia de Salvador** (Bahia) vivencia uma experiência de afirmação radical da existência, mostrando a capacidade regenerativa e a potência vital dos corpos que pulsam com a memória, a luta, o afeto, e a sabedoria da sua população e dos seus territórios.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, o



projeto Futuros Feministas **Manas – Jovens Lideranças movendo o mundo por Justiça Climática** evidenciou que a justiça climática está profundamente ligada a raça, gênero e território, pois mulheres negras periféricas são as mais impactadas por eventos extremos e também as primeiras a organizar redes de solidariedade. As soluções climáticas se conectam aos saberes tradicionais afro-indígenas, como os do **Cure (Zona Norte), quilombo Branco de São Benedito e Casa Memória da Mulher Kalunga**. Os territórios periféricos e tradicionais são vistos como espaços de potência. A visão das jovens é de um futuro em que seus saberes, liderança e direito ao bem-viver sejam reconhecidos, fortalecidos e financiados como pilares da justiça climática.

Ao mesmo tempo, as **catadoras periféricas do município de São Paulo** nos ensinam a forma como, com a valorização de suas práticas, constroem cotidianamente visões de um futuro de alternativas sustentáveis, e elas próprias como agentes dessa construção.

Se as mudanças climáticas estão chegando e crescendo na percepção das populações de todo o Brasil, muitas mulheres já se transformaram em articuladoras ambientais, formando redes que incluem as agendas ambientais em grande número de estados, especialmente os amazônicos, como a **Rede Jandyras, que já criou o Fórum Municipal de Mudanças Climáticas de Belém, e as Seringueiras do Acre que cuidam de lares e florestas em pé**, segurando – todas elas – o mundo com as próprias mãos.



Já as **parteiras de São Gabriel da Cachoeira no Amazonas** tecem saberes que amalgamam conhecimentos sobre o tempo das chuvas, do florescer das plantas e do amadurecimento dos frutos com a gestação, o parto e a amamentação das crias, que se veem afetados por conta das mudanças climáticas que precisam ser enfrentadas.

Vizinha do Brasil, Natalia Luna, **de Narino, Colômbia**, revela seu trabalho de cuidado como transformação social, exercendo uma forma de ativismo regenerativo, que busca restaurar conexões perdidas entre pessoas, territórios, saberes, e entre o urbano e o rural. Através de um novo

modelo de Agricultura Apoiada pela Comunidade (CSA) gerenciado por mulheres, Natália representa uma geração que cuida do futuro ao integrar ciência, ancestralidade e inovação.

No norte da África, a conexão com a terra e com a água das mulheres de **três regiões Tunisienses, Takelsa (Nabeul), Djerba e Gafsa** não é apenas econômica — é emocional, cultural e ancestral, como uma questão de identidade, dignidade e sobrevivência, atravessada por conhecimentos tradicionais. Utilizam conhecimentos tradicionais como conservação de sementes indígenas com cinzas, rotação de culturas e agricultura em terras secas. Organizam-se em cooperativas para fortalecer a soberania alimentar e resistir à degradação ambiental. Porém, apesar de liderarem práticas sustentáveis e promoverem uma transição ecológica justa, com foco em dignidade, equidade e justiça climática e de gênero, são alvo de discriminações, sendo, por exemplo, excluídas de espaços de decisão e recebendo metade da herança em relação aos homens.

No **Zâmbia**, país da região sul da África, a colega Mangiza Chirwa ressalta que os impactos dos extremos climáticos são desproporcionais para as mulheres zambienses, devido às suas funções na agricultura, na coleta de água e nos cuidados familiares. Durante secas e enchentes, enfrentam insegurança alimentar, sobrecarga de trabalho e maior exposição à violência de gênero. Por outro lado, as mulheres Zambienses cumprem um papel crucial no equilíbrio dos recursos naturais do país, preservando suas práticas ancestrais, como a conservação de sementes com cinzas e fumaça, técnica transmitida entre gerações e que ajuda a preservar a biodiversidade, enquanto mantêm bancos comunitários de sementes, fortalecendo a segurança alimentar e a adaptação climática. Também foram responsáveis pela elaboração do Plano de Ação de Gênero para Mudanças Climáticas que reconhece a importância da inclusão feminina nas políticas climáticas e na agricultura resiliente.

No **Condado de Makueni, Quênia**, Ndinda Maithya conta que as mulheres — apesar de apenas 25% possuir terras agrícolas, embora

representem 80% da força de trabalho agrícola (além de suas responsabilidades tradicionais de cuidado não remunerado) —, para enfrentar os desafios ambientais locais, utilizam seus conhecimentos tradicionais e ancestrais, como a purificação de água com cinzas, o uso de ervas para repelir pragas e a preservação de sementes indígenas. **Ainda no Quênia**, Cynthia Omondi conta que as mulheres quenianas, apesar de enfrentarem desigualdades históricas e sociais, estão transformando a agricultura local por meio de práticas sustentáveis e liderança comunitária. Apesar de representarem até 65% da força de trabalho agrícola no país, enfrentam exclusão nas tomadas de decisão políticas, falta de acesso a terra, financiamento e tecnologia. Através de uma abordagem feminista, ecofeminista e decolonial para reconhecer o papel dessas mulheres como agentes de mudança, elas propõem que o futuro da alimentação pertence a quem nos alimenta — e é hora de deixá-las liderar (conforme livro *Harvesting Equality*², recém publicado).

A partir da Diáspora Africana, iremos encontrar imensos paralelos com as histórias contadas por africanas, como a de Randa, do município de **Tambacounda em Senegal**, contada por Sheila Oparaocha. Randa trabalha criando organizações lideradas por mulheres, que lutam contra a pobreza energética. O caso relata a formação de mulheres empreendedoras em energia renovável, trazendo tecnologias como bombas solares e fogões limpos e transformando comunidades rurais. O debate centraliza que a transição energética deve ser justa, inclusiva e centrada nas mulheres, e enfatiza que o sucesso não deve ser medido apenas em megawatts, mas em avanços reais em igualdade de gênero e justiça social.

Por fim, da Ásia, a colega Trisa Lusiandari traz a história da região de **Kupang, na Indonésia**, que vem sofrendo com eventos climáticos extremos, como o ciclone Seroja (2021), que impactam a pesca e aumentam os custos de vida. As mulheres, essenciais na cadeia pesqueira, não são

reconhecidas oficialmente, dificultando o acesso a benefícios. Yasinta, do coletivo Majelis Nelayan Bersatu, ajuda mulheres a obter o cartão KUSUKA, que dá acesso a serviços. Desde criança, Yasinta restaura manguezais e atua voluntariamente na guarda costeira — trabalhos majoritariamente femininos e invisibilizados economicamente.

Este livro procurou analisar, através de experiências de luta e justificações de povos indígenas, mulheres camponesas, negras, e de minorias do Sul Global, de que maneira os poderes coloniais não desapareceram, e ao contrário, continuam a se expandir sobre os territórios. Por conseguinte, a pesquisa visa desvendar narrativas, teorias e soluções para formas alternativas de enfrentar os desafios do desenvolvimento decorrentes do neoliberalismo, do capitalismo e do neo-colonialismo, que não só restringem os direitos dos povos como continuam a destruir culturas e ecossistemas. Nesta publicação procuramos evidenciar, através de capítulos teóricos e estudos de caso de inúmeras parcerias de grupos de mulheres do Sul Global, a necessária e inegável conexão, cada vez maior entre os temas de cuidado e clima. Isto quer dizer que políticas públicas de cuidado e a agenda de adaptação às emergências climáticas devem conversar e ser articuladas através de uma agenda de diálogo.

Este livro objetiva contribuir para o reconhecimento dos serviços de cuidado, como necessidade de adaptação climática, e o necessário vínculo com o financiamento climático. Convidamos você a ler todos os capítulos, estudos de caso até a conclusão; que seja uma leitura realizada com a sabedoria de seus ancestrais, e que lhe toque o coração. E se você for tomadora/r de decisões sobre financiamento climático, use esta robusta literatura para direcionar prioritariamente às mulheres do Sul Global que se dedicam secularmente ao trabalho invisibilizado do cuidado.

Agradeço às autoras e ao autor indígena Robson Baré por terem embarcado neste esforço de

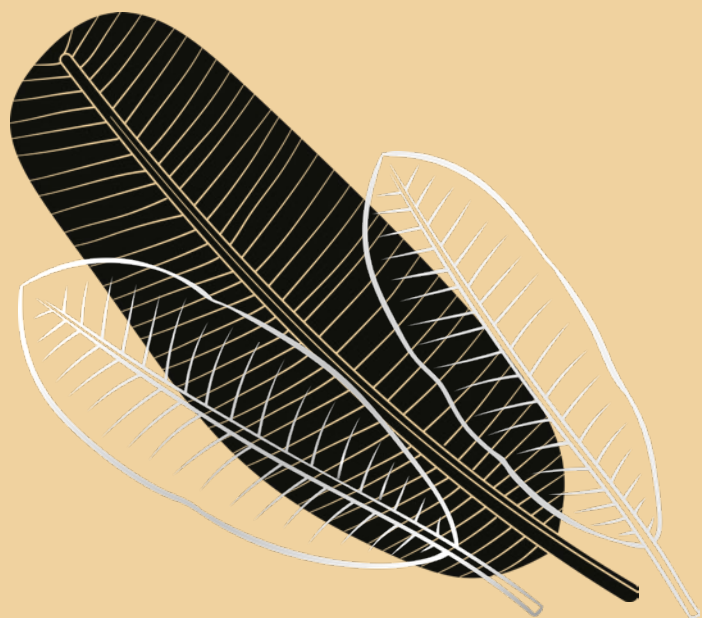
² *Harvesting Equality: a groundbreaking call for change in African agriculture*. In: <https://hivos.org/harvesting-equality-a-groundbreaking-call-for-change-in-african-agriculture/>

registro para ampliar nossas trocas, por acreditar na gente e nossos sonhos em comum; à editora, artista, escritora e revisora Lucía Santalices, sem a qual este feito não seria possível; a Mark Schlee-doorn, por ter ampliado nossos diálogos para o Senegal e Colômbia; e à Hivos, por ter acreditado nesta ideia e ter oportunizado esta empreitada protagonizando e protagonizada por mulheres do Sul Global. Que venham muitas mais iniciativas, e tenhamos diálogos maiores e políticas públicas pró cuidado, pró mulheres e em especial, pró mulheres racializadas.

Por fim, gostaria de dedicar esta publicação àquelas que vieram antes de mim, que cuidaram de mim e tornaram a minha existência e dos meus filhos possível: minha avó Dona Chiquinha, que largou seus sonhos de estudar fora para cuidar dos 6 filhos e netos. Dedico principalmente à minha mãe, a professora Telma, que com muita coragem, conseguiu aliar, a duras penas e claro, com ajuda de Dona Chiquinha, seus trabalhos de cuidado da família com sua profissão de professora.

Boa leitura!







ARTIGOS



O neoliberalismo, os cuidados e as mudanças climáticas na vida das mulheres

Graciela Rodriguez¹



¹ Mestra em Sociologia, com estudos em gênero, coordenadora do Instituto EQÜIT - Gênero, Economia e Cidadania Global; Co-coordenadora da Rede de Gênero e Comércio América Latina; Coordenadora da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos desde 2020; Coordenadora Global da IGTN *International Gender and Trade Network*. 2006 – 2010. Participa de diversas articulações e redes de movimentos sociais e do movimento feminista, no Brasil e na América Latina, para focar em questões macroeconômicas, relacionadas à globalização, acordos de comércio e investimento, processos de integração regional, BRICS e G20, negociações climáticas etc. e seus impactos de gênero.

Conectar a vida cotidiana das mulheres com as políticas econômicas que se definem nos âmbitos globais, ou dito de outro modo, pensar de que maneira o neoliberalismo, impulsionado pelas instituições financeiras multilaterais, vem impactando nas últimas décadas a vida das mulheres nos territórios, resulta necessário e importante de ser visibilizado, embora não seja tarefa de fácil sistematização. Tais conexões são extensas e profundas e tem modificado aceleradamente o cotidiano das mulheres.

A globalização, atualmente em declínio, as políticas ultra-neoliberais que continuam em expansão, o ajuste fiscal generalizado em diversos países como única receita de controle econômico, a crescente precarização do trabalho, os impactos das mudanças climáticas e das problemáticas ambientais, a crise sanitária global que se arrasta desde a pandemia, as deficiências em termos de segurança e soberania alimentar, direitos humanos e direito aos cuidados, estão entre os principais desafios e problemas que afligem às mulheres.

Muitas destas problemáticas revelam justamente o fracasso da lógica impulsada nas últimas décadas de globalização, com as políticas adotadas pelos países do chamado Norte Global², alguns deles reunidos no G7, e especialmente da política de liberalização comercial e de investimentos promovida pelos Estados Unidos, potência hegemônica global consolidada após a Segunda Guerra Mundial.

A globalização econômica, que desde a década de 1980 promove intensas e violentas mudanças no modelo econômico, foi fundamental para o estabelecimento de uma nova fase de acumulação capitalista. Nela, o comércio internacional, definido através dos acordos comerciais e na OMC – Organização Mundial do Comércio³

– ganhou importância devido ao seu papel na circulação de mercadorias, desde então produzidas em qualquer lugar do mundo para serem consumidas em qualquer país.

Entretanto, podemos concluir que esse modelo de livre comércio e de liberalização do fluxo de investimentos, não tem conduzido os países ao desenvolvimento – como era a promessa da globalização – e sim, na maioria deles, tem provocado um “crescimento empobrecedor”, associado à concentração de riquezas, e ao aumento global da desigualdade e da pobreza.

Suas contradições, por sua vez, ultrapassam o campo econômico, e as consequências sociais e políticas se multiplicam. De fato, essas políticas comerciais, que não surgiram isoladamente, mas em conjunto com políticas e processos de liberalização dos fluxos de capitais, facilitaram uma intensa financeirização internacional.

COMÉRCIO E LIBERALIZAÇÃO DOS FLUXOS DE INVESTIMENTO

Em efeito, a internacionalização acelerada da produção, inicialmente concentrada no Norte Global, promoveu a transferência de suas fábricas para diversos países do Sul Global⁴, não só ampliando a transnacionalização de suas corporações como também provocando um cataclismo na forma de organização da produção, com a fragmentação das cadeias produtivas devido à especialização e complementaridade da produção espalhada em diversos países e regiões. Em termos internacionais, a desigual divisão do trabalho, que já existia entre e dentro dos países, foi-se aprofundando e acabou consolidando ainda mais as economias já desenvolvidas, ao passo que manteve os países empobrecidos, em especial as

² Chama-se Norte Global ao conjunto dos países mais ricos ou desenvolvidos, e por sua vez, muitos deles formam o G7: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

³ A OMC foi criada em 1995 e teve como antecessor o GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, que desde o pós II Guerra Mundial promoveu rodadas de negociação, buscando liberalizar o comércio internacional através da abertura de mercados, eliminando ou reduzindo barreiras e tarifas comerciais entre as nações participantes dos acordos.

⁴ Denomina-se Sul Global ao conjunto de países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, especialmente aqueles com histórias de colonização e nos quais ainda se mantêm desigualdades e desafios socioeconômicos persistentes.

Mudanças climáticas como resultantes do modelo produtivo

Desde os anos 1960-70 temos ouvido falar em Mudanças Climáticas como um problema grave, produzido pelo aumento da temperatura global no planeta como resultado da concentração de alguns gases poluentes na atmosfera, gases estes produzidos por diversas atividades humanas ao longo, especialmente dos últimos séculos. Essa ação humana vem realizando emissões sobretudo a partir de atividades econômicas que estão intrinsecamente ligadas ao modelo produtivo empregado para suprir as necessidades da vida, em especial a produção de bens para alimentação, vestuário, transporte etc. Porém, essas emissões têm crescido devido a um consumo cada vez mais ampliado de bens supérfluos e bens contaminantes desde sua própria produção, e que precisam de energia emissora dos chamados gases do efeito estufa (GEE). O aumento da concentração desses gases na atmosfera provoca a retenção de calor, que resulta no aquecimento global.

Esta rápida contextualização é para entendermos de que maneira o **modelo de produção**, e não só como dito geralmente, “as atividades humanas”, de modo geral, como esse modelo produtivo que vem contribuindo com a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a queimada de florestas, a agropecuária extensiva, a indústria e outras atividades, acaba provocando essa **tendência ao aquecimento global** que está promovendo as **Mudanças Climáticas**.

Resulta importante reconhecer que a continuidade do **crescimento econômico ilimitado** como o conhecemos tem-se tornado **insustentável**; que não são todas as atividades humanas, mas sim essa manutenção das condições produtivas que geram aquecimento, provocando extremos climáticos e a atual **emergência socioclimática** que vivemos; e que os povos nos territórios e suas formas tradicionais de vida têm muito a ensinar sobre modos mais harmoniosos de diálogo com a terra.

economias colonizadas, enquanto provedores de matérias-primas, fortalecendo um mundo de fortes assimetrias entre países e regiões.

Evidentemente, isso produziu uma significativa ampliação produtiva, promovida pelo fluxo das empresas em direção a países com salários menores, em especial das mulheres, utilizados por muitos governos, como um chamariz para promover os investimentos. Entretanto, esse consumo crescente de bens, baseado numa lógica de expansão infinita de mercadorias, mostrou rapidamente sua insustentabilidade num planeta de recursos finitos, promovendo a aceleração das mudanças climáticas.

Assim, a atual situação geopolítica global é em grande parte consequência da expansão das cadeias produtivas globais de valor promovida pela globalização, antecedida já pelo intenso processo de colonização dos séculos anteriores – que promoveu uma produção baseada no extrativismo

de matérias-primas até chegar mais recentemente ao saqueio irracional de bens naturais e humanos do Sul Global na globalização ultra-neoliberal. Assim, nas últimas décadas a provisão global de matérias-primas para o Norte Global, mais rico e desenvolvido, junto à internacionalização da produção e distribuição das mercadorias têm-se tornado fatores fundamentais para o agravamento da mudança climática.

Deste modo, podemos entender de que maneira o rápido crescimento do comércio mundial de mercadorias, que tem expandido enormemente a produção e o consumo de bens e serviços, vem multiplicando também a chamada mudança climática com tendência ao aumento da temperatura global. O sistema produtivo exportador de commodities e serviços, especialmente do Sul para o Norte Global, e o comércio de bens manufaturados e serviços provenientes do Norte Global para países não industrializados são determi-



E aqui precisamos nos deter para pensar sobre os efeitos dessa emergência climática na vida cotidiana das pessoas, nas atividades domésticas e no chamado **trabalho reprodutivo**, geralmente realizado pelas mulheres e que mantêm cotidianamente a vida de pé, com as tarefas essenciais para nos manter vivos, com saúde e disposição para brincar, estudar, e trabalhar todos os dias. Faz vários anos, o feminismo através da chamada “economia dos cuidados” enfrenta a necessidade de visibilizar e, sobretudo, valorizar o trabalho reprodutivo ou de cuidado não remunerado realizado por mulheres em ambientes domésticos para sustentar a vida e a força de trabalho.

Para compreender essa relação entre cuidado, trabalho produtivo remunerado e trabalho reprodutivo não remunerado em um mundo globalizado, precisamos compreender os acordos comerciais. O avanço da liberalização do comércio e da livre circulação de capitais também têm sido importantes nas negociações sobre serviços na OMC e em acordos bilaterais. Claramente, essas negociações de liberalização dos serviços, têm-se traduzido em **privatizações** de empresas ou setores, muitos dos quais prestam serviços públicos essenciais. A disponibilidade de serviços de água, saneamento, energia, educação, saúde e outros, está absolutamente ligada às políticas de cuidado, e as negociações que incluem os serviços podem ter um enorme impacto sobre as mulheres em casa, bem como sobre seus empregos. Podemos assim até “adivinhar” os efeitos da mudança climática sobre a vida cotidiana fortemente influenciada pela presença ou falta de serviços públicos disponíveis.

nantes dos fluxos comerciais. E isso por diversos motivos – dentre eles, o aumento de combustíveis fosseis para o transporte aéreo e marítimo, o desmatamento para expansão da agropecuária, o uso extensivo do solo e o desmatamento –, todos promotores do aquecimento global.

Em suma, a questão é que a liberalização do comércio de bens e de capitais, apesar do potencial e apregoado papel no desenvolvimento dos países, não gerou de fato resultados econômicos positivos, muito menos justos.

Já a atual guerra comercial que assistimos, inicialmente entre EUA e China, e depois expandida para um enorme número de países, vem mos-

trar o fracasso desse modelo de livre comércio de bens e capitais, dentre outras, pela sua incapacidade de superar as profundas desigualdades históricas entre o Norte e o Sul globais.

Neste momento, a expansão de tarifas (caso do “tarifaço” definido por Trump para o Brasil e outros países), com perspectiva protecionista e que busca a restauração da cambaleante hegemonia estadunidense⁵, está provocando muitas turbulências.

De fato, os conflitos por mercados e recursos naturais estão exacerbados, ampliando as diferenças tradicionais e a competição entre os países, o que acaba aprofundando a pobreza e as de-

⁵ No caso dos EUA, a globalização promoveu o deslocamento de suas fábricas para países com menores salários, diminuindo seu próprio parque produtivo. Porém, essa desindustrialização acabou expandindo a sua dependência por produtos industrializados externos, o que foi provocando paulatinamente o seu endividamento. Este, tem-se tornado atualmente insustentável e de fato, motivador das confusas e contraditórias taxações protecionistas (aumento de barreiras de importação) para diversos países, muito dirigidas à China, com quem os EUA mantêm uma “guerra comercial”, mas também a outros países, dentre eles o Brasil.

sigualdades dentro deles, incluindo as de gênero. Por isso, desde uma **perspectiva feminista**, nos perguntamos quais são as principais razões para esse resultado desanimador e como as desigualdades entre homens e mulheres contribuem para a acumulação capitalista e seus diversos impactos, incluídas as **mudanças climáticas** e a queda na qualidade de vida das pessoas, particularmente das mulheres.

O QUE AS PRIVATIZAÇÕES TÊM A VER COM OS IMPACTOS CLIMÁTICOS SOBRE AS MULHERES

O aumento da mão de obra feminina em fábricas globais, impulsionado pela presença de mulheres contratadas por salários muito baixos e em condições precárias, é uma realidade da globalização.

Muitos estudos já notabilizaram que a produção para exportação em países em desenvolvimento ocorreu paralelamente à feminização do trabalho remunerado.

Aumentos significativos no desempenho das exportações durante os anos de realocação produtiva em países do Sul Global têm sido associados à ampla incorporação de mão de obra feminina. Ao mesmo tempo, as mulheres nesses países continuaram a assumir a maior parte da carga de trabalho em casa, e as políticas públicas de apoio ao cuidado doméstico não atenderam às necessidades e exigências das trabalhadoras remuneradas.

Evidentemente, os serviços, muitos dos quais públicos, estão intimamente ligados às políticas de cuidado, mas também às negociações de liberalização comercial que provocaram a privatização dos serviços públicos. Isso teve um enorme impacto sobre as mulheres e o trabalho doméstico não remunerado, bem como sobre o trabalho

de cuidado remunerado em setores como saúde, educação, acesso a água, energia, transporte e muitos outros.

Em um dos casos estudados, na cidade de Manaus, no coração da Amazônia brasileira, observamos que as estratégias de expansão da empresa francesa Suez, que privatizou os serviços de água e saneamento, tiveram uma série de impactos negativos sobre a população da periferia urbana, e esses efeitos adversos (na saúde, falta de tempo para trabalho remunerado, trabalho exaustivo etc.) afetaram particularmente as mulheres. Além disso, em pesquisas subsequentes que também realizamos em Manaus e outras cidades, constatamos que “o crescente endividamento das mulheres refletia o impacto do aumento dos preços dos serviços de água e energia elétrica prestados por empresas privatizadas”.⁶

Assim, as políticas neoliberais e o ajuste fiscal, que se tornaram a diretriz máxima da política econômica dos países latino-americanos, contribuíram para o desmantelamento das estruturas governamentais, que perderam grande parte de sua capacidade de fornecer os serviços públicos necessários. Isso levou, nos últimos anos, à perda do apoio que as mulheres teriam, por meio desses serviços públicos, para a prestação de cuidados nos ambientes domésticos e comunitários. Além disso, a relação entre o acesso a esses serviços e a melhoria das condições de vida e a superação de vulnerabilidades e pobreza tem sido amplamente comprovada. Deste modo, podemos afirmar que **a privatização de serviços, negociada em acordos comerciais que buscam a liberalização progressiva dos serviços**, incluindo os públicos e essenciais, é um elemento das políticas macroeconômicas que **tem contribuído para reforçar as desigualdades de gênero**, especialmente entre os setores mais pobres da população.⁷

Agora fica evidente a correlação entre estas políticas macroeconômicas – que também in-

⁶ **Endividar-se para viver: o cotidiano das mulheres na pandemia.** Pesquisa realizada pelo Inst. Equit. Rio de Janeiro. 2022. In: <https://www.equit.org.br/novo/?p=3490>. Acesso em maio de 2025.

⁷ PONTE, N. B. **Comercio y desarrollo en América Latina: el orden de los factores altera el producto.** CIEDUR – IGTN. Montevideo, Uruguai. 2009

cluem a liberalização dos serviços financeiros e ambientais – com os riscos das mudanças climáticas, que imbricadas com as situações de pobreza, estão mostrando os estragos dramáticos dos extremos climáticos, especialmente de secas e inundações, sobre a vida das mulheres, especialmente das mulheres negras, racializadas e periféricas nas cidades. Assim, é fundamental enfatizar e **valorizar a contribuição das políticas públicas de cuidado**, em especial aquelas vinculadas à prestação de serviços públicos essenciais, tanto no enfrentamento da pobreza e da desigualdade, quanto **na melhoria da resposta às mudanças climáticas**, no alcance de maior qualidade de vida para as mulheres e no avanço da igualdade de gênero.

PRODUÇÃO PARA A EXPORTAÇÃO

O modelo produtivo destinado à exportação de matérias-primas da agropecuária, como soja, café, açúcar, carne bovina, ou da mineração como minério de ferro, petróleo e agora terras raras, exige a expansão das fronteiras produtivas em forma crescente, afetando biomas como o cerrado e as florestas, que são fontes de águas, chuvas, e dos alimentos também produzidos para o consumo interno. O maior impacto das emissões de gases que provocam o aquecimento global no Brasil, surge exatamente do modo de uso do solo, ou seja, da retirada de vegetação, das queimadas e do desmatamento.

De fato, a expansão da agropecuária extensiva através da monocultura de soja, ou de eucaliptos ou de rebanhos bovinos, vai abalando a agricultura familiar diversificada, produzindo enormes mudanças no uso e cobertura dos solos e das águas, muitas vezes se expandindo sobre os territórios indígenas preservados, com impactos contaminantes e de forte emissão de gases de efeito estufa causantes das variações climáticas. Já a pequena agricultura familiar, que produz a maior parte dos alimentos de consumo cotidiano da população brasileira e realizada por campo-

neses, e especialmente pelas mulheres nos quintais produtivos, unida ao manejo agroflorestal realizado por **populações indígenas e povos e comunidades tradicionais** que desenvolveram, ao longo de muitas gerações, conhecimentos aprofundados de manejo e conservação de florestas tropicais, deixam em evidência as lutas pela terra e o conflito social também inerente ao modelo desse setor.

Os impactos no clima têm-se mostrado evidentes no Brasil e no mundo, especialmente através do aumento das **secas e das enchentes**, provocando em ambos os casos efeitos muito negativos sobre a produção e a vida das populações nos seus territórios. Fora os efeitos diretos sobre os territórios alagados pelas enxurradas das enchentes, ou pela falta de água para consumo humano e das plantas e animais nas secas, podemos ainda pensar na **queda da produção de alimentos** que, nas duas situações extremas, tem mostrado **o aumento dos preços** e a situação de **endividamento das famílias** diante dessas situações e os efeitos na saúde como consequências a posteriori.

EFEITOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NO CLIMA

Um último fator, dentre os inúmeros aspectos que as mudanças climáticas estão trazendo, e que poderá afetar ainda mais a vida das populações e das mulheres em particular, serão os efeitos provenientes dos **transportes** de forma geral, mas queremos mencionar em particular, do **transporte marítimo de mercadorias**, do qual pouco se fala.

Sabemos que o **setor de energia** não renovável, gerada a partir **dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão)**, é o maior emissor de gases causadores do aquecimento global. Esses combustíveis servem a inúmeros usos, e um dos mais importantes, é para o setor de transportes, altamente contaminante. O atual sistema de comércio internacional com suas cadeias globais de produção, transporta enormes cargas de bens, incluindo os próprios combustíveis, e também dessa

forma, acaba sendo um enorme contaminante. A **produção em escala global** (que buscou aproveitar a mão de obra barata em qualquer lugar do planeta para produzir bens ou parte deles, que serão consumidos em toda e qualquer parte do mundo, em especial nos grandes centros urbanos) **não contabiliza os gastos ambientais**, como a contaminação da atmosfera e dos oceanos com as cargas realizadas com a energia fóssil. Este é um dos problemas mais marcantes das emissões contaminantes: a falta de inclusão dos gastos provocados pela contaminação, como muitas vezes também, **a invisibilização do uso da natureza**, que se encontra gratuitamente a serviço do “homem”, especialmente das grandes **corporações transnacionais que utilizam matérias-primas disponíveis** nos mares e nas terras.

Por isso, temos defendido que o cuidado da Natureza deve ser incluído no grupo de ações de cuidado que a humanidade precisa incorporar. As mulheres têm sido cuidadoras invisibilizadas da vida junto com a natureza, e como elemento fundamental de defesa dos territórios com a vida no centro da atividade humana, e não o lucro às custas da natureza e da vida. Assim, o comércio precisa ser reformado e reformatado, em sua maioria, a partir de produções em pequena escala e em um comércio de proximidade: que não precise semear batatas no Peru, enviá-las a Londres onde passam a ser batatas fritas, para voltarem ao Peru para serem consumidas saindo de tubos de papelão aluminizado depois de uma longa viagem.

CLIMA, CUIDADOS E ECOFEMINISMO ENQUANTO VISÃO DO MUNDO

Finalmente, neste elenco, ainda que limitado, de contribuições que temos procurado acrescentar olhando para as lutas empreendidas pelas mulheres na defesa do cotidiano da vida em

âmbito local e nos territórios afetados pela lógica predatória do capital e das grandes corporações, precisamos somar as lutas em defesa dos chamados “bens comuns” que as mulheres têm sabido impulsionar. Os bens comuns (ou *commons*, do inglês) não são só bens, mas práticas sociais em comum, e as mulheres têm estado à frente de tais práticas e até de enfrentamentos em espaços rurais e urbanos, buscando garantir o uso comum de tais bens, como por exemplo a água, a biodiversidade, o ar, e também de bens comuns imateriais como os conhecimentos e saberes populares e tradicionais, a defesa das sementes crioulas, o cultivo das ervas medicinais, a manutenção e o livre acesso aos babaçuais e aos bosques de castanheiras, dentre outros. A apropriação daquilo que é comum é alcançada através de diversos mecanismos, entre eles os legais (acordos de livre comércio, proteção de investimentos e da propriedade intelectual em organismos internacionais como a OMC); os econômicos (como a grilagem e a apropriação privada dos territórios, a expulsão das comunidades indígenas dos seus territórios, as remoções forçadas nos megaprojetos ou o mercado de carbono); e por fim, tecnológicos, (através de OGM – Organismos Geneticamente Modificados –, sistemas restritivos de acesso à cultura e direitos digitais etc.)⁸.

Todos esses fenômenos são parte de uma história ainda não contada do nosso tempo: o processo de cerco aos bens comuns⁹, que vai além da privatização porque envolve privação de direitos, expulsão e fragmentação social.

A frase “contra a privatização do rio”, cunhada pelas mulheres na luta contra a construção do complexo de Belo Monte, ou o conhecido discurso das quebradeiras de coco na luta pelo “Babaçu livre” refletem, à perfeição, toda a potência dessa defesa dos “comuns” que as mulheres têm sabido captar.

Rio de Janeiro
Julho 2025.

⁸ RODRIGUEZ, G. Ecofeminismo: superando a dicotomia natureza/cultura. In: **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. ISBN 978-85-60794-16-4. Instituto Equit. Rio de Janeiro. 2013.

⁹ FEDERICI, S. *Caliban y la bruja - mujeres, cuerpo y acumulación primitiva*. Ed. Traficante de Sueños. España. 2010.





A louça não termina: mulheres e o cuidado segurando a casa, a peteca e a economia

Marina Cortez¹



¹ Marina Cortez é socióloga, tem especialização em Gênero e Sexualidade (Clam/IMS/Uerj), mestrado em Bioética e Saúde Coletiva (PPGBios/UFRJ) e doutorado em Saúde Coletiva (IFF/Fiocruz). No Instituto Equit está envolvida com pesquisas e projetos nas áreas de economia do cuidado, endividamento, políticas públicas e cooperação internacional e integração regional.

Limpar a casa; cozinhar; lavar e passar a roupa; levar o lixo para fora; buscar água quando não há abastecimento; ocupar-se de bebês e crianças pequenas; vestir, dar comida e banho em crianças, idosos dependentes e pessoas doentes; levar ao serviço de saúde, ministrar medicamentos e tratamentos; cuidar de si; levar e buscar na creche ou escola e atividades extracurriculares; acompanhar as tarefas escolares; pesquisar os melhores preços de alimentos, medicamentos, roupas e calçados; fazer compras de mercado; pagar contas; planejar e gerenciar o orçamento doméstico; realizar ou providenciar consertos na casa; organizar aniversários e outras festas; nutrir os laços familiares e de compadrio; orientar e proteger crianças e jovens; proporcionar apoio emocional e material para familiares, vizinhos e amigos; cultivar um quintal produtivo e compartilhar alimentos e mudas com vizinhos e familiares; cuidar dos animais domésticos; organizar e participar de mutirões e outras ações de solidariedade na vizinhança; reivindicar melhorias no bairro e defender os direitos dos moradores frente ao poder público e ao setor privado; cuidar dos mananciais de água, do solo, das sementes, das plantas e dos animais da localidade; apoiar e organizar as lutas da comunidade etc.

Essa longa lista de tarefas são exemplos de atividades de cuidado com os corpos, a casa, a comunidade e o território, imprescindíveis à saúde, bem-estar e capacidade produtiva das pessoas, à habitabilidade dos territórios, ao equilíbrio dos ecossistemas e ao florescimento da vida humana e não-humana. Não menos importante, esse conjunto de iniciativas garante o funcionamento das economias dos países e a geração de riqueza: a produção, distribuição, consumo e acumulação de bens e serviços local, nacional e globalmente são tornados possíveis apenas porque esse conjunto de tarefas é realizado em todas as casas e comunidades de todos os cantos do mundo, todos os dias. *Em suma, o trabalho de cuidado garante a reprodução da vida – ainda que seja realizado sem reconhecimento, com baixa ou nenhuma remuneração.*

A necessidade de realização dessas tarefas renova-se diversas vezes por dia, cotidianamente, semanal ou esporadicamente. *Em certo sentido, é um trabalho que não termina nunca.* São ações como atendimento direto a necessidades de terceiros (auxílio com saúde, higiene, alimentação, vestuário etc. de crianças, idosos dependentes e pessoas doentes) e atividades voltadas ao bem-estar do grupo familiar ou da comunidade, mas que não envolvem a lida direta com os corpos de terceiros (limpeza, arrumação, suprimento etc.). Envolvem o deslocamento entre a casa e a rua/floresta/rio, o lugar próprio e o centro urbano; implicam a circulação no território. Tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, as responsabilidades de cuidado com muita frequência se entrelaçam às atividades de sustento das famílias, que podem envolver empreendimentos realizados em domicílio ou o cultivo para subsistência de quintais produtivos ou pequenas roças. Além do esforço físico, esses trabalhos exigem habilidades como coordenação mental (como o planejamento das necessidades da família) e capacidade de proporcionar suporte emocional (como o acolhimento afetivo), fundamentais para a harmonia familiar e as relações comunitárias.

Ainda que desconheçam conceitos como “trabalho reprodutivo” e “trabalho de cuidados”, utilizados pela economia feminista para se referir a esse tipo de tarefa, essa lista de afazeres é muito familiar a meninas e mulheres em todo o mundo: são tradicionalmente realizadas por elas e compreendidas pela sociedade como tarefas “femininas”. Comumente, entende-se que, quando colaboram com alguma dessas tarefas, os homens “ajudam” suas parceiras, mães, filhas. A justificativa para que sejam consideradas responsabilidades de mulheres? *“É natural”, “sempre foi assim”, “homens não sabem fazer”, “isso não é trabalho de homem”.* Ou seja, a realização dessas atividades pelas mulheres é naturalizada, como se fosse uma atribuição, uma habilidade e um gosto natos – como se as meninas não fossem socializadas, desde muito pequenas, nesse papel de gênero, ou seja, *ensinadas e obrigadas* a fazer as camas, ajudar na cozinha, cuidar dos irmãos

mais novos, limpar a casa etc. A socialização dos meninos passa por outros estereótipos que não envolvem o provimento do cuidado: eles recebem cuidados, mas não são instados a cuidar.

A naturalização dessa injusta divisão sexual do trabalho está associada a uma forma de organização social que circunscreve as mulheres ao espaço doméstico e ao trabalho reprodutivo, enquanto os homens circulam pelo espaço público e dedicam-se ao trabalho produtivo. Contudo, ainda que o confinamento feminino ao espaço doméstico tenha sido e siga sendo uma poderosa norma social, a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres vem ocorrendo de forma crescente e generalizada, seja no mercado de trabalho, na política ou no espaço urbano.

Paralelamente, as relações de poder e hierarquias dentro das próprias famílias têm sofrido profundas alterações nas últimas décadas. Estatisticamente, tem-se constatado a diversificação dos arranjos familiares, incluindo-se o aumento de famílias homoafetivas, lares monoparentais femininos e lares chefiados por mulheres com cônjuge masculino. As taxas de fertilidade têm apresentado uma vertiginosa queda década após década, tendo atingido 1,55 filhos por mulher no Censo de 2022 no Brasil – abaixo do nível de reposição populacional, que é de 2,1 filhos por mulher, enquanto os níveis de escolarização femininos aumentaram muitíssimo, tendo ultrapassado os homens no número de egressos do Ensino Superior há décadas, desde os anos 1990.

Ainda que essas profundas transformações sociais estejam ocorrendo e as mulheres aceitem cada vez menos um papel de dependência econômica e submissão aos homens, seja por opção ou necessidade, a participação masculina nas tarefas de cuidados nos domicílios não vem acompanhando o histórico aumento de participação feminina no mercado de trabalho remunerado. A carga gerada pela dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres não vem sendo compartilhada

pelos homens, sejam eles negros ou brancos, que dedicam em média apenas 11,3 horas semanais às tarefas de cuidados não remuneradas, enquanto as mulheres negras dedicam 21 horas semanais e as brancas, 19,5 horas semanais.² Em outras palavras, o que temos observado é um movimento contrário, de crescente desresponsabilização dos homens pela manutenção das famílias: enquanto um número cada vez maior de mulheres, sobretudo negras e pardas, tornam-se as principais ou únicas provedoras da família, a contribuição dos homens para o trabalho de cuidados nos lares mantém-se nos mesmos patamares.

As interseccionalidades de gênero, raça/etnia, classe e procedência compõem o mosaico das desigualdades que permeiam os arranjos de cuidados no Brasil. Historicamente, o trabalho de cuidados foi estruturado no país através do machismo e racismo, tendo sido impostos às mulheres negras escravizadas o trabalho doméstico e o cuidado de crianças e outras pessoas dependentes pertencentes à elite branca escravocrata. Atualmente, o trabalho doméstico segue sendo profundamente marcado por essa história de violência e desumanização que caracterizou o período colonial no Brasil: dentre a população feminina economicamente ativa, a categoria mais numerosa são as trabalhadoras domésticas (12,6%), com aproximadamente 5.165.000 trabalhadoras vs. 480.000 homens (0,9%). Dentre as trabalhadoras domésticas do sexo feminino, aproximadamente 3.435.000 são mulheres negras e 1.688.000 são brancas. Ademais, a categoria é altamente precarizada e mal remunerada, e os índices de informalidade são altíssimos: 76,6% das trabalhadoras domésticas negras e 72,7% das brancas não têm carteira assinada.³

É importante enfatizar que a organização social dos cuidados no Brasil, ou a maneira como a sociedade faz frente às necessidades incontornáveis de provimento de cuidados cotidianamente, é reflexo da forma específica como os mercado-

² Fonte: BRASIL. PNAD Contínua (atualização: 20 de junho de 2025). DataCuidados. <https://infogov.enap.gov.br/datacuidados>.

³ Idem.



res sociais da diferença são historicamente produzidos no país – formas situadas de submissão das mulheres, da população negra e indígena, das populações periféricas e interioranas. Ou seja, a tremenda importância do trabalho doméstico remunerado para o provimento das necessidades de cuidados das famílias das classes médias e altas, por um lado, e a dependência que as classes populares nas periferias urbanas e nas zonas rurais têm dos cuidados comunitários e das redes de solidariedade para solucionar suas necessidades de cuidados, por outro, são efeitos das condições históricas, sociais e econômicas específicas do Brasil. Em comum às classes altas e populares, temos a preponderância do modelo familiar de provimento de cuidados, no qual a família é a principal responsável por solucionar as necessidades de cuidados de seus membros – frequentemente lançando mão da terceirização desse serviço, seja de forma remunerada ou não, no âmbito do domicílio ou externalizando esse cuidado.

Contudo, como fica claro, esse modelo reproduz diversas desigualdades e aprofunda a tradicional divisão sexual e racial do trabalho de cuidados. Com efeito, é necessário pensar a corresponsabilização pelos cuidados de todas as instâncias envolvidas em seu provimento, para além das famílias: o Estado, a comunidade e o mercado – este último em dois sentidos: como empregador, com o compromisso de promover a conciliação entre vida profissional e familiar dos trabalhadores, e enquanto oferta de serviços privados de cuidados. Família, Estado, comunidade e mercado compõem o que a literatura vem chamando de *diamante dos cuidados*.

O Estado, por sua vez, tem o papel constitucional de promover a justiça, a equidade, a dignidade, o bem-estar de todas as pessoas e demais direitos e garantias fundamentais da cidadania e, portanto, tem a obrigação de pôr em marcha políticas públicas que desonerem as famílias e

mulheres da sobrecarga de cuidados, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade. Desincumbir as mulheres da sobrecarga do cuidado não remunerado mandatório fornece-lhes tempo não apenas para formar-se profissionalmente e ingressar no mercado de trabalho, como também para cuidar de si, socializar, usufruir de momentos de descanso, lazer e ócio. Essa vem sendo uma reivindicação do movimento feminista e de grupos de mulheres há décadas, através das lutas por creche e educação a tempo integral, por exemplo. Por outro lado, garantir o direito a cuidar, cuidar de si e ser cuidada é essencial, através da licença maternidade, licenças para frequentar ou acompanhar parentes nos serviços de saúde, auxílios para pessoas com deficiência etc. Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Emenda Constitucional Nº14 de 2024, que prevê o reconhecimento do direito ao cuidado através da inclusão deste como um direito social no artigo 6º da Constituição Federal.⁴

A atuação do Estado é fundamental não apenas para promover políticas públicas de cuidados, mas também infraestruturas e serviços básicos como água encanada e cisternas, energia elétrica, transporte público, saneamento e coleta de lixo, uma vez que sua ausência amplia significativamente o volume do trabalho de cuidado, realidade comum em regiões urbanas periféricas e no campo, e por ocasião de eventos climáticos extremos, em consequência das mudanças climáticas. Inundações, deslizamentos de terra, secas, queimadas, tempestades severas, vendavais, ondas de calor e frio e geadas destroem infraestruturas básicas (água, energia, saúde), transferindo principalmente para as mulheres a responsabilidade de cuidar de doentes, garantir água e alimentos e substituir serviços públicos fechados como creches e postos de saúde. A destruição de moradias, eletrodomésticos, móveis, alimentos, itens de higiene, medicamentos e demais pertences pessoais durante esses eventos, somada à perda de

⁴ A PEC Nº14/2024 é uma iniciativa das deputadas Flávia Moraes (PDT-GO), Maria do Rosário (PT-RS), Soraya Santos (PL-RJ), Talíria Petrone (Psol-RJ), dentre outras. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2410715&filename=PEC%2014/2024

trabalho e renda, pressionam as famílias a endividar-se ainda mais para fazer frente às necessidades básicas de alimentação, saúde e vestuário.

A Política Nacional de Cuidados, aprovada em 2024, e o Plano Nacional de Cuidados, em vias de construção pela Secretaria Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento Social e pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres, representam marcos fundamentais para o reconhecimento dos cuidados como um trabalho, uma necessidade, um direito e um bem público no Brasil. Esta Política tem como metas centrais assegurar o direito ao cuidado para toda a população que precise desse apoio; fomentar condições dignas de trabalho para trabalhadoras remuneradas do setor de cuidados; e promover o reconhecimento, valorização e divisão mais equitativa das tarefas de cuidado não remuneradas, que atualmente recaem de forma desproporcional sobre as mulheres. Seu público-alvo prioritário inclui crianças e adolescentes (com ênfase nos primeiros anos de vida), idosos, pessoas com deficiência e trabalhadoras e trabalhadores do cuidado, remunerados e não remunerados, com destaque para as trabalhadoras domésticas.

Essa promissora iniciativa do governo federal – que chega com significativo atraso se comparada a outros países da região latino-americana que

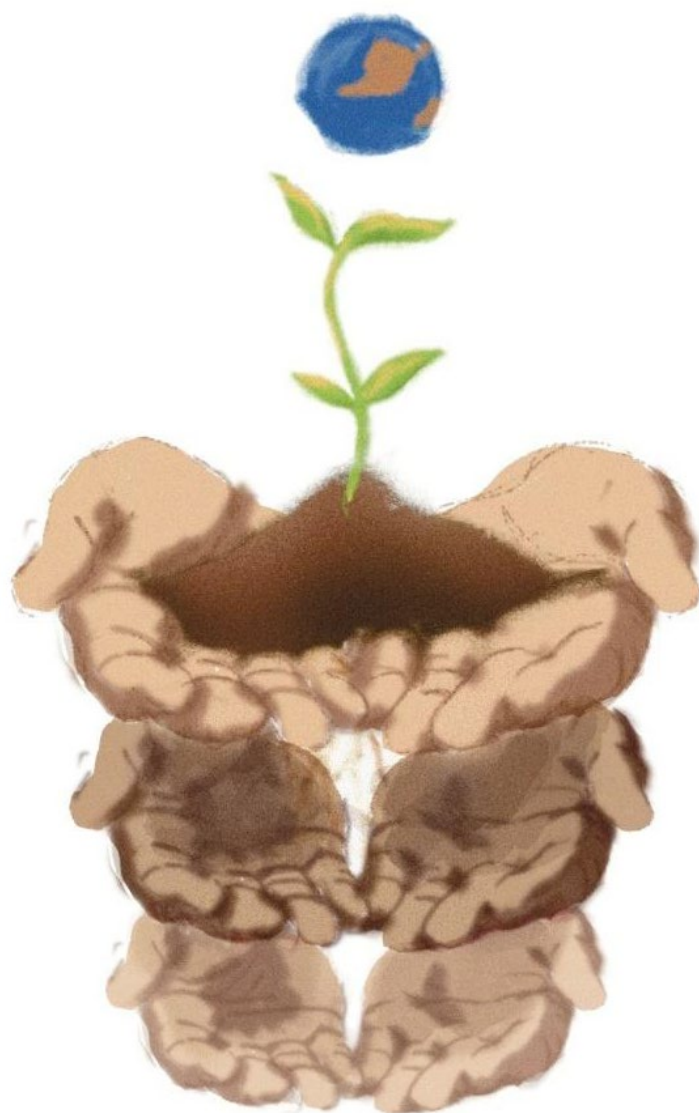
já contam com políticas ou sistemas públicos de cuidados há anos – enfrentará desafios para sua implementação, como subfinanciamento e a possível falta de articulação entre políticas setoriais, refletindo a urgência de transformar o cuidado em uma prioridade na agenda pública brasileira.

Por fim, há que se enfatizar que, embora os avanços nas políticas de cuidado no Brasil representem valiosas conquistas para o movimento feminista, as mulheres brasileiras e a sociedade como um todo, a ausência de uma articulação clara com a agenda climática revela uma lacuna estratégica. As mudanças climáticas já intensificam as demandas por cuidados, seja através do aumento de doenças, da escassez hídrica ou dos deslocamentos populacionais, sobrecarregando principalmente as mulheres pobres e negras que sustentam essas redes. Urge, portanto, que o governo brasileiro incorpore a dimensão climática às políticas de cuidado, reconhecendo-as como faces de um mesmo desafio: construir resiliência social diante da crise ambiental. Isso exige planejar creches e abrigos adaptados a eventos extremos, incluir cuidadoras em planos de emergência e garantir que a transição ecológica seja também uma revolução do cuidado – justa, feminista e antirracista. Só assim será possível enfrentar, de forma integrada, as duas maiores crises do nosso tempo: a dos cuidados não reconhecidos e a do clima em colapso.



Desigualdade de gênero, crise climática e insegurança alimentar: o avesso da agricultura monocultora industrial

Vívian Braga¹



¹ Cientista Social, mestre pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). No Instituto Equit acompanha a agenda e os temas relacionados a alimentação, agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, com enfoque em comércio e gênero.

O PARADIGMA DA MODERNIDADE AGRÍCOLA INDUSTRIAL

No imaginário social contemporâneo ocidental, a agricultura moderna é frequentemente retratada por imagens de escala e eficiência: homens trabalhando intensamente, vastos e uniformes campos monoculturais, a imponência de colheitadeiras gigantes, a abundância de silos cheios, a presença aérea de aeronaves pulverizando e a ascensão nos gráficos de produtividade. Essa percepção, embora reflita um aumento real na produção global de alimentos, merece uma análise mais profunda e crítica de suas bases e consequências.

Desde a segunda metade do século XX, a Revolução Verde moldou o nosso modelo de produção agrícola dominante. Fundamentada na melhoria das sementes, o *seed centric*² tornou-se o coração desse sistema produtivo. Outra característica tecno-biológica desse modelo é a combinação de sementes com o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Se, por um lado, essa sinergia impulsionou a produção global de grãos e cereais em até três vezes, por outro, resultou em impactos severos: empobrecimento dos solos, contaminação das águas e uma profunda alteração dos ecossistemas naturais. Resultados normalmente invisibilizados nos cálculos convencionais de eficiência.

Nesse contexto, alinhar as temáticas de gênero às mudanças climáticas e suas correlações com a soberania e segurança alimentar e nutricional³ nos permite desvelar o “avesso”⁴ da suposta eficácia produtiva do modelo agroindustrial global. Ao fazer isso, revelamos o que foi sustentado e a que custo, expondo o que foi negligenciado, ou invisibilizado. Este é um exercício analítico que evidencia as perdas, e também a urgência em quantificar os “custos ocultos” ou verdadeiros (*True Cost Accounting*)⁵ inerentes a esse modelo agroalimentar industrial, baseado na monocultura.

A MONOCULTURA: EROÇÃO DA BIODIVERSIDADE E FRAGILIZAÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Uma das perdas mais significativas e incontestáveis desse modelo reside na biodiversidade. Há um consenso científico robusto e relatórios de organizações internacionais que indicam a perda de 75% das variedades tradicionais de plantas desde o início da Revolução Verde. Em algumas culturas, como o arroz, as perdas são ainda mais expressivas, com um declínio de até 90% das variedades tradicionais⁶.

² Ver conceito de *Seeds Centric* de Rattan Lal em *Our degrading soil may be aggravating climate change, feels soil scientist*, Rattan Lal. The Week. 12 de julho de 2024. (<https://www.theweek.in/news/biz-tech/2024/07/12/our-degrading-soil-may-be-aggravating-climate-change-feels-soil-scientist-rattan-lal.html>)

³ O conceito de Soberania Alimentar e Nutricional (SAN) foi amplamente discutido e aprofundado pela FAO (https://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitally/documents/pdf/pdf_Food_Security_Cocept_Note.pdf), e o de Soberania Alimentar (SA), pela Via Campesina (<https://viacampesina.org/en/what-is-food-sovereignty/>). A abordagem aqui utilizada prevê complementaridade dos conceitos voltados para compreender e enfrentar os problemas subjacentes à cadeia agroalimentar global e industrial com um enfoque que vai além da produção de alimentos, considerando o acesso, a disponibilidade, o uso e estabilidade dos alimentos aliados às dimensões de sustentabilidade e da autonomia dos estados em relação à definição de suas políticas públicas e dos povos em relação a sua autodeterminação sobre o quê e como produzir, distribuir e consumir os alimentos.

⁴ A palavra “avesso” no texto faz uma alusão à alfaaiataria, onde o “avesso”, não significa o contrário, mas refere-se ao lado interno de um tecido, oposto ao lado direito ou exterior que é usado na peça de roupa. É o lado do tecido que, geralmente, não é visto e que é usado para a construção da peça, incluindo a costura.

⁵ *The state of food and agriculture 2023: revealing the true cost of food to transform agrifood systems* (SOFA 2023). Este relatório explica o conceito de custos ocultos e a metodologia TCA, e quantifica esses custos a nível global, estimando-os em mais de 10 trilhões de dólares anualmente (em paridade de poder de compra de 2020), abrangendo impactos ambientais, de saúde e sociais. (<https://www.fao.org/publications/fao-flagship-publications/the-state-of-food-and-agriculture/en>)

⁶ Esta informação é frequentemente citada em artigos e análises sobre os impactos da Revolução Verde, com referências a es-

A expansão da monocultura é um dos principais motores dessa erosão. Ela substitui ecossistemas complexos por paisagens agrícolas simplificadas, o que reduz drasticamente a diversidade de habitats para a flora e fauna selvagens⁷. Além disso, o uso intensivo de pesticidas não afeta apenas as pragas-alvo, mas também tem um impacto devastador em organismos não-alvo cruciais, como polinizadores (abelhas, borboletas), inimigos naturais de pragas, microrganismos do solo e aves. A consequente redução de polinizadores, por exemplo, compromete diretamente a reprodução de diversas plantas e a estabilidade da produção de alimentos⁸.

Na América Latina, região de vasta biodiversidade, os impactos são particularmente severos. Observa-se um intenso desmatamento de biomas ricos: a expansão das fronteiras agrícolas para acomodar monoculturas de grãos (como soja e milho) e a pecuária tem levado a um desmatamento massivo de ecossistemas, como a Amazônia e o Cerrado no Brasil, bem como a Mata Atlântica e outras formações florestais na América do Sul⁹. A imposição de um pacote tecnológico de sementes “melhoradas” (híbridas ou geneticamente modi-

ficadas) e insumos químicos tem resultado no abandono de milhares de variedades de culturas tradicionais (milho, feijão, batata etc.) cultivadas por povos indígenas e comunidades tradicionais¹⁰. Isso gera uma perda irreversível de agrobiodiversidade e de saberes ancestrais. Adicionalmente, o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos à base de nitrogênio culmina na contaminação de rios, lagos e aquíferos, além de degradar a saúde do solo, afetando a biodiversidade microbiana e macrofauna.

Em um cenário de crise climática, a biodiversidade — tanto a remanescente quanto aquela passível de recuperação — emerge como um pilar fundamental para ações e políticas de mitigação e adaptação. A reversão da homogeneidade das paisagens agrícolas, a expansão da cobertura florestal¹¹, a recuperação e valorização de culturas e saberes tradicionais, e o fortalecimento de grupos sociais que, por séculos, souberam coexistir e conservar a natureza, representam as estratégias mais promissoras para minimizar o aquecimento global e suas consequências¹². Mais do que isso, tais abordagens seriam capazes de garantir um futuro alimentar genuína-

tudos da FAO ou organizações como o Grain, <https://123ecos.com.br/docs/revolucao-verde-impactos/>, que sumariza os impactos.

⁷ Esta informação é frequentemente citada em artigos e análises sobre os impactos da Revolução Verde, com referências a estudos da FAO ou organizações como o Grain, <https://123ecos.com.br/docs/revolucao-verde-impactos/>, que sumariza os impactos.

⁸ A FAO tem diversos relatórios que abordam a importância da biodiversidade do solo e dos polinizadores para a agricultura e a segurança alimentar, e os impactos das práticas agrícolas intensivas sobre eles. O relatório “The State of the World’s Biodiversity for Food and Agriculture” (2019) da FAO é uma fonte crucial que detalha a diminuição de biodiversidade associada e não associada à produção agrícola. (<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1181587/>)

⁹ Perda da biodiversidade: em 50 anos, a fauna da América Latina e Caribe encolheram 94%. Embora este dado não seja exclusivamente da Revolução Verde, as práticas intensivas de agricultura são apontadas como um dos principais vetores dessa perda. In: <https://www.modifica.com.br/perda-biodiversidade-america-latina-caribe/>. Acesso em junho de 2025.

¹⁰ Estudos de Miguel Altieri (agroecologista latino-americano) e Vandana Shiva (pensadora indiana crítica à Revolução Verde) são referências fundamentais. O trabalho de Vandana Shiva, *Monoculturas da mente*, aborda diretamente a perda de biodiversidade e de conhecimento tradicional decorrente da Revolução Verde (citado em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgd/wp-content/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf>).

¹¹ Segundo Rattan Lal, dos 5,2 bilhões de hectares voltados globalmente para a agropecuária, metade deveria ser devolvida à natureza até 2100. Ele enfatiza que essa é uma visão ambiciosa, mas alcançável, se houver um foco global na saúde do solo e na implementação de práticas agrícolas sustentáveis em larga escala. https://www.researchgate.net/publication/369703069_Farming_systems_to_return_land_for_nature_It%27s_all_about_soil_health_and_re-carbonization_of_the_terrestrial_biosphere

¹² Relatório de Síntese do AR6 do IPCC (*Climate Change 2023: Synthesis Report - SYR*), apresenta a síntese científica que fundamenta todas as políticas e, por sua natureza, integra as informações dos três Grupos de Trabalho (que correspondem aos três pilares temáticos: ciência física, impactos/adaptação e mitigação), e frequentemente, discute os meios de implementação. (<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>)



mente diverso, com “comida de verdade” para todos, afastando-se da dependência de inovações tecnológicas mirabolantes que, paradoxalmente, intensificaram a produção de alimentos ultraprocessados e de alto risco para a saúde humana e a sanidade do planeta.

O CLIMA E A FOME: QUESTÕES ÉTICAS E POLÍTICAS

A partir deste enquadramento, não podemos nos limitar a compreender esses problemas apenas como fenômenos físico-químicos da atmosfera, do solo e das águas. As mazelas causadas pelo sistema agroalimentar industrial — em todas as etapas da sua cadeia de produção, distribuição e consumo¹³ — são devolvidas pelo clima, que nos afeta de forma desproporcional. É justamente por essa razão que essas são questões essencialmente de caráter ético e político, pois sobre a terra e sob o céu vivem pessoas, e muitas delas, neste exato momento, sobrevivem mais do que vivem, assoladas pela fome¹⁴.

Os conceitos de soberania e segurança alimentar e justiça climática¹⁵ ¹⁶ são pilares estruturantes para um debate mais amplo acerca do desenvolvimento. Ao lançar luz sobre o fato de que grupos sociais e territórios, sobretudo do Sul Global, além de não serem os principais responsáveis pelas mudanças no clima, são desproporcionalmente mais afetados pelos impactos dos eventos extremos¹⁷, observamos o “avesso” de um sistema defasado. Isso torna visíveis as falhas e as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais preexistentes ao aquecimento global, produzidas no marco da dominação e exploração capitalista que fundamentam o modelo de desenvolvimento atual.

Dadas as atuais condições impostas pela crise climática, novos e complexos desafios são colocados para o desenho e a implementação das políticas públicas. Como, por exemplo, enfrentar as “novas fomes¹⁸” daqueles que sofrem empobrecimento súbito ao perderem suas plantações e suas moradias devido às ocorrências extremas? Dentre esses grupos mais submetidos a carregar o peso das mudanças do clima, destacam-se as

¹³ As fontes de energia usadas pelo setor agropecuário e pelo sistema de distribuição e comercialização – como petróleo, carvão mineral e gás natural – são potentes emissoras de gases poluidores. Seja pelo maquinário utilizado, pelo uso frequente de agrotóxicos que contaminam o solo e a água – impactando, consequentemente, na flora e na fauna –, seja pela liberação de dióxido de carbono com as práticas de desflorestamento ou pelo uso de alto número de veículos para percorrer longas distâncias envolvidas na tríade produção-abastecimento-consumo, essas fontes ocasionam degradação ambiental na biodiversidade e no clima do planeta.

¹⁴ Cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome em 2023, o equivalente a uma em cada 11 pessoas no mundo e uma em cada cinco na África, de acordo com o último relatório *O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo* (SOFI). (<https://www.fao.org/publications/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en>) Ver também: <https://www.fsinplatform.org/report/global-report-food-crises-2025/>

¹⁵ Justiça Climática, conceito cunhado por movimentos sociais de todo o mundo, significa, grosso modo, que o peso das mudanças do clima é desproporcional e oferece riscos específicos e amplificados para os modos de vida, meios de subsistência, saúde, segurança e proteção em relação a indicadores de vulnerabilidade como gênero, raça, classe social, idade, (dis) capacidades, dentre outros. Portanto, exige-se que as populações vulnerabilizadas sejam igualmente protegidas dos efeitos das mudanças climáticas e que as políticas de descarbonização da economia não intensifiquem a pobreza e as desigualdades sociais. (https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf)

¹⁶ Relatório do Grupo de Trabalho II (Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade) do AR6. O termo “justiça climática” é mencionado e discutido nos capítulos que abordam as dimensões sociais dos impactos e respostas às mudanças climáticas. (<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>)

¹⁷ A crise climática não foi criada pela humanidade como um todo, mas por setores da economia capitalista defensores e implementadores de um modelo de desenvolvimento direcionado ao lucro e à desenfreada produtividade feita em bases ambientalmente insustentáveis e socialmente injustas e exploratórias. *Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History, and the Crisis of Capitalism*, editado por Jason W. Moore.

¹⁸ MENEZES, F.; ALEIXO, J. *As novas fomes e a emergência climática*. In: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/as-novas-fomes-e-a-emergencia-climatica/>

mulheres que vivem nas periferias e em zonas rurais empobrecidas, especialmente mulheres indígenas e afrodescendentes. Muitas delas são agricultoras familiares que enfrentam múltiplas formas de discriminação e de violências de gênero, intensificadas pelo cenário climático.

DESIGUALDADES DE GÊNERO: O PESO DESPROPORCIONAL DAS CRISES CLIMÁTICAS NA VIDA DAS MULHERES

As mulheres são desproporcionalmente impactadas pelos eventos extremos¹⁹ ocasionados pelas mudanças no clima, com evidências científicas conclusivas. Em desastres, elas são catorze vezes mais propensas a morrer que homens²⁰, resultado de desigualdades históricas no acesso a informações, formação, mobilidade e poder de decisão. Isso se traduz em menor acesso a protocolos de evacuação, socorro e assistência pós-desastre, perpetuando um ciclo vicioso de vulnerabilidade e ameaçando seus meios de subsistência e bem-estar.

O estresse climático também está diretamente ligado à violência baseada em gênero (VBG), incluindo abusos físicos e sexuais em abrigos ou durante migrações forçadas. Impactos climáticos intensificam tensões socioeconômicas preexistentes, com projeções indicando um aumento de 28% nos feminicídios durante ondas de calor²¹.

A mudança climática é uma ameaça central à soberania e segurança alimentar, e à vida das mulheres, exacerbando sua vulnerabilidade a secas, inundações e perda de biodiversidade. Atualmente, 47,8 milhões de mulheres a mais que homens enfrentam insegurança alimentar severa. Em um cenário extremo, até 2050, a crise climática pode empurrar 158 milhões de mulheres e meninas para a pobreza extrema (16 milhões a mais que homens e meninos) e 236 milhões para a insegurança alimentar²². O cenário se agravará sem a redução das emissões. Contudo, apesar da urgência, apenas 0,04% do apoio climático global foca na igualdade de gênero²³, evidenciando uma falha crítica no reconhecimento da intersecção entre violência de gênero, resiliência e justiça climática.

Essas desigualdades, enraizadas em estruturas sociais preexistentes, são intensificadas pela crise climática, exigindo políticas com perspectiva de gênero interseccional²⁴. Os impactos climáticos não são uniformes, pois a desigualdade de gênero se cruza com outras formas de discriminação, aprofundando desequilíbrios de poder. Nas dinâmicas de poder sobre produção e acesso a alimentos, mulheres e meninas suportam um fardo desproporcional na garantia de recursos essenciais (alimentos, água, combustível). A escassez hídrica intensifica essa carga, exigindo mais tempo e esforço, o que frequentemente leva meninas a abandonar a escola, perpetuando desvantagens.

A economia do cuidado é central aqui; o trabalho feminino não remunerado é negligencia-

¹⁹ *Climate change 2021: the physical science basis* (Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC). In: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/chapter/chapter-11/>

²⁰ CARE - *Climate migration report – evicted by climate change confronting the gendered impacts of climate - induced displacement*. In: <https://careclimatechange.org/wp-content/uploads/2020/07/CARE-Climate-Migration-Report-v0.4.pdf>

²¹ NOTÍCIAS ONU. *La crisis climática provoca un aumento de la violencia de género*. In: <https://news.un.org/es/story/2025/04/1538196>. Acesso em junho de 2025.

²² ONU MULHERES. *Progresso nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: resumo de gênero 2024*. In: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2024-en.pdf>. Acesso em junho de 2025.

²³ INICIATIVA SPOTLIGHT. *Colliding crises: how the climate crisis fuels gender-based violence*. In: <https://spotlightinitiative.org/publications/colliding-crises-how-climate-crisis-fuels-gender-based-violence>. Acesso em junho de 2025.

²⁴ Os riscos das mudanças climáticas são particularmente agudos para mulheres e meninas indígenas e afrodescendentes, mulheres idosas, pessoas LGBTQIA +, mulheres e meninas com deficiência, mulheres migrantes e aquelas que vivem em áreas rurais, remotas, de conflito e propensas a desastres.

do por políticas públicas. Silvia Federici (2017)²⁵ argumenta que a precarização da vida das mulheres e seu trabalho reprodutivo e de cuidado estão intrinsecamente ligados à expropriação de terras e à lógica exploratória do capital. Assim, a crise climática é também uma crise de reprodução social, atingindo primeiro corpos e territórios femininos.

O fardo feminino na garantia de recursos e a lacuna de gênero na agricultura – principalmente no acesso à terra²⁶ – são enraizados em construções sociais e relações de poder. Choques climáticos exacerbam essas vulnerabilidades sistêmicas, tornando mulheres e meninas desproporcionalmente suscetíveis à pobreza, fome, violência e crises de saúde. Isso exige que a ação climática e as estratégias de segurança alimentar sejam explicitamente sensíveis e transformadoras de gênero, abordando as causas profundas da desigualdade e não apenas seus sintomas. Uma abordagem neutra perpetua as disparidades.

Fechando a lacuna de gênero na agricultura, garantindo direitos econômicos e legais iguais às mulheres, podemos aumentar os rendimentos globais das culturas em até 30%, aliviando a fome para 150 milhões de pessoas e alimentando 45 milhões adicionais anualmente ao otimizar a produção e limitar a degradação ambiental²⁷. Significa dizer que investir na igualdade de gênero – assegurando direitos a terra, educação, finanças, tecnologia e participação decisória – não é só um imperativo ético e político, mas uma estratégia crucial para construir resiliência climática, fortalecer a segurança alimentar e impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É uma alavanca sistêmica para mudanças positivas.

SABERES LOCAIS E LIDERANÇA FEMININA: RESPOSTAS COMUNITÁRIAS À CRISE ALIMENTAR E CLIMÁTICA

Contudo, a vulnerabilidade não é sinônimo de passividade. As mulheres, em suas diversas territorialidades, são também protagonistas ativas na resistência e na desconstrução do atual modelo, baseadas em propostas de desenvolvimento decoloniais. A socióloga e historiadora aymara-boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2021)²⁸, defensora do “pensamento ch’ixi”, nos convida a observar as formas de resistência que emergem dos povos originários e camponeses. As mulheres indígenas e camponesas, ao manterem suas práticas agroecológicas, ao defenderem suas sementes crioulas e seus territórios contra o avanço do desmatamento e da monocultura, estão na vanguarda da luta pela soberania alimentar e pela justiça climática. Elas encarnam uma ética do cuidado com a terra que se contrapõe à lógica extrativista dominante. As lutas de mulheres indígenas, exemplificadas por Cusicanqui, destacam a resistência contra “megaprojetos” que impeliram seus territórios ancestrais e seus meios de subsistência, defendendo um paradigma de desenvolvimento que valoriza e salvaguarda a natureza como um igual e respeita os direitos indígenas e de gênero. Isso sublinha o imperativo de abordagens agroecológicas de base que empoderam as comunidades locais e integram o conhecimento tradicional, reconceitualizando a resiliência como um processo engendrado dentro de conflitos socioambientais, centrado na contestação e negociação.

²⁵ FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante, 2017.

²⁶ Globalmente, apenas 13,8% dos detentores de terras agrícolas são mulheres, apesar de 38,7% das mulheres empregadas trabalharem na agricultura, silvicultura e pesca. Ver *The State of Food and Agriculture 2010-11: Women in agriculture – Closing the gender gap for development* – FAO.

²⁷ FAO. *When you think farmer – think female!* In: <https://www.fao.org/climate-change/news/news-detail/When-you-think-farmer-think-female!/en>. Acesso em junho de 2025.

²⁸ CUSICANQUI, S. R. *Ch’ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. Trad. Cássio Ricardo Ibiapina. Buenos Aires, Tinta Limón, 2021.

Historicamente, as mulheres têm sido as principais guardiãs das sementes, dos saberes agrícolas ancestrais e da alimentação familiar. No entanto, sua contribuição essencial muitas vezes é invisibilizada e subvalorizada. Como bem aponta Emma Siliprandi (2015)²⁹, em seus trabalhos sobre agricultura familiar e gênero, a divisão sexual do trabalho no campo impõe às mulheres uma carga desproporcional de responsabilidades, enquanto seu acesso a recursos (terra, crédito, tecnologia) é limitado. A interseção também aponta para raízes sistêmicas e apelos por justiça. O gênero fundamentalmente regula o acesso, o uso e o controle sobre os recursos em termos de trabalho, terra e poder de decisão estratégico. Nancy Fraser (2008)³⁰ propõe um quadro de justiça global que abrange a redistribuição econômica (parte igual), o reconhecimento cultural (respeito igual) e a representação política (voz igual). Embora sua abordagem seja mais ampla, o quadro de justiça de Fraser é fundamental para o pensamento da justiça climática e sobre o sistema agroalimentar. Movimentos sociais que defendem a soberania alimentar e a justiça climática também enfatizam a participação democrática e o enfrentamento das desigualdades sociais dentro dos sistemas alimentares.

As lutas de mulheres indígenas contra megaprojetos e a defesa de um desenvolvimento que valorize a natureza e os direitos indígenas demonstram como os modelos econômicos globais, as estruturas de poder (incluindo sistemas de gênero) e os legados históricos (por exemplo, o colonialismo) ativamente criam e perpetuam vulnerabilidades socioambientais. Este cenário é magnificado pela lógica que o economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004)³¹ denomina de “chutando a escada”. Segundo essa tese, nações desenvolvidas, após ascenderem por meio de políticas protecionistas e intervenção estatal, agora

impõem regras de livre comércio e desindustrialização aos países do Sul Global.

Tal imposição impede que estas nações construam suas próprias bases produtivas soberanas, mantendo-as em um ciclo de dependência que agrava as vulnerabilidades climáticas e alimentares, penalizando desproporcionalmente as mulheres e as comunidades locais. Soluções verdadeiramente transformadoras exigem desafiar e reformar os sistemas econômicos e políticos subjacentes que impulsionam a desigualdade e a exploração insustentável de recursos. Isso significa defender paradigmas de desenvolvimento (por exemplo, agroecologia) que priorizem o bem-estar ecológico e social em detrimento do lucro, empoderem as comunidades locais (especialmente as mulheres) como agentes-chave de mudança e garantam sua participação e representação significativas nos processos de tomada de decisão. Exige-se uma mudança fundamental de um modelo de “desenvolvimento” que espelha o extrativismo colonial para um enraizado na justiça, equidade e respeito por diversos sistemas de conhecimento e modos de vida.

Nesse contexto, a soberania alimentar transcende a autonomia dos territórios em decidir sobre a produção de alimentos. Ela se configura como um projeto político e cultural que exige a decolonização dos saberes, a valorização das agriculturas tradicionais, o acesso equitativo à terra e à água, e a participação plena e efetiva das mulheres nas tomadas de decisão. É um chamado inescapável para reconhecer que as soluções para a crise climática não virão exclusivamente da alta tecnologia, mas, fundamentalmente, da resiliência, da sabedoria na manutenção da biodiversidade e da capacidade de organização das comunidades que vivem e cuidam da terra.

Esse cenário implica a coprodução de conhecimento sobre o tema, que considere a participação ativa daqueles que são os mais afetados ou

²⁹ SILIPRANDI, E. *Gênero e agricultura familiar: desafios e perspectivas para a produção agroecológica*. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

³⁰ FRASER, N. *Scales of justice: reimagining political space in a globalized world*. Cambridge, Polity Press, 2008.

³¹ CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

vulneráveis à crise climática nos processos decisórios. A forma como as decisões serão tomadas e por quem, em torno das mudanças climáticas, definirá as atuais incertezas globais frente ao futuro. As perspectivas comunitárias e o fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, reconhecidos consistentemente como os maiores conservadores da biodiversidade, ganham espaço crescente no debate, ao lado do emergente conceito dos Direitos da Natureza e de sua consideração como um ator político.

Nesse panorama, a experiência comunitária de países com grande diversidade cultural e biológica, como Brasil, México, Índia, Indonésia, Austrália e República Democrática do Congo, demonstra importantes capacidades para produzir soluções para a complexa construção de políticas e ações de adaptação às mudanças do clima. O reconhecimento de quem somos, de como so-

mos e das diversas cosmovisões e modos de vida existentes nos territórios é fundamental. Nessas diversidades, identificam-se capacidades adaptativas e oportunidades para reduzir as vulnerabilidades intensificadas pelo câmbio climático. Essa proteção das pessoas, formas de vida e seus ecossistemas precisa ser uma meta global, fundamentada em uma linha de pensamento baseada em comunidades e ecossistemas e nas capacidades de redução de riscos. No entanto, é ainda premente reduzir as vulnerabilidades socioambientais de forma ampliada e global, não apenas para a adaptação, mas também para temas de mitigação e financiamento. Identificar onde estão os pontos críticos e quais foram os avanços e retrocessos das políticas e programas desenvolvidos nos últimos anos, bem como garantir um enfoque de gênero e direitos humanos frente aos impactos diferenciados da atual crise climática, é uma tarefa inadiável.





Rumo à justiça climática: ecofeminismo interseccional, desconstrução das desigualdades de gênero e princípios decoloniais para o financiamento climático

Paula Franco Moreira¹ e Sarah Nannyondo (Okello)²

ABORDAGEM ECOFEMINISTA INTERSECCIONAL E DECOLONIAL NO CONTEXTO DA CRISE CLIMÁTICA

A crise ecológica e climática é, sem dúvida, o resultado da exploração e da mercantilização, tanto da natureza, como dos grupos marginalizados da sociedade, fazendo com que seja uma questão ética e moral, para além dos direitos humanos. Para fazer face a esta crise climática global, que está afetando fortemente as pessoas marginalizadas da sociedade, as iniciativas globais, regionais, nacionais e locais tentam encontrar soluções viáveis e sustentáveis para enfrentar esta crise e os seus efeitos. A desigualdade causada pelas mudanças climáticas exige que se olhe para trás e se compreenda as raízes históricas dessas desigualdades globais, que aumentaram drasticamente nos últimos 200 anos. Logo se revisará que tal situação resultou, em grande medida, do colonialismo e da industrialização, que foram os principais motores do crescimento econômico na Europa, e ao mesmo tempo, impediram o crescimento de suas colônias noutras partes do mundo. A desigualdade aumenta a exposição dos grupos sociais desfavorecidos aos efeitos adversos dos extremos (S. Nazrul Islam & John Winkel, 2017). As alterações climáticas exacerbaram as desigualdades existentes contra as mulheres e outros grupos minoritários com base em gênero, classe socioeconômica, raça, etnia, nacionalidade capacidade, orientação sexual e idade.

¹ Paula articula mulheres do Sul Global em prol de uma sociedade justa, decolonial, inclusiva, sustentável e feminista. Atua também com a ampliação de soluções climáticas locais e planejamento urbano à luz da justiça climática. Está como gerente do programa Vozes por uma Ação Climática Justa (VAC) da Hivos no Brasil, que fortalece a sociedade civil de 9 países do Sul Global (Brasil, Bolívia, Paraguai, Zâmbia, Quênia, Tunísia e Indonésia) para avançar a pauta da justiça climática. É advogada, doutora em relações internacionais em redes transnacionais de ativismo no Sul Global (UnB), pós-doutora em monitoramento participativo de hidrelétricas na Bacia Amazônica (Universidade Federal do Tocantins em conjunto com Universidade da Florida) e em planejamento energético a luz dos Direitos Humanos (Unicamp).

² Sarah Nannyondo (Okello) é diretora de programas da Akina Mama wa Afrika, organização dedicada à promoção da liberdade das mulheres e da justiça de gênero na Pan-áfrica. Com formação em estatística e economia e vasta experiência em monitoramento, avaliação, responsabilização e aprendizagem, está profundamente empenhada em liderar a pesquisa feminista, criar soluções inovadoras e formar líderes emergentes dentro do movimento feminista.

Apesar do cenário atual de inúmeras crises concomitantes, existem enormes oportunidades para fazer mudanças. Precisamos renegociar direitos desiguais, reimaginar e recuperar o equilíbrio entre a humanidade e a natureza. Isso poderá ocorrer através da liderança e responsabilidade da sociedade civil enraizada em seus territórios e da potencialização de soluções climáticas locais, e em especial lideradas por mulheres. Para isso, é necessária a adoção de uma abordagem inovadora de justiça climática interseccional, e fortes parcerias para a ação climática justa, unindo sociedades com diversos conhecimentos, multi e transdisciplinares, do norte ao sul do país.

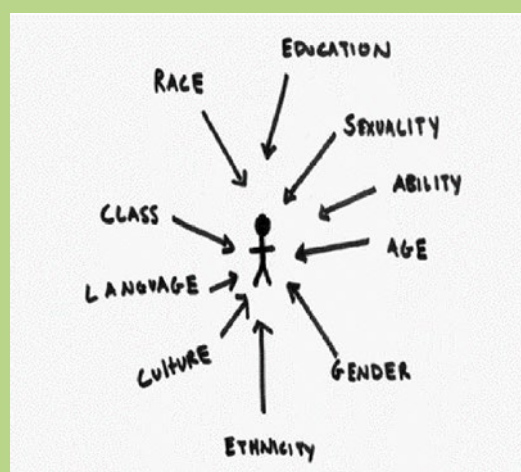
A compreensão dos impactos das mudanças climáticas é uma questão social complexa que deve ser analisada usando uma abordagem interseccional de justiça climática. Uma abordagem interseccional reconhece a natureza interconectada das categorizações sociais, como raça, classe, etnia, idade, orientação sexual e gênero, uma vez que se aplicam conjuntamente a um determinado indivíduo ou grupo. Uma análise interseccional significa dizer que a crise climática deve ser abordada não como uma crise de tema único, mas sim como a interseção de muitas crises diferentes.

As mulheres, em média, tendem a ser menos instruídas, mais pobres, menos móveis e mais longevas do que os homens – todos fatores de risco e vulnerabilidade às mudanças climáticas (Women's Environmental Network, 2010). Além disso, como as mulheres têm grandes papéis biológicos e culturais no trabalho de reprodução humana e na produção de meios de subsistência, diferenças resultantes de gênero têm enormes impactos na humanidade como um todo.

Portanto, tratar da crise climática é adotar estratégias que atacam as causas profundas das desigualdades, transformem as relações de poder e promovam os direitos das mulheres no contexto da crise climática, conforme também trazido pelo Conselho de Direitos Humanos (2021).

A interseccionalidade reconhece que o complexo de cada pessoa e identidade afeta como eles são implicados e afetados pelas mudanças climá-

ticas. Isto significa reconhecer a importância das relações de poder, contextos situados para diferentes pessoas, e como os agrupamentos sociais afetam os resultados materiais. Assim, é fundamental perceber que o gênero é central, cruzado a todos os outros fatores sociais e econômicos que aceleram a vulnerabilidade. Globalmente, as mulheres representam metade da humanidade e, portanto, impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre as mulheres devem ser abordados como uma questão urgente de equidade, em todo o mundo. Nesse sentido, é fundamental haver estratégias que visam transformar as relações de poder e promover os direitos das mulheres no contexto da crise climática (Anna Kaijser & Annica Kronsell, 2014).



Entendendo a abordagem eco-interseccional feminista no contexto de crise climática (AMWA 2023, p. 83)

Para organizações feministas, uma análise interseccional da crise climática é importante para definir as nossas propostas de incidência. Assim, gostaríamos de apresentar as 9 propostas feministas interseccionais para justiça climática, da organização do Sul Global parceira de Hivos, pan-africana e feminista, Akina Mama wa Afrika, bem como os princípios para decolonizar o financiamento climático, totalmente aplicáveis à América Latina, e com os quais, concordamos integralmente. As propostas abaixo utilizam abordagens feministas e transformacionais de gênero

para desconstruir e transformar as desigualdades de gênero em diferentes contextos:

a) Desconstrução do patriarcado e das estruturas de poder

Transformação significa mudança ou renovação do sistema patriarcal com vistas ao reconhecimento de direitos das mulheres. Apela à sociedade para que mude os seus conceitos sobre a legitimidade social do regime patriarcal. Isto quer dizer questionar tradições que se tornaram consistentemente obstáculos à conquista de direitos das mulheres. Sistemas patriarcais que são prejudiciais para mulheres e homens podem ser transformados e desconstruídos para o benefício de todos. O sistema patriarcal opera criando e perpetuando privilégios e opressões (Elaine Neuenfeldt (2015). Reformas devem criar equidade e formar mulheres para a conquista dos seus direitos a terra, por exemplo. Isso exige ir a fundo nas estruturas patriarcais, para poder desconstruí-las, reconceituar noções de acesso, controle e de propriedade, distinguindo aspectos positivos, e incidindo onde puder fazer a maior diferença para as mulheres. Portanto, temos clareza que o patriarcado é o principal obstáculo ao avanço e desenvolvimento das mulheres (Sultana, A., 2012).

b) Inclusão social e análise interseccional

As mulheres e as meninas não constituem um grupo homogêneo. Vários outros fatores sociais, econômicos e culturais incluindo idade, deficiência, orientação sexual, religião, educação, localização e intersecção com gênero determinarão a capacidade de exercer ou desfrutar de seus direitos plenamente ou a sua negação. Esses fatores devem orientar a concepção de programas e políticas públicas baseadas em interseccionalidades para garantir que ninguém seja prejudicado.

c) Auto-organização e agência entre mulheres

Os movimentos feministas acreditam que é possível mudar o mundo e mudar a vida das mulheres no mundo. Para isso, é necessário focar na união das mulheres para uma agenda comum, seja nos grupos apenas de mulheres, seja em diferentes grupos e plataformas mistos, onde é necessário criar espaços específico para elas. Exemplos disso no Brasil, além da reunião de autoras deste livro, são a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a organização para a Marcha das Mulheres Negras, a Conferência de Políticas Públicas para Mulheres, entre outras iniciativas. Na Pan-Africa, a organização Akina Mama wa Afrika tem criado esses espaços, incluindo treinamento para mulheres tornarem-se lideranças regionais.

Criando espaços seguros, é possível que as mulheres discutam problemas, compartilhem experiências, desenvolvam novas habilidades e estabeleçam um plano político para as mudanças, apontando caminhos de incidência e propostas. As feministas acreditam que a única forma de responder a esses desafios é através de alianças, coligações e redes com outros movimentos sociais progressistas, para encontros em espaços de articulação política, para construir coletivamente o projeto político, econômico e social do mundo que queremos (WEDO, 2021). Apontamos brevemente as demais propostas para a desconstrução da desigualdade de gênero trazidos pela Akina, que incluem: d) Fortalecer o potencial de liderança das mulheres; e) A inovação e ampliação das melhores práticas; f) Parcerias colaborativas; g) Parcerias estratégicas com organizações de equidade de gênero indígena e/ou de direitos das mulheres; h) A influência sobre a operacionalização de legislações e quadros de políticas públicas e; i) O desenvolvimento da Autoestima das mulheres.



OS 10 PRINCÍPIOS FEMINISTAS DECOLONIAIS PARA O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO:

Tal como todos os outros desafios de desenvolvimento a nível macro que o Sul Global enfrenta, a crise climática é o resultado de sistemas e estruturas que também influenciam a exposição a vulnerabilidades e a exposição de certos indivíduos, bem como a medida em que as pessoas podem se adaptar ou permanecer resistentes à crise. Os efeitos destes sistemas possuem grande alcance e são contínuos, pois continuam a afetar as instituições políticas, sociais e de governança do Sul Global.

Nesse sentido, a respeito do futuro direcionamento de novos financiamentos climáticos ou a reforma dos atuais, aproveitaremos para reforçar e compartilhar as recomendações de nossas parceiras Pan-Africanas Akina Mama wa Afrika (Amka, 2024), os 10 Princípios Feministas Descoloniais para desbloquear o financiamento climático para a África, aplicando aqui para o Sul Global, que trouxeram uma série de princípios transformadores deste tipo de financiamento, tais como:

- (1) Transformação de Gênero: o financiamento climático deve desafiar normas patriarcais e empoderar mulheres como tomadoras de decisão;
- (2) Interseccionalidade: o financiamento deve abordar sistemas de opressão sobrepostos — raça, classe, deficiência, idade, entre outros;
- (3) Anticapitalismo: rejeitar modelos orientados ao lucro que exploram pessoas e natureza; o financiamento deve priorizar o bem-estar coletivo;
- (4) Decolonialidade: reconhecer e desmontar estruturas de poder coloniais na governança do financiamento climático;

- (5) Restaurativo: apoiar cura e justiça para comunidades prejudicadas pela degradação ambiental e impactos da mudança climática;
- (6) Reparação: o financiamento climático deve incluir reparações por injustiças históricas e contínuas;
- (7) Longo Prazo e Flexível: superar ciclos de projetos de curto prazo; permitir que comunidades definam suas próprias prioridades;
- (8) Financiamento Público em Primeiro Lugar: o financiamento climático deve ser liderado por instituições públicas, não por interesses privados;
- (9) Sem Dívida e Baseado em Subsídios: evitar empréstimos que aprofundem dívidas; priorizar subsídios e apoio incondicional e;
- (10) Novo e Adicional: o financiamento climático deve ser novo — não ajuda reaproveitada — e dimensionado para atender às necessidades reais.

Até aqui traçamos os princípios fundamentais para que um financiamento climático seja feminista e justo. Ainda com base na justiça climática, recomendamos que: 1) os recursos sejam disponibilizados de forma oportuna; 2) o acesso seja amplo e priorize os grupos mais vulnerabilizados; 3) os critérios para concessão sejam transparentes; 4) os instrumentos financeiros utilizados sejam adequados ao contexto; 5) as dinâmicas de poder e questões políticas sejam geridas com cautela; e, por fim, que 6) feministas, promotoras da justiça de gênero, defensores de direitos humanos, ambientalistas e a sociedade civil acompanhem a implementação dos fundos, assegurando a prestação de contas dos financiadores, a proteção dos direitos humanos e da sustentabilidade durante a execução das ações climáticas.

REFERÊNCIAS

- Akina Mama wa Afrika (Amwa), 2021, *Global South perspectives on “Why the climate crisis is a feminist issue”*. In: https://akinamamawaafrica.org/wp-content/uploads/2024/09/AKINA_Technical-brief-2021-Global-South-perspectives-on-Why-the-climate-crisis-is-a-feminist-issue-1.pdf
- Akina Mama wa Afrika (Amwa), 2024, *10 Decolonial Feminist Principles to unlock climate finance in Africa!* In: <https://akinamamawaafrica.org/amwa-publications/an-intersectional-feminist-climate-action-guide/>
- _____, 2024 B, *An Intersectional Feminist Climate Action Guide*. In: <https://akinamamawaafrica.org/amwa-publications/an-intersectional-feminist-climate-action-guide/>
- ISLAM, S. Nazrul & WINKEL, John, 2017. *Climate Change and Social Inequality, DESA Working*. Paper No. 152, In: ST/ESA/2017/DWP/152, https://www.un.org/esa/desa/papers/2017/wp152_2017.pdf
- Human Rights Council, 2021, *Human Rights Council Resolution 48/14: Mandate of the Special Rapporteur on the promotion and protection of Human Rights in the context of climate change*. In: <https://www.actu-environnement.com/media/pdf/news-38372-resolution-onu-rapporteur-im-pacts-changement-climatique-droits-homme.pdf>
- KAIJSER, A. & KRONSELL, A., 2014. *Climate change through the lens of intersectionality, Environmental Politics*, 23:3, 417-433, DOI: 10.1080/09644016.2013.835203
- NEUENFELDT, E. 2015, *Identifying and Dismantling Patriarchy and Other Systems of Oppression of Women in Gender Analysis, Feminist Theology, and the Church in Mission*. In: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/irom.12072>
- SULTANA, A., 2012. *Patriarchy and Women's Subordination: A Theoretical Analysis*. Arts Faculty Journal, 4, 1-18. In: <https://doi.org/10.3329/>
- WOMEN'S ENVIRONMENTAL NETWORK, 2010. *Gender and the Climate Change Agenda Work and Identity*. In: *Women's Lives*. Ed.: ABEL, Emily e NELSON, Margaret.
- WEDO, 2021. *A Feminist Agenda for People and Planet: Principles and Recommendations for a Global*.
- _____. *Feminist for Economic Justice for People and Planet. A feminist and decolonial global green new deal: principles*.



Saúde Mental, clima e cuidado comunitário

Carla Antelante da Cruz¹ e Sayonara Bezerra Malta²



¹ Pedagoga, Pesquisadora, Terapeuta Sistêmica, Produtora e Diretora em Cinema Comunitário. Mestre e Fundadora do #QuilomboDiMaria.

² Sayô Adinkra é historiadora, gestora, consultora, doula. Coordenadora do Escritório de Projetos Esmeralda, integrante dos pontos de Cultura Casa Preta Amazônia e #QuilomboDiMaria.

A saúde mental não é um tema simples de abordar, em grande parte devido à diversidade de entendimentos sobre o que ele significa. Essa variedade de concepções pode ser uma das primeiras barreiras para que ele seja refletido de forma ampla e adequada. Ainda persiste uma cultura que associa saúde mental exclusivamente ao campo da psiquiatria, restringindo o debate a diagnósticos clínicos e patologias específicas. No entanto, esse olhar limitado ignora que situações como estresse constante, insônia frequente ou sobrecarga emocional cotidiana também são indicadores relevantes de desequilíbrio na saúde mental. Superar essa visão reducionista é um dos grandes desafios para ampliar a consciência coletiva sobre o cuidado com o bem-estar psíquico em qualquer contexto, não sendo diferente com o atual cenário de graves preocupações climáticas, que têm gerado muita ansiedade e problemas de ordem de saúde mental, ao mesmo tempo em que pouco debate vem sendo construído no sentido de minimizar danos e reparar perdas.

A experiência do #QuilomboDiMaria, coletivo itinerante de saúde comunitária e cultura negra com sede em Salvador/BA, traz, a partir das pesquisas de sua fundadora e coordenadora Carla Antelante, a formulação do termo *pandemia de saúde mental, emocional e espiritual*. Essa nomeação surge como um alerta para um cenário crítico que se intensificou com a pandemia de COVID-19, mas que ainda é pouco discutido, reconhecido ou mobilizado. Para essa abordagem, a prioridade é um movimento que nos permita ir evidenciando as múltiplas camadas de sofrimento e adoecimento que atravessam os corpos, mentes e espiritualidades, sobretudo em territórios periféricos e racializados.

A crise climática, quando analisada sob a ótica da justiça social e de seus impactos sobre a saúde mental, revela-se como um dos maiores desafios contemporâneos. O aumento da temperatura global, que já se aproxima do limite crítico de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, intensifica eventos extremos como secas, enchentes, incêndios florestais e tempestades. Esses fenômenos não apenas causam destruição material e deslo-

camentos forçados, mas também afetam profundamente o bem-estar emocional e psicológico das populações atingidas.

Esse cenário tem ampliado a chamada *ansiedade climática* – desconforto mental provocado por um sentimento de angústia e impotência diante da gravidade da crise ambiental e da incerteza em relação ao futuro, bem como a potencialização dos sentimentos de culpa e impotência por não se conseguir fazer o suficiente para melhorar a situação do planeta. No entanto, é importante destacar que, embora os efeitos da emergência climática alcancem a todos, eles não se manifestam de forma igualitária. Os impactos recaem com maior intensidade sobre populações historicamente marginalizadas, o que torna indispensável incorporar o conceito de justiça climática aos debates. Questões como o racismo ambiental e as desigualdades de gênero são centrais para compreender a distribuição desigual dos danos e para construir respostas mais coerentes e eficazes.

Nesse contexto, discutir saúde mental exige uma abordagem territorializada, que reconheça os múltiplos atravessamentos de opressão já vivenciados por comunidades periféricas, racializadas e empobrecidas. É a partir dessa perspectiva que torna-se urgente falar, não apenas da ansiedade climática, mas também de outros agravamentos emocionais e psíquicos que vêm afetando essas populações. Somente com esse olhar interseccional será possível construir caminhos de cuidado, escuta e resistência frente às crises que se sobrepõem.

Estar ansioso é estar preocupado. Estar ansioso é pensar em algum perigo iminente, e isso pode até ajudar, em alguma medida, a se preparar para o que vem, seja evitando ou diminuindo danos, mesmo que psicológicos. O que tem-nos acontecido neste momento é a não-ideia do que fazer com as incertezas das notícias e com os fatos que se vêm observando no universo das crises climáticas. E essa é a preocupação que se torna adoecedora. O estresse, a ansiedade, a preocupação excessiva vêm trazendo reações fisiológicas (típicas destes transtornos) como insônia, medo, suicídio e ideação suicida, palpitações, doenças cardíacas

vasculares e decisões precipitadas e não assertivas com relação à vida, que sempre incluem desalento, dor, desconsolo e falta de esperança.

Lidar de forma consciente com as situações de crise e emergência climática exige-nos observar esses pontos e compreender, de imediato, a importância de novos protocolos de cuidado, de relação e proteção por parte das comunidades e territórios. O que tem acontecido ao planeta necessitará de uma regeneração do mesmo, que ele mesmo dará conta, como as ciências nos mostram ter acontecido outras tantas vezes. O que precisamos dar conta é de mudar as perspectivas de vida e a integralidade entre humanos e planeta; é assim que mudamos e nos regeneramos juntos, conectando o bem viver com o corpo, a mente, a emoção e a dimensão espiritual.

Para além da ansiedade climática, um conceito relevante e necessário, sobretudo em regiões atingidas por eventos extremos como enchentes, secas e queimadas, é fundamental considerar o contexto sistêmico e cotidiano de agravamento das condições de vida provocado pela destruição ambiental. A crise ambiental se infiltra nas rotinas e no corpo das pessoas, impactando diretamente a saúde física, mental e emocional, sobretudo porque não há “fora do corpo”, o corpo compõe um sistema de vida natural e se esse sistema está sendo destruído, o corpo será impactado. Somos parte da natureza, porém, ainda nos referimos a ela como algo “fora”.

Há alguns sinais evidentes muito frequentes no contexto brasileiro, facilmente identificados no último ano, a iniciar pelo agravamento da qualidade do ar. Para além da já conhecida poluição urbana causada por veículos e indústrias, temos assistido a episódios cada vez mais frequentes e alarmantes em que cidades inteiras são encobertas pela fumaça das queimadas florestais, um efeito direto do desmatamento, das práticas predatórias de uso da terra e do modelo de agro-negócio que domina este país. Essa fumaça carrega uma mistura especialmente tóxica de partículas finas de substâncias químicas que superam, em periculosidade, a poluição urbana tradicional. Respirar esse ar contaminado representa um

risco contínuo e silencioso à saúde, afetando de forma mais intensa crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias pré-existentes. Além dos impactos físicos, esse cenário também provoca agravamentos emocionais, como ansiedade, sensação de sufocamento e insegurança, criando um ambiente de vulnerabilidade física e simbólica para populações inteiras, mas especialmente para um público desprovido do privilégio de permanecer em *homeoffice* de suas casas, com ar-condicionado, quando por semanas e meses, a fumaça permanece por toda parte.

Outro ponto crítico é a crise na qualidade e disponibilidade da água potável. Diversas comunidades e cidades inteiras enfrentam escassez ou contaminação dos mananciais, seja por resíduos industriais, esgoto não tratado ou uso excessivo de agrotóxicos na agricultura. A água, que deveria ser um direito básico e um elemento de bem-estar, transforma-se em fonte de insegurança. Além disso, há uma redução visível nos espaços públicos naturais seguros e limpos, como rios, praias, igarapés e áreas verdes, que antes eram locais de lazer, convívio, relaxamento e refazimento coletivos. Sua ausência ou degradação empobrece o cotidiano, priva o corpo do contato com elementos naturais que o regenera, ao mesmo tempo que intensifica confinamento, esgotamento e desalento.

A elevação constante das temperaturas também tem efeitos diretos no corpo e na mente. O calor extremo não é apenas um desconforto: ele atua como um estressor fisiológico, gerando cansaço crônico, irritabilidade, distúrbios do sono, queda de produtividade e agravamento de quadros de saúde mental. Quando somamos esses fatores – ar poluído, água escassa ou contaminada, ausência de espaços de respiro e temperaturas cada vez mais elevadas – temos um quadro de destruição estrutural que repercute diretamente na integridade do corpo, na estabilidade emocional e na qualidade das relações sociais.

Reconhecer essas conexões entre ambiente e saúde mental é fundamental para repensar políticas públicas e formas de cuidado que levem em conta a dimensão ambiental da vida. O corpo sen-



te o colapso ambiental antes mesmo que ele seja plenamente nomeado, e é a partir dessas sensações que precisamos construir respostas mais sensíveis, interdisciplinares e territorializadas.

Essa intersecção entre a crise climática e a saúde mental tem consequências severas e exige atenção. À medida que enfrentamos a ameaça de ultrapassar o limite de 1,5°C, precisamos reconhecer que a saúde mental da população é um aspecto essencial de pauta política e de resiliência. Os cuidados no campo do mental-emocional devem ser parte integrante das políticas de combate à crise climática. Além de reduzir as emissões de carbono e mitigar o aquecimento global, é urgente que as nações estabeleçam redes de suporte para a população. O enfrentamento da crise climática precisa também significar o fortalecimento da nossa capacidade coletiva de cuidar uns dos outros, em meio às incertezas de um planeta em crise que podem agravar e muito o contexto de traumas individuais e coletivos.

Ao mesmo tempo que essa reflexão deve-se expandir para incidir na formulação de políticas públicas orientadas à saúde mental, é fundamental que os contextos comunitários, territoriais e em rede, fortaleçam e aperfeiçoem suas próprias estratégias de cuidado, tanto individual quanto coletivamente. Nessa perspectiva, os princípios das tecnologias ancestrais, da colaboração, das medicinas naturais e das práticas culturais tradicionais tornam-se essenciais para estabelecer um diálogo importante entre a crise climática e a saúde mental, valorizando saberes que, historicamente, permitiram que comunidades pudessem enfrentar e superar crises de diversas ordens.

Em tempos de colapso, a conexão com elementos que oferecem fundamentos de vida – como plantas medicinais, cantos, rezas, danças e práticas de convivência coletiva com qualidade nos seus vínculos – pode funcionar como ponto de ancoragem emocional e psicológica que permita fazer sentido e dar relevância à experiência do existir, num cenário recordista de índices de depressão e suicídio.

A colaboração é um princípio essencial que faz parte de diversas comunidades e redes e que se

faz necessário fortalecer e expandir, numa perspectiva de criação ou fortalecimento de redes de apoio como modo de viver e que são indispensáveis em momentos de crise. Em muitas comunidades tradicionais, a ideia de sobrevivência coletiva está profundamente enraizada: o bem-estar do grupo é priorizado, e os recursos e conhecimentos são compartilhados em benefício de todos. Colaboração e apoio mútuo facilitam um espaço onde as pessoas podem compartilhar suas experiências, elaborar coletivamente seus sentimentos de perda e medo e se organizar para reconstruir de forma conjunta, fortalecendo o senso de comunidade e pertencimento.

Além disso, a colaboração entre diferentes saberes – como ciências ancestrais, práticas tradicionais e abordagens de saúde mental – pode abrir caminho para novas metodologias de cuidado, onde cada território / comunidade gera suas próprias respostas com ações comunitárias colaborativas, mas isso só vai ocorrer se os planos organizativos de cada lugar, e seus movimentos, estiverem dialogando com o tema da saúde mental em sua centralidade e devida importância, inclusive aprofundando a respeito de qual abordagem se deseja seguir.

Diante desse cenário, é urgente compreender que a saúde mental não pode ser tratada como uma questão isolada ou secundária nas discussões sobre a crise climática. O colapso ambiental já impacta profundamente nossos corpos, territórios e relações, exigindo respostas que sejam ao mesmo tempo políticas, sensíveis e enraizadas na vida cotidiana das populações mais afetadas. Reconhecer o valor das práticas comunitárias, dos saberes ancestrais e das redes de cuidado é parte central de um novo paradigma de enfrentamento, que compreende o bem-estar psíquico como direito coletivo e inalienável. Apenas com essa visão ampliada e interseccional será possível construir estratégias verdadeiramente transformadoras, que enfrentem tanto as causas estruturais da destruição ambiental quanto seus efeitos subjetivos e espirituais, reafirmando o compromisso com a dignidade e a sustentabilidade da vida em todas as suas dimensões.

O protagonismo feminino frente à crise climática: mulheres e a capacidade adaptativa

Danielle Almeida de Carvalho¹



¹ Bióloga, mestra em Biodiversidade de Ambientes Costeiros e doutora em Ciência do Sistema Terrestre. Possui estudos em adaptação às mudanças do clima, governança e políticas climáticas subnacionais e capacidade adaptativa de comunidades pesqueiras com recorte de gênero. Atualmente, atua como oficial de projetos no Programa Vozes pela Ação Climática Justa, pela Hivos Brasil.

A crise climática está mudando o mundo em ritmo acelerado, com secas prolongadas, enchentes cada vez mais frequentes, escassez de alimentos, alterações na biodiversidade e impactos diretos na saúde e na vida das pessoas. Mas, esses efeitos não acontecem de forma isolada. Eles se somam a uma série de desigualdades já existentes: pobreza, falta de acesso a água potável e saneamento, racismo, desigualdade de renda e de gênero, e falhas nos sistemas de governança. Em comunidades mais vulneráveis, a situação se agrava ainda mais.

Diante desses desafios, um conceito ganha força: **capacidade adaptativa**. Ele se refere à habilidade de indivíduos, famílias e comunidades de responder, se ajustar e encontrar soluções frente a mudanças e ameaças. Pode parecer técnico, mas no fundo é algo que muita gente já pratica, todos os dias. Capacidade adaptativa é a nossa forma de “dar um jeito”: mudar os hábitos, reorganizar a rotina, encontrar saídas quando tudo parece desmoronar. Seja um agricultor que precisa plantar em períodos de seca, uma marisqueira que enfrenta a poluição do mangue, ou uma mãe que reinventa o sustento da casa depois de perder o emprego.

E, nessa arte de adaptar-se à realidade, as **mulheres** estão na linha de frente.

MULHERES QUE ADAPTAM, SUSTENTAM E TRANSFORMAM

Ao redor do mundo, são inúmeras as histórias de mulheres que transformam a adversidade em solução. Em **Tamil Nadu, na Índia**, por exemplo, mulheres agricultoras criaram métodos de beneficiamento dos alimentos logo após a colheita para que durem mais tempo. Elas limpam, secam, armazenam e embalam sementes tradicionais de forma mais eficiente. Em tempos de desastres ou escassez, esse trabalho garante comida na mesa de muitas famílias. Trata-se de uma estratégia comunitária de segurança alimentar, pensada e colocada em prática por mulheres, com poucos recursos e muita criatividade.

Na **região do Sahel, em Burkina Faso**, mulheres lideram iniciativas de reflorestamento e agroecologia através da técnica *zaï*, que recupera solos degradados, aumentando a resiliência das comunidades às mudanças climáticas. Já no **Nepal**, cooperativas femininas gerenciam sistemas de microcrédito e poupança coletiva, permitindo que famílias rurais tenham acesso a recursos financeiros em momentos de crise.

Aqui no Brasil, a realidade não é diferente. Nas comunidades pesqueiras do Sul, como em **comunidades litorâneas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina**, as mulheres também têm papel crucial. Enquanto os homens muitas vezes são reconhecidos como “os pescadores”, são elas que, nos bastidores, mantêm a pesca funcionando: consertam redes, limpam e secam o peixe, embalam, vendem na feira ou nas portas de casa. Algumas, ainda enfrentam o mar, ao lado de seus maridos. Tudo isso sem garantias, sem direitos e, muitas vezes, sem receber sequer um salário.

As mulheres brasileiras fortalecem a resiliência comunitária em diversos contextos. No **semiárido nordestino**, as “mulheres da caatinga” lideram bancos de sementes crioulas, garantindo diversidade agrícola e segurança alimentar em períodos de seca extrema. Na **Amazônia**, as quebra-deiras de coco babaçu do Maranhão e Tocantins organizam-se em cooperativas para comercializar óleos e farinhas de forma sustentável, protegendo o bioma e gerando renda. Em **áreas urbanas**, as catadoras de materiais recicláveis, como as da Associação Nacional de Catadores (ANCAT), transformam resíduos em fonte de sustento, reduzindo impactos ambientais enquanto enfrentam desigualdades de gênero no setor.

Esses são apenas alguns exemplos, mas há milhares espalhados por áreas rurais, urbanas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Mulheres que cuidam da terra, das águas e das pessoas. Que organizam mutirões, criam hortas comunitárias, trocam sementes, montam cozinhas coletivas, lideram associações e colocam-se na linha de frente do cuidado com o meio ambiente. Tudo isso, enquanto seguem responsáveis pela maior parte dos cuidados domésticos e familiares.

INVISIBILIDADE E DESIGUALDADE: O OUTRO LADO DA MOEDA

Apesar de sua contribuição inquestionável, o trabalho das mulheres continua sendo invisível para políticas públicas, gestores e muitas vezes, até dentro de suas próprias comunidades. Isso acontece porque, na maioria das vezes, essas atividades são classificadas como “**informais**” ou “**domésticas**”, ou seja, não são consideradas trabalho “de verdade”. Esse rótulo reforça desigualdades históricas, desvalorizando o esforço feminino e dificultando sua participação nas decisões que envolvem o território, o meio ambiente e os recursos naturais.

Essa desigualdade também aparece nos números. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil, as mulheres ganham **cerca de 79,3% do salário dos homens** na mesma função. E quando observamos os recortes de raça e classe social, o abismo aumenta. As **mulheres negras**, por exemplo, realizam em média **18,6 horas semanais de trabalho doméstico não remunerado**, enquanto **homens brancos fazem cerca de 10,4 horas**. Isso é reflexo da **divisão sexual e racial do trabalho**, que empurra as mulheres, especialmente as negras, para funções ligadas ao cuidado e à manutenção da vida, mas quase nunca a funções relacionadas a tomadas de decisão e cargos de poder.

Além da divisão sexual e racial do trabalho, há a sobrecarga de trabalho com consequências concretas. Em situações de crise, como enchentes ou secas, as mulheres geralmente ficam responsáveis por manter a família alimentada, buscar água, cuidar dos doentes e proteger os filhos. Em muitos casos, são as últimas a comer e as primeiras a abdicar de seus direitos.

De forma geral, os impactos da crise climática afetam mais intensamente as mulheres. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (2015),

70% das 1,3 bilhão de pessoas em situação de pobreza no mundo são mulheres. E, em desastres naturais, elas e as crianças **têm 14 vezes mais chances de morrer** do que os homens. Essa diferença não acontece por acaso, mas devido a estruturas sociais e econômicas que não as colocam como prioridade.

O QUE PODE (E DEVE) MUDAR

Reconhecer o papel das mulheres na construção da capacidade adaptativa é urgente. E isso não significa apenas escutá-las, mas garantir que tenham acesso aos meios de produção, aos recursos naturais, ao crédito, à terra, à formação técnica e aos espaços de decisão. Significa reconhecer e valorizar seu saber, seu trabalho e sua experiência.

Alguns avanços começam a surgir. Em **setembro de 2024**, o governo brasileiro lançou o **Plano Nacional pela Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens**, com um orçamento de **R\$17 bilhões em quatro anos**. A iniciativa busca enfrentar as desigualdades salariais, ampliar a participação feminina no mercado de trabalho e combater a discriminação de gênero. É preciso pensar em **políticas públicas com recorte de gênero**, ou seja, que levem em conta as diferentes realidades vividas por homens e mulheres. Medidas como:

- Coletar dados desagregados por sexo e raça;
- Fortalecer associações de mulheres em comunidades locais;
- Investir em formação e amplificar o acesso a tecnologias para mulheres agricultoras e pescadoras;
- Garantir a presença de mulheres nos conselhos e comitês de gestão ambiental e urbana;
- Reconhecer e remunerar o trabalho informal e de cuidado²

² Política Nacional de Cuidado instituída em 23 de dezembro de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm

JUSTIÇA CLIMÁTICA COMEÇA COM JUSTIÇA DE GÊNERO

O que chamamos de **justiça climática** só será possível quando enfrentarmos, de forma direta, as desigualdades que atravessam a vida das mulheres. Afinal, são elas que garantem o sustento, o cuidado e a vida em meio ao caos. São elas que seguram o mundo quando ele começa a ruir.

Fortalecer a capacidade adaptativa das comunidades não é apenas incluir mulheres, é reconhecer que elas já são, há séculos, as **mantenedoras invisíveis da resiliência coletiva**. Seus corpos, mentes e afetos operam como redes de sustentação: são elas que, diante de crises, reorganizam a escassez, transformam fragmentos em possibilidade e mantêm vivos os fios “não-vistos” que ligam alimentação, cuidado e memória. Quando elas estão no centro das decisões, as respostas são mais completas, as soluções, mais justas e os resultados, mais duradouros.

O caminho não é simplesmente “incluir”, mas desconstruir a hierarquia que separa “trabalho” de “afeto”, “produtivo” de “reprodutivo”. Remunerar seu trabalho é reparar uma dívida histórica, mas o verdadeiro salto adaptativo está em honrar seu conhecimento: mulheres, especialmente as marginalizadas, operam há gerações como **gestoras de risco informal**, antevendo vulnerabilidades e tecendo estratégias de sobrevivência que a lógica institucional muitas vezes ignora. Seus conhecimentos, sobre plantas medicinais, economia informal, mediação de conflitos, são

tecnologias sociais tão complexas quanto qualquer modelo de gestão.

E aqui reside o cerne: quando mulheres são valorizadas, toda a comunidade se beneficia. Grupos com liderança feminina tendem a priorizar redistribuição, educação e saúde preventiva, pilares que fortalecem não apenas a resposta a crises, mas a capacidade de antecipá-las. Seu trabalho é, por natureza, intersetorial: uma horta comunitária gerida por mulheres é ao mesmo tempo segurança alimentar, rede terapêutica e escola informal de agroecologia.

Mas, a verdadeira transformação exige ir além do reconhecimento individual, é preciso coletivizar esse “dar um jeito”. O que foi historicamente sobrecarga deve-se tornar **poder estruturado**: cooperativas, assembleias com paridade de gênero, sistemas de crédito que reconheçam seu papel como investidoras sociais. Porque a capacidade adaptativa não se mede apenas na resposta ao desastre, mas na raiz do cotidiano: no modo como uma avó ensina a estocar grãos, numa jovem que mobiliza a favela para mapear enchentes, ou numa maricultora que limpa e conserva os mariscos para a alimentação da família e venda.

Honrar esse trabalho é entender que resiliência tem rosto de mulher, mas só se torna força comunitária quando deixa de ser romantizado e vira política pública, recurso partilhado, cerne de um novo contrato social. **O futuro da adaptação é feminino, ancestral e coletivo.**

Quebradeiras de coco Babaçu: saberes, resistência e redes no Médio Mearim

Vanessa Cristina Silva Neco¹



¹ Socióloga, quebradeira de coco e feminista. Assessora Técnica da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa) e integrante do GT de Mulheres da Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama).

No centro do Maranhão, na região do Médio Mearim, os movimentos incansáveis de mulheres quebradeiras de coco vêm chamando a atenção. Com cofos, machados, fibras de bananeira e muita garra elas têm desenvolvido ações inovadoras, ambiental e economicamente sustentáveis. Assim, o Maranhão, conhecido nacionalmente por ser o território com maior floresta de babaçu, ganha destaque devido às mobilizações dessas mulheres e das relações afetivas que elas mantêm com as palmeiras.

É justamente essa conexão que tem contribuído para a manutenção das florestas em pé, uma luta em que elas – mulheres e palmeiras – são as principais protagonistas. Essa relação que, muitas vezes apresenta-se de forma maternal, ocorre desde a década de 1980, período de intensos conflitos fundiários em que as quebradeiras colocavam os seus próprios corpos para a defesa das palmeiras e dos seus territórios.

A luta pela manutenção da vida – das palmeiras, das mulheres e de suas famílias – levou à constituição de várias organizações sociais que se tornaram importantes nesse processo, como a Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa), a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), a Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb).

Todavia, passadas algumas décadas desde a criação coletiva dessas organizações, as quebradeiras continuam enfrentando o poder do latifúndio e seus efeitos devastadores, como os desmatamentos das florestas de babaçu, os cercamentos que impedem e/ou dificultam o acesso aos babaçuais e o uso de agrotóxicos que afeta enormemente a sociobiodiversidade. Nota-se, portanto, que a luta nunca parou, e em virtude disso, buscam, nas ações coletivas, a construção de redes de ajuda que as fortalecem diante desses desafios. Além disso, por meio da relação direta com a natureza se fortalecem humana e espiritualmente, ao mesmo tempo que se constroem enquanto agentes detentoras dos saberes e saberes de seus territórios; guardiãs da terra, das

sementes e das memórias das suas comunidades que são transmitidas entre gerações.

Digo a vocês: guardem as sementes como se guarda um tesouro. Nós somos sementes. Enquanto nossos sonhos viverem em nós, vamos continuar na luta. A caminhada é longa, mas precisamos caminhar. O que a gente puder ensinar, a gente tem que ensinar. Falar do que a gente faz é manter o nosso território. As pessoas acham que só as árvores, só as águas e só os animais estão ameaçados de extinção, mas nós também estamos ameaçados, nós não vivemos sem nenhum desses elementos. A gente se sente destruída quando uma palmeira é derrubada, envenenada, porque a gente pertence a elas também.

Ivanessa, comunidade Quilombola São Bento do Juvenal

No cofó a gente carrega tudo. Antigamente, a gente tinha vergonha de falar que é quebradeira. Hoje em dia, com os movimentos, a gente tem orgulho de ser. Em todo lugar a gente fala: uma quebradeira de coco pode ser tudo. Advogada, professora... Tudo! Hoje nós somos presidentas de organizações, mesmo depois de anos de luta, mas jamais deixamos de dizer e ser quebradeiras de coco.

Lila, comunidade Centro dos Cocos

São as mulheres quem primeiro sentem as mudanças nos seus territórios e as ameaças praticadas pelos seus antagonistas, e também são as que primeiro buscam estratégias para o enfrentamento. Nos territórios de atuação da Acesa, elas têm formado grupos que reúnem quebradeiras, agricultoras e artesãs que possuem práticas que expressam outras formas de relação com a natureza, baseadas no respeito e no afeto.

Mulheres das comunidades Centro da Josina, Centro dos Mouras, Claridade, Centro dos Cocos,

quilombo Santa Cruz, localizadas no município de São Luís Gonzaga; do quilombo Catucá, em Bacabal-MA; e da Marmorana, em Lago Verde, passaram a se articular e formaram o *Elas em Rede*. Por meio de tal coletivo elas têm construído práticas de resistência, trocado conhecimentos para o fortalecimento da agroecologia e enfrentamento dos diferentes tipos de violências a que se veem submetidas cotidianamente, como aquelas praticadas por grandes empreendimentos e latifundiários que violam seus territórios, e pelo Estado, quando deixa de efetivar leis e políticas públicas. Também é nesse novo espaço que elas se sentem fortalecidas para lutar contra as violências que acontecem dentro das suas comunidades e no âmbito doméstico, geradas pelo machismo que as exclui dos poderes de decisões sobre suas produções e da participação política. Assim, o *Elas em Rede* tem-lhes possibilitado aconchego, cuidado e acolhida e, no movimento da rede, vão caminhando unidas, servindo de sustento umas às outras.

Em grupos de mulheres a gente aprende até a se defender. Essa semana a mulher veio me passar o Pix e disse 'Elizângela do Reinaldo' e eu disse 'não, ele é dele e eu sou minha'. Isso é por causa dos encontros, oficinas de grupos de mulheres. E uma coisa: com respeito, a gente chega em qualquer lugar, não tem essa história de falar certo ou errado. A gente tem que perder o medo de falar. [...] Nós não queremos riqueza, nós queremos reconhecimento e valorização do nosso trabalho.

Elizângela, comunidade Centro da Josina

Sou como Santa Rita, atrás de mim ninguém grita! Nunca fui governada, nunca baixei a cabeça pra homem. Os maridos das mulheres me chamavam de 'iludidora', porque eu abria os olhos das mulheres. Aqui, foi 13 mulheres pra fazer aquela horta,

fizemos tudo, limpamos só, cortamos pau, arrancamos raízes.

Bonequinha, comunidade Quilombola de Catucá

Nós, mulheres, temos um papel de fundamental importância para animar as companheiras e não desistir de nossa missão. Quando temos um grupo, a gente se fortalece, é a força de você que vem até mim, e a minha vai até você.

Conceição Furtado, comunidade Quilombo-la Santa cruz

O termo “mudanças climáticas” não era conhecido pelas mulheres, mas elas já sentiam e discutiam sobre seus impactos. Em 2022, por meio das oficinas, seminários e rodas de conversas desenvolvidos pela Coalizão Agroecologia para Proteção das Florestas da Amazônia (apoiada pela F. Avina/VAC), elas passaram a conectar as mudanças nos seus corpos-territórios com as discussões sobre mudanças climáticas levantadas nesses espaços políticos. Isso contribuiu para que organizassem melhor a luta e conectassem essas mudanças aos impactos gerados pelos grandes empreendimentos que as ameaçam desde sempre.

Assim, as mulheres passaram a compreender que a articulação em rede era importante para a manutenção da vida e que poderia trazer transformações significativas nas suas organizações e comunidades. Assim, o cuidado de trocar e guardar sementes foi fortalecido; a produção agroecológica, valorizada; estratégias e tecnologias sociais para redução das temperaturas nas plantações, adotadas; as águas e brejos que possuem olho d'água e são lugares sagrados, preservados. Esses saberes e experiências delas têm sido capazes de oferecer soluções eficazes nos diversos âmbitos das suas vidas, e têm contribuído para a manutenção da natureza e dos seus territórios.



As mulheres precisam ser ouvidas, suas demandas e anseios, atendidos, os saberes que elas trazem nas memórias e nas mãos, valorizados. Elas nos ensinam que as respostas para muitos problemas sociais e ambientais estão na natureza, na sustentabilidade de práticas sadias e respeitadas. Por isso, é preciso proteger essa natureza que tanto nos dá sem pedir nada em troca, pois não há capital nenhum nesse mundo que sobreviva sem ela.

É só depois que vira mãe que ela [fibra de bananeira] fica forte. Pode puxar que não quebra. É como nós. Depois que viramos mãe a gente ganha uma força que só a gente sabe. E outra coisa: a gente só reaproveita aquela bananeira que já foi mãe, então ela só é cortada depois que acabou o ciclo dela. Aí ela vem e se transforma numa coisa bonita dessas, feitas das nossas mãos e dela também. A gente trabalha com o que a natureza dá, os botões das bolsas ou são fibras de banana, ou de coco babaçu, ou de cajá. A gente usa a criatividade junto com a natureza.

Nice, comunidade
Claridade

Quando a gente queimava roça, espantava os bichos. De uns anos pra cá, sem queimar, voltou [sic] os bichos, cotia, siricora, gato maracajá.

Bonequinha, da comunidade Quilombola
Catucá

Assim, as mulheres quebradeiras de coco continuam, igual às palmeiras: resistindo e se mantendo de pé, mesmo em meio a tantas violações. Assumem a missão de defender e lutar por territórios livres de venenos e de quaisquer ameaças. Seguem organizadas em coletivo, fortalecidas nos seus grupos e comunidades e em qualquer espaço, pois como diz uma das músicas das quebradeiras de coco:

*já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar,
a luta vai ser tão difícil
na lei ou na marra, nós vamos ganhar,
a luta vai ser tão difícil
na lei ou na marra, nós vamos ganhar.*

*Quem gosta de nós somos nós,
e aquele que vem nos ajudar,
por isso confia em quem luta,
a história não falha, nós vamos ganhar*

Cosmologias ancestrais, mulheres e emergências climáticas

Sayonara Bezerra Malta (Sayô Adinkra)¹



¹ Historiadora, gestora, consultora, doula. Coordenadora do Escritório de Projetos Esmeralda, integrante dos pontos de Cultura Casa Preta Amazônia e #QuilomboDiMaria.

Ao escrever o título deste texto, sou imediatamente atravessada por sua potência e complexidade. Pergunto-me: quantas pessoas refletem sobre as emergências climáticas a partir de uma perspectiva que articule cosmologia e gênero? Apenas reunir esses três elementos – cosmologias ancestrais, mulheres e emergência climática – num mesmo enunciado, já se revela um horizonte diferenciado, que nos convida a ocupar um lugar epistemológico específico. Um lugar de produção de conhecimento enraizado em saberes que estruturam formas complexas de compreender o mundo, o tempo, o corpo, a natureza, os processos sociais e até mesmo a espiritualidade. Trata-se de sustentar uma filosofia político-existencial que afirma outras maneiras de viver e resistir, profundamente conectadas com as experiências das mulheres e das suas herdeiras guardiãs de saberes ancestrais.

Desse modo, este texto é escrito refletindo o reconhecimento que passei a ter pela minha mãe e por tantas mulheres que, no mínimo, nesses últimos 20 anos, eu aprendi a ver, escutar e me curvar, diante de maestrias não nomeadas, mas absolutamente reais e importantes. Esta é uma escrita cujo “referencial estruturante” não se ancora em teorias, mas na experiência direta, no vínculo da vivência comunitária, na prática da oralidade.

Para localizar nosso ponto de partida reflexivo, escolho a centralidade ancestral que atravessa a história de todas as culturas: a ciência das parteiras tradicionais. Ela está presente em praticamente todos os povos do mundo, embora tenha-se perpetuado com mais força entre tradições africanas, afro-brasileiras, indígenas e outras comunidades originárias. Ainda assim, em muitos contextos, essa ciência foi duramente atacada, silenciada, deslegitimada ou mesmo exterminada pelos processos coloniais, pelo patriarcado e pela medicalização da vida.

Refletir sobre o nascimento, sobre as formas de nascer na contemporaneidade, sobre o que se preserva e se honra quando uma nova vida chega ao mundo, é, no mínimo, um exercício de reeducação para habitar o planeta com mais consciência.

No entanto, para além de um tema com potencial para nos humanizar, a ciência das parteiras tradicionais, tal como ainda a encontramos em contextos brasileiros de herança negra e indígena, remete a um tipo de conhecimento que escapa à lógica de sistematização típica da produção ocidental. A parteria é uma ciência enraizada na oralidade, no domínio de saberes transmitidos não apenas de geração em geração, mas também por vias espirituais e por relações sensíveis com a vida, inclusive com a não humana.

Trata-se de sistemas de conhecimento cuja complexidade envolve códigos, condutas, práticas e fundamentos que muitas vezes operam como segredos, acessíveis apenas a partir de hierarquias e trajetórias muito específicas. Nesse sentido, essa ciência é grandiosa, misteriosa e, talvez, em boa medida intraduzível aos parâmetros da razão ocidental. Reconhecê-la é afirmar a potência de outras formas de existir, cuidar e saber, mas sobretudo, é reconhecer a importância do papel das mulheres.

É importante reforçar que a ciência das parteiras está presente em diversas pessoas, algumas não nomeadas ou declaradas, mas que trazem em sua bagagem o sistema de saberes e condutas de alguma parteira mais velha. Assim o é por exemplo com Maria do Socorro Bezerra, de quem sou filha. Ela é herdeira de uma tradição de parteria transmitida desde a minha bisavó cearense, Maria das Dores Leite, que faleceu em 1972, aos 98 anos. Dona Socorro, sua neta também cearense e com título de cidadã ilheense, por seu exemplo de vida comunitária, carrega e atualiza esse legado ancestral como mestra erveira, curandeira e rezadeira, como toda herdeira de parteira pode ser, se aceitar dar continuidade a essa ciência. Ao longo da vida, pude testemunhar Dona Socorro a manipular ervas, curas, rezas, medicinas de sereno, de sol e lua, elaborar remédios enterrados sob a terra, alimentar sua comunidade e zelar por ela com alegria e compromisso, sendo uma guardiã de um território em vínculos alegres de promover vida, generosidade e cuidado local.

Absolutamente, estar na presença de parteiras tradicionais e suas herdeiras sempre me im-

pactou de uma maneira muito contundente. Há mais de uma década, eu ouvia as parteiras da comunidade Tupinambá, no Sul da Bahia, expressando preocupações profundas sobre o impacto do contexto hospitalar no momento do nascimento. Elas destacavam que, em sua tradição, o nascimento acompanhado por parteiras era um ritual carregado de significado: a placenta da criança era enterrada aos pés de uma árvore, estabelecendo um vínculo simbólico entre a pessoa e a terra de onde veio. Esse gesto não era apenas espiritual, mas também um modo de ancorar a identidade e a memória. Quando essa pessoa, já adulta, se sentisse perdida ou desconectada, retornar a essa árvore representaria um caminho de reconexão consigo mesma e com suas origens. No entanto, com a medicalização do parto e o distanciamento das práticas tradicionais, esse rito tem sido interrompido. Hoje, virou rotina as placentas serem descartadas como lixo hospitalar, o que para essas mulheres representa uma ruptura simbólica e afetiva com os saberes ancestrais e com a forma de cuidar do início da vida. Mais recentemente, em abril de 2025, as Mestras Ermina e Álvora compartilhavam histórias de remédios, rezas, partos e cuidados no Quilombo de Barra de Aroeira (Município de Santa Tereza - TO) onde pudemos testemunhar mais uma vez: parteria não é sobre executar uma função diante de um nascimento, de um parto, ela é uma expressão viva de uma cosmologia ancestral que integra corpo, território, espiritualidade, coletividade e hierarquia. A Mestra Álvora, a mais velha do quilombo, com 86 anos, ao ser perguntada sobre se ela gostaria de deixar um conselho para a comunidade, foi contundente: “que se saiba escutar os mais velhos.”

Uma das questões mais relevantes a ser observada aqui é, sem dúvida, a relação de alteridade em torno da figura da mulher parteira – especialmente quando se trata de uma mulher idosa, rural, indígena ou negra/quilombola. O reconhecimento de sua singularidade e saberes muitas vezes representa um desafio até mesmo dentro de sua própria comunidade. Recordo com nitidez um depoimento marcante, registrado há cerca

de 15 anos, da parteira Maria dos Anjos, do Quilombo de Ingazeira, no Baixo Sul da Bahia. Ela relatava que a forma como as pessoas encararam a chegada do posto de saúde do SUS colaborou para a desvalorização dos saberes tradicionais, afastando as pessoas dos cuidados comunitários mais antigos: “No meu tempo, a gente mesmo resolve os nossos problemas. Hoje, o pesquisador vem no quilombo, leva a planta pro laboratório, a pessoa vai no posto, pega fila para consulta, recebe a receita com o médico e depois vai na cidade com sacrifício, comprar o remédio feito com a planta que tá aqui, no meu quintal”, disse ela, com a sabedoria de quem observa um mundo se distanciar de suas próprias raízes.

Certamente, tempos como os atuais e os que virão, tanto de crise climática quanto de artificialidades diversas, nos exigirá ainda mais habilidade sobre a preservação e aprendizado com protocolos de cuidados naturais e melhor manejo dos domínios da vida, e de como sustentá-la. Entendemos que muitas das respostas buscadas para o atual contexto já existem e estão no passado-presente vivo ancestral.

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados dentro e fora das comunidades, as parteiras tradicionais permanecem como autoridades matriarcais de um tempo que não é passado nem ultrapassado. Elas persistem, mesmo diante das mais diversas formas de opressão, sejam sutis ou explícitas. Pensar a partir da autoridade matriarcal e da herança ancestral, da ciência feminina e das práticas de cuidado territorial, mobiliza-nos a deslocar o olhar da teoria para o aprendizado vivo de saberes que oferecem respostas profundas e coerentes aos dilemas do presente, como a crise climática.

Refletir sobre as parteiras é reconhecer mulheres que não apenas realizam partos, mas promovem vida, ordenam comunidades e sustentam modos civilizatórios que regeneram vínculos que perpetuam a existência. Enquanto projetamos grandes expectativas sobre líderes mundiais e organismos internacionais, é importante consolidar uma base restauradora de valores e saberes que se apoie no conhecimento dessas mulheres



(parteiras e suas herdeiras), cuja atuação tece redes autênticas e refinadas.

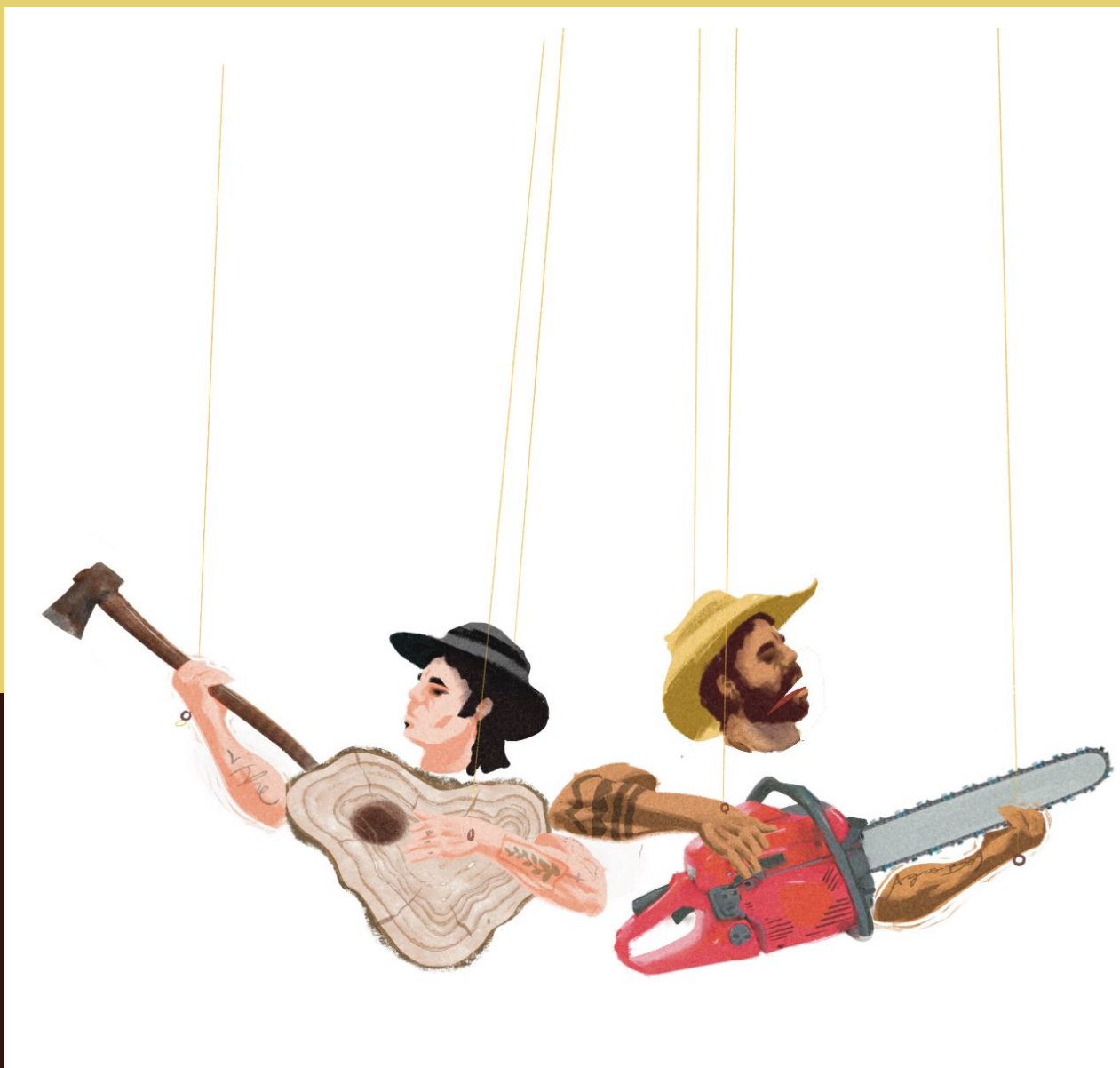
As parteiras são, sem dúvida, um dos referenciais mais necessários e indispensáveis para

a manutenção dos caminhos, elas nos oferecem práticas e sabedorias fundamentais para sustentar a vida e para inspirar respostas assertivas a partir das comunidades e de seus territórios.



Aonde a monocultura não pode nos levar: um ensaio sobre as relações entre arte e clima

Lucía Santalices¹



¹ É cantora, poeta e dançarina experimental, em um caminho de pesquisa que desenvolve desde a primeira infância. Colabora com a organização ecofeminista Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania Global, onde atua como coordenadora de projetos e assessora de comunicação. Ultimamente, tem pesquisado a relação entre arte e clima, atentando também para as interseções entre novas subjetividades, virtualidade e comunicação, especialmente por meio do projeto Na Piracema das Mudanças Climáticas.

Este texto foi elaborado a partir da rica e fértil execução do projeto *Na Piracema das Mudanças Climáticas: mulheres e jovens na Amazônia nadando contra a corrente*, que em seus mais de 3 anos, possibilitou nossa abertura política, coletiva, ética e estética para o entendimento da relação profunda existente entre arte e clima. O projeto foi coordenado pelas organizações parceiras: Instituto Equit; Centro de Direitos Humanos Pe. Josimo; Coletivo Maravaia/Coletivo de Mulheres do Xingu; Dandara – Movimento de Mulheres Negras da Floresta/Fórum Permanente das Mulheres de Manaus. O projeto fez parte de VAC – Vozes pela Ação Climática Justa – e contou com o apoio de Hivos. Agradeço, de coração, todas as trocas que fizemos e que me permitiram traçar estas linhas.

Mesmo que me colocassem um ânus artificial na palma da mão, eu não estaria ali, quase vivendo suas vidas de homem, de homem apenas, de homem o bastante para poder ser um de verdade, à sua imagem, um dia, cumpridos os meus avatares.

Samuel Beckett, *O inominável*

A arte é parte do reino da cultura, que surge em uma espécie de “resposta constante” ao reino natural. Quer dizer, o reino das coisas que existem, e o reino daquilo que criamos a partir da relação com o que existe e com o que sentimos que nos falta. Esse diálogo, essa falta são o reino cultural. Isto não significa dizer que essa relação seja linear, segundo a qual “o homem transformaria, progressivamente, natureza em cultura pelo processo chamado ‘história’”². Ao contrário, trata-se mais de uma relação circular, na qual

*o homem vai transformando natureza em cultura pelo processo da “produção”, cultura em lixo pelo processo do “consumo”, e o lixo se transforma espontaneamente em natureza pelo processo da “decomposição”. O problema atual é o lixo: vai crescendo e sua decomposição em natureza é lenta (lixo atômico, matéria plástica etc.). O acúmulo do lixo freia a circulação da história, e a história estagna.*³

Essa circularidade que entendemos haver entre natureza / cultura (e lixo), permite-nos de certa forma dizer que a cultura é a natureza humana, e que a distinção entre natureza e cultura não se sustenta propriamente. Seguindo essa picada, podemos afirmar que a ecologia não deveria ser compreendida enquanto ciência meramente da natureza, mas sim enquanto ciência arqueológica, tratando tanto dos ambientes naturais como dos ambientes culturais. Para pensadores como Flusser, a ecologia deve incorporar os feitos e interferências humanas, o que de algum modo significa dizer que o reino da cultura também é reino da natureza e nesse sentido, propõe a existência de uma ecologia da cultura e da comunicação.

A ideia de conservação da natureza parece-nos equivocada justamente porque pressupõe uma relação estática – não se conserva a natureza como sardinha em lata – e não dinâmica, e que, de alguma forma, acredita numa floresta virgem, intocada donzela romântica, livre do mal das mãos humanas. Mas entendemos que, muito pelo contrário, e é cada vez mais aceita, por exemplo, a teoria de que a floresta amazônica é, na verdade, fruto do manejo humano, quer dizer, da relação ameríndia com a natureza, de sua conversa ou, em outros termos, sua cultura. Frases como “onde tem floresta em pé, tem mulher” deixam clara essa relação profunda que ain-

² FLUSSER, 11/10/1982, p. 7 *apud*. DADBAD, R.; BAITELLO JR, N.; MENEZES, J. E. O. “As Crateras de Itabira”. Correspondência entre Vilém Flusser e Rodolfo Geiser Sobre a Ecologia. *Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Casper Líbero*. Ano XXIII- No 45, p.16. JAN / JUN. 2020. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/viewFile/1153/1079>. Acesso em 15/06/2025.

³ *Ibidem*.

da persiste em territórios cuja cultura ainda não foi totalmente devastada pelo afã devorador neo-liberal. Quer dizer, nossa cultura é moldada em grande parte pelo ambiente, a natureza, nossa relação com o entorno, bem como nossa cultura interage e oferece um mundo humano, que inevitavelmente altera a natureza, dialoga com ela. E esse diálogo pode ser harmonioso, sustentável ou um nefasto monólogo destrutivo e produtor de excessivo lixo, a depender, precisamente... das culturas de cada povo (incluídos seus respectivos sistemas produtivos).

E nesse sentido, a relação entre cultura e natureza é estruturante. Talvez possamos arriscar dizer que a cultura, e também mais especificamente, a arte, um seu braço, são o diálogo humano com a terra e o cosmos.

A bem da verdade, é possível encontrar inúmeras relações entre os temas: arte para falar sobre clima, artes que dependem de recursos naturais para serem realizadas (e se levarmos ao pé da letra, toda arte depende deles, porque a vida em si depende, e porque um violão leva madeira, a bateria, elementos ferrosos e petróleo beneficiado e a tela de qualquer pintor é de algodão), a influência da degradação ambiental na produção de trabalhos artísticos (já seja nas dificuldades que acarretam ao dia a dia dos artistas, já seja no conteúdo de suas obras) ou a influência do agronegócio nas dez mais tocadas no Brasil e naquilo que o público “quer”. As imbricações entre clima e arte, natureza e cultura, são complexas e remontam a tempos tão antigos quanto nossa imaginação possa alcançar.

Não é à toa que *cultura* (do latim *cultura* - participio do verbo *colere*, cultivar, habitar -, aquilo que foi cultivado, resultado do trabalho) é uma palavra com dois expressivos significados. Pode ser a designação ampla e múltipla de um complexo de valores, conhecimentos, normas, crenças, costumes, tecnologias e artes de determinado grupo social; e pode igualmente significar especificamente a (agri)cultura ou o cultivo

de plantas (ou mesmo de animais). A plantação é um traço de cultura dos mais longínquos. Plantar e colher a cultura. Daí, cultura estendeu-se para o espectro amplo de hábitos, condutas, formas de agir e pensar de cada sociedade. Quer dizer, tudo aquilo que uma sociedade planta, colhe e de que se alimenta, para muito além daquilo que mastigamos e que o intestino deglute - “você tem fome de quê?”⁴.

POR QUE ESCOLHEMOS PASSAR DE PLANTADORES DE ÁGUA A CRIADORES DE DESERTOS –“COMPUTADORES FAZEM ARTE”⁵?

O patriarcado constrói sua estética de acordo com seus interesses. Sabemos que os valores patriarcais se mantêm através da violência imposta aos corpos e territórios diariamente, mas é também através do convencimento cultural, que legitima comportamentos misóginos, cerceantes e hierarquizantes entre as vidas, entre outros princípios duvidosos. Ao longo da história, a arte foi um grande disseminador de valores e sedimentador de culturas. Por isso, e apesar da cultura hegemônica atual agir como grande produtor de subjetividades, é fundamental que as contraculturas busquem disputar as narrativas estéticas que precisam ser desmontadas, para buscar substituir os valores patriarcais dominantes por outros de maior amorosidade e respeito pela vida e os comuns. A arte feita pela comunidade, quer dizer, por nós e para nós, pode alcançar transformações profundas.

A arte hegemônica atual é braço da cultura atual, que sem cerimônia, autodenomina-se com termos como “a indústria da cultura”, deixando clara sua perspectiva de massas. A clássica indústria, fordista, não produz diversidade, esse é o diferencial justamente do artesanato, cada peça, única. Ao contrário, o interesse da

⁴ FROMER, M.; ANTUNES, A.; BRITTO, S. **Comida**. Do álbum Jesus Não Tem Dentes No País Dos Banguelas, 1987.

⁵ ZERO QUATRO, F.; SCIENCE, C.; NAÇÃO ZUMBI. **Computadores fazem arte**. Do álbum Da lama ao caos, 1994.



industrialização é precisamente a reprodução em larga escala de um mesmo produto, repetido ao infinito, igual, em velocidade aceleradíssima, mesmo que isso signifique perda de qualidade. Nas últimas décadas, vemos um processo de transformação na indústria, que passou a uma diversificação e customização cada vez maior de seus produtos. Isso por um lado, não fez acabar o primeiro formato, da produção em série, que segue existindo, e muito; por outro, de modo geral, além de serem produtos para nichos (e classes) específicos, a bem da verdade, contêm variações (de cores e formas), porém, dentro ainda do espectro de interesse do manutenção do lucro e do *status quo*, como o consumo enquanto objeto de desejo.

Na indústria cultural, o que se vê é um processo bastante similar: a reprodução global e massiva de determinados materiais (cada vez menos) artísticos, (cada vez mais) produtos do entretenimento e do *marketing* a serem consumidos a partir de um estímulo midiático que implica a injeção pornográfica de recursos financeiros para impulsionar determinadas artistas, reprodutores desse *status quo*, em que conta mais ter do que ser, e o “meu ser” é sempre melhor, mais bonito e mais poderoso que o “teu”. É possível encontrar um sem-fim de nomes e novidades constantes no campo da *business music*, por exemplo; ao mesmo tempo que os formatos musicais são cada vez mais similares e limitados, seja em termos de duração, temática, instrumentação, figurinos, objetificação da mulher, o fim das bandas em troca de artistas solo ou, no máximo, duplas... quer dizer, variações do igual em troca da diversidade do real.

Outra expressão que chama a atenção é o famoso slogan “o agro é pop”. Numa tentativa de limpar sua imagem intoxicada (é o que acontece quando se mexe com tanto veneno), a elite ruralista nacional buscou fazer um gracejo, associando sua produção em massa com um estilo musical e plástico que, “coincidentemente”, também pretende alcançar multidões. Entretanto, nas entrelinhas da frase, é possível fazer uma leitura das intenções culturais do agronegócio. E não

estamos falando da *cultura de soja*, mas talvez possamos falar em *cultura da soja*.

MONOCULTURA GERA MONOCULTURA

A *cultura da soja*, para nossa tristeza, vai muito além dos milhões de hectares com uma única espécie vegetal, cultura de soja, em uma forma de exploração dos nutrientes do solo bastante ignorante e incessante. Ela apresenta a monocultura não apenas em sua forma de plantação alimentícia nos campos, mas cada vez mais, busca interferir naquilo que alimenta nossas mentes. E não por acaso, o agro vem investindo pesado na *agromusic*. Músicas que exaltam a utilização de aviões de pulverização de agrotóxicos, o peão machista e a objetificação da mulher, o enriquecimento individual acima dos bens comuns, entre outros temas e valores degradantes, sequestrando para isso, inclusive narrativas das periferias (como do hip hop), que em outro contexto, falam sobre conquistar um lugar ao sol, sobre “subir na vida” e enriquecer mesmo contra todas as expectativas e dificuldades. Os *agroboys* colocam-se como vencedores que batalharam muito para chegar a ter um avião de envenenar. O que os versos escondem são os recursos injetados nessa produção e distribuição sonora para que ela se torne paixão ou mais bem febre nacional (a febre não é uma doença, mas é um sintoma de que algo não vai bem). Como bem ouvi em algum podcast o BNegão dizer, se antigamente, o ritmo sertanejo narrava as peripécias do povo trabalhador sertanejo e pantaneiro, agora elas parecem falar sobre os desejos do patrão, dono da fazenda...

Na transformação da arte cada vez mais em entretenimento e em braço armado da comunicação hipertecnoneoliberal, ela é parte do que afirma, atesta, legitima e garante estabilidade ao hegemônico. É o que dá bases morais, afetivas, o que convence populações, em territórios totalmente distintos entre si, de que a forma neocolonial e patriarcal do *hegemon*, apesar de ser alheia às necessidades e filosofias e fisiologias locais, é

melhor para si... a arte monocultural abre porteiros, como chavões abrem portas grandes⁶.

Mesmo em cima da moto ou da voadeira, correndo na conversa pra caber nestas páginas, cabe mencionar outra forma eficiente de captura das subjetividades que a direita compreendeu e vem utilizando fortemente na contemporaneidade, que são as teorias conspiratórias; que não são arte, mas são quase. Segundo Paolo Demuru, os mecanismos do conspiracionismo e suas narrativas, além de oferecer respostas simples para problemas complexos e assustadores como as mudanças climáticas, proporcionam uma boa dose de maravilha contra as frustrações e a dureza do mundo competitivo e individualista em que vivemos (em vidas isoladas, deprimidas, ansiosas, individualizadas). Quem crê nessas teorias não encontra dados concretos, mas encontra encanto, maravilhamento. Podemos inicialmente tender a relacionar esse estado de encantamento estritamente a “coisas boas”, “positivas”, e nesse sentido, rejeitar a ideia de que as teorias conspiratórias conquistam pelo encantamento, mais do que por argumentos racionais. Mas o nefasto encanta, e muito: atrevo-me a dizer, que boa parte da estrutura cristã está precisamente assentada sobre o perigo constante do encantamento demoníaco ao qual não devemos ceder, por citar um maravilhamento milenar do nefasto... e ousar ainda perguntar se não seria o poder e a busca incessante dos homens por ele, uma espécie de feitiço ou encanto pelo nefasto, que se arrasta através dos séculos acorrentando-nos todos, mesmo aquelas que não o cultivamos.

Nos últimos tempos, a esquerda parece tão ocupada em “apagar incêndios” (reais e simbólicos), e tão preocupada em não perder seu “pequeno quinhão democrático” (conquistado a duras penas, é verdade) que parece estar-se esquecendo de disputar a maravilha, o encanto, o sonho e os futuros possíveis. E os movimentos de extrema direita, nos últimos anos, vêm fazendo isso muito bem. Quer dizer, não é através de mudanças sociais nem de dados reais que ela vem

conseguindo convencer as populações de seu projeto nefasto e manter seu apoio; é, antes de tudo, pela fantasia, pela literatura. Embora seja fórmula antiga e requeitada, parece que saber de uma verdade escondida, que me é revelada na condição de “escolhido”, pois não todos compreendem A Verdade, permite que as pessoas se sintam ainda especiais, possam encontrar um propósito e se sintam parte de uma “comunidade seleta”. Quer dizer, ativa a luta e o senso comunitário (propósitos ainda latentes em nossos corpos, mesmo que os novos mandatos desvalorem isso e ponham no lugar a idolatria do eu, distorcendo o comunitário para o sectário), ao mesmo tempo que segrega entre aqueles que sabem (seletos) e os que não sabem (massa ignorante).

Por tudo isso, enxergamos a importância das esquerdas e dos movimentos sociais populares aliarem sua luta ao trabalho de artistas engajados e sensíveis com os comuns. É preciso que voltemos a olhar para a vida via poesia, via sonho. Não apenas adiar o fim do mundo, mas apostar no futuro, voltar a desenhar qual futuro queremos, e não só aquele que não queremos.

A arte pode ser, em si, uma arma contra as desigualdades e dominações, posto que pode funcionar como um abrir de olhos. A potência, velocidade e profundidade comunicativa, afetiva, física, psicológica da arte não podem ser menosprezadas pelos movimentos sociais. Monocultura nos campos gera monocultura nas mentes, e esta abre a porteira para a boiada passar.

A IMPORTÂNCIA DA ARTE CONTRA-HEGEMÔNICA

A arte é uma ferramenta central para transformar a realidade. Como diz Safatle, “a sensibilidade é um campo de batalha”, ela define ou pode redefinir o que é a experiência, como cada sujeito experiencia a arte e a própria vida. A arte é uma espécie de pressão sobre a realidade, não uma válvula de escape, que obriga a realidade a

⁶ ASSUMPÇÃO, I.; GUARÁ, R. *Chavão abre porta grande*. Do álbum Sampa Midnight, 1986.



ser diferente do que é; a arte coloca a realidade em movimento. Ela disputa a cultura. Disputa o que será plantado e portanto, disputa futuros e esperanças, apresenta sonhos e lembra, é memória. A arte é um campo de batalha da disputa do imaginário. Ela é ainda uma potente ferramenta de comunicação, que opera sinapses imapeáveis e em um verso, pode tocar-nos profundamente, mudar nossa visão; é vetor de transformação sensível que não podemos deixar que continue sendo instrumentalizada pelo arrastão hegemônico.

A arte pode ser uma ferramenta aliada à denúncia das mudanças climáticas, por exemplo, a partir de uma arte engajada que visibilize explicitamente o tema, mas é também já, em si, um pilar que mantém as florestas em pé. São as culturas que fortalecem o sentimento de pertencimento das populações; são (algum)as tradições culturais que nos ensinam a ter uma relação de profundo respeito com a natureza. A arte influencia nossos modos de pensar e ser, e mantém vivas tradições culturais autóctones dos territórios: as danças e cantos de um povo, sua gastronomia, seus mitos e ritos são parte significativa do que lhes confere sentimento de pertencimento ao ponto do cuidado com aquele território; a arte é coletiva (porque mesmo o artista mais solitário precisa de público para de fato existir), e nesse sentido, ela pode colaborar para o fortalecimento das relações comunitárias; ela também é um canal com os jovens, sendo portanto uma porta de diálogo com essa parcela tão fundamental de ser reacendida para as lutas sociais. E finalmente, a arte pode ser entendida enquanto saúde mental e cuidado da alma, “órgão transversal” de pulção vital humana para a produção de novos pensamentos e consequentemente, transformações sociais profundas.

O ensaio precisa terminar e é bom saber que a conversa não acaba aqui, e não caber tudo o que eu tinha para dizer, significa ter de continuar mais à frente, e isso me deixa feliz. Então, para fechar abrindo, explicando pra confundir e

confundindo pra tentar esclarecer, como tão lindamente o fez e ainda faz Tom Zé com a minha cabeça ainda criança, ainda garota, e por tudo o que foi exposto, gostamos de propor o desenvolvimento e cultivo da conceitualização de uma *ecologia da cultura*, talvez, não tanto nos moldes teóricos de Flusser, mas que contemple um olhar pragmático voltado para as lutas e criatividade nos territórios, dia a dia. Quer dizer, uma proposta cultural (em termos de políticas públicas, mas também de ética e estética) que esteja em harmonia com as diversidades e com o clima, com a sustentabilidade das vidas, humanas e não humanas neste planeta; uma cultura menos mercadológica e hegemônica e mais cuidadosa; uma cultura menos monocultural e mais agroecológica, cujas políticas públicas não sejam tão verticais e reprodutoras de uma lógica elitista e patriarcal, e que incorporem as vozes dos territórios na prévia construção dos planos de cultura. Entender como a cultura pode ser mais ecológica e menos devoradora, buscando valorizar e respeitar as diversidades culturais, promovendo menos lixo, guiada pelo ritmo da decomposição e não da avidez da composição fabril, super hiper produtividade; que não precise de bilhões em dinheiro para acontecer; que seja democrática, para todos e o ano todo; contra megaeventos cujos orçamentos devoram as pastas de cultura de centenas de pequenas cidades Brasil afora, deixando um cenário de terra arrasada por onde passam e desertificando a programação cultural do restante do ano, mantendo as populações sem acesso a lazer e fruição artística, bálsamos do bem-viver e geradores de pensamento crítico.

E aonde o conceito chegar, que sementes de outros frutos, os frutos de cada terra, possam ser trocadas e incorporadas, em um diálogo com as realidades e necessidades de cada território porque cada um terá sua própria cultura e ecologia. É preciso que voltemos, coletivamente, a forjar os sonhos, as subjetividades, o futuro, o desejo e a capacidade de imaginação... plantemos arte!







Manifesto Piracema¹

Somos natureza e cultura.

Como parte da natureza e a partir dela é que criamos nossas culturas

Há milhares de anos, a cultura biodiversa dos nossos ancestrais colabora no cultivo da Amazônia com as próprias mãos:

A maior floresta do mundo não é obra só da natureza, ela é fruto das culturas humanas que por ali passaram. O manejo criou a composição que hoje existe

Somos parte dos atores da natureza, não seus espectadores, mas parece que perdemos a memória e estamos encenando uma enorme tragédia

Se queremos futuro, é preciso colaborar já.

Nos unimos, mulheres, jovens e artistas na Amazônia para dizer sim à piracema e sua abundância vital

Não podemos mais só extrair, secar, sugar e depois pedir à natureza que ela nos forneça as soluções.

A solução está numa ruptura dos paradigmas atuais de destruição e exploração dos biomas e das mentes, da própria vida no planeta.

Monocultura (nos campos) gera monocultura (nas mentes)

E a Amazônia pode tornar-se deserta:

Porque o agro não é pop; a cultura não é indústria, e juntos, estão desmatando nossos territórios e mentes

A criatura que não canta nem dança desertifica os sonhos, mas também a terra.

Cultivamos biodiversidade e artes em contrafluxo da mercantilização da vida e das mudanças climáticas.

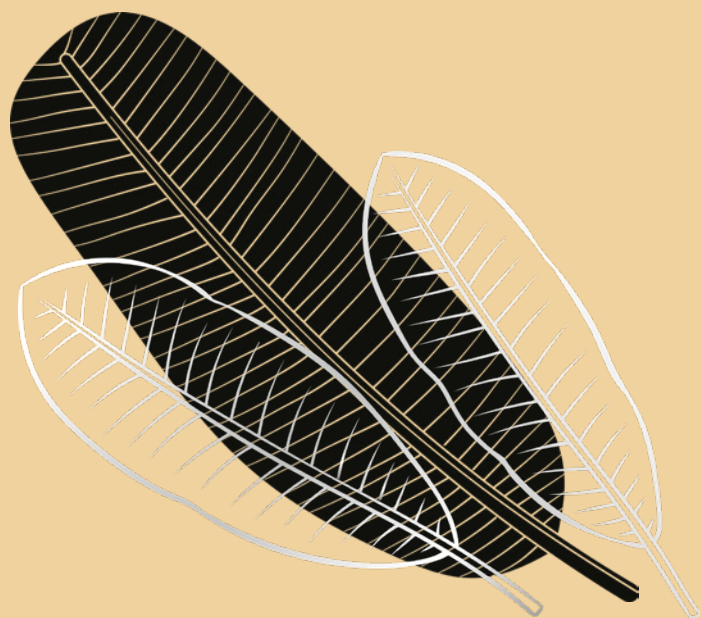
Acreditamos na arte enquanto piracema coletiva, que faz a vida persistir, infiltrar e BRO-TAR.

A cultura é a natureza humana

Plantemos arte!

¹ Texto elaborado no contexto do projeto *Na Piracema das Mudanças Climáticas: mulheres e jovens na Amazônia nadando contra a corrente*, que buscou aliar arte e clima para visibilizar a emergência socioclimática, o racismo ambiental e fortalecer o papel da arte e das mulheres nas comunidades e territórios para a sustentabilidade da vida.







CASOS NACIONAIS





Ocupação Nova Conquista: um território de resiliência em Imperatriz

Conceição Amorim¹

Em meio aos atuais desafios climáticos e sociais, a ocupação urbana Nova Conquista, em Imperatriz (MA), emerge como um exemplo inspirador de empoderamento e autogestão. Com o apoio do projeto *Na Piracema das Mudanças Climáticas: mulheres e jovens na Amazônia nadando contra a corrente* a Ocupação não só conseguiu enfrentar severas dificuldades, como ondas de calor e até a ameaça de despejo, como também conseguiu encontrar caminhos resilientes e vem cultivando um presente digno e sustentável, consolidando um território de resiliência, impulsionado pela força de sua gente, e sobretudo, das mulheres da comunidade.

A região tocantina do Maranhão onde o projeto atua está vivenciando um cenário climático cada vez mais desafiador. Imperatriz, em 2024, registrou alarmantes **102 dias de calor extremo**, com temperaturas que chegaram a 39,6°C. Esse calor intenso, somado à distribuição irregular das chuvas e à escassez hídrica entre junho e setembro, impacta diretamente a saúde humana, a capacidade de trabalho e a produção agrícola, como a da horta comunitária da ocupação Nova Conquista. Esses eventos não são isolados; são uma ameaça contínua à saúde pública, à segurança alimentar e à qualidade de vida das comunidades.

Mas é justamente nesse contexto adverso que a força da comunidade se revela. O projeto, coordenado pelo Instituto Eqüit e pelo Centro de Direitos Humanos Pe. Josimo com o apoio do Programa Vozes pela Ação Climática – VAC – tornou-se uma resposta indispensável e urgente

a essa emergência socioclimática. Ele não apenas reagiu, mas ajudou a moldar um **território de resiliência** onde a vida floresce, apesar das intempéries.

Ao nos solidarizarmos com a comunidade na luta contra mais um despejo e pela regularização fundiária, o Centro, por meio das condições materiais e políticas da Piracema, conseguiu ofertar oficinas que fomentavam o pertencimento, os direitos humanos e a moradia. Além disso, resgatamos a trajetória do cuidado e da promoção ambiental – uma oportunidade nem sempre ofertada pelo poder público.

A VITÓRIA CONTRA A MARÉ DO DESPEJO: FORTALECENDO O TERRITÓRIO

Desde 2015, a ocupação Nova Conquista tem travado uma batalha incessante por moradia digna, enfrentando três despejos violentos. A mais recente ameaça, em novembro de 2024, trouxe consigo o temor da desestabilização completa do território conquistado. Foi nesse momento crítico que a *Piracema*, com a expertise jurídica da Defensoria Pública Estadual e o compromisso inabalável do Centro de Direitos Humanos, atuou como um dique de proteção.

A mobilização de recursos e o trabalho incansável de articulação culminaram na tão esperada **suspensão da ação judicial de despejo**. Essa notícia, que ecoou como um apoio determinante na Ocupação, não só contribuiu para evitar a remoção forçada de inúmeras famílias, mas

¹ Conceição Amorim é assistente social, militante feminista e dos direitos humanos no Estado do Maranhão/Brasil. Atua como coordenadora do Centro de Direitos Humanos Padre Josimo em Imperatriz/Maranhão.



Evento comemorativo pelo 8 de março, Dia Internacional da Mulher, na ocupação Nova Conquista, Imperatriz, MA

também reacendeu a esperança na regularização fundiária. Para as mulheres jovens e todos os moradores, a suspensão foi uma vitória da dignidade humana, um testemunho do poder da união e da certeza de que, juntos, é possível reverter as marés da injustiça. Essa conquista solidificou o **território de resiliência**, permitindo que as sementes do projeto pudessem fincar raízes mais profundas.

PROTAGONISMO FEMININO E O PONTO DE CULTURA MARIA MÁXIMA: PILARES DO TERRITÓRIO

O projeto “Na Piracema das Mudanças Climáticas” tem sido um catalisador de transformações profundas, especialmente nas relações de gênero e intergeracionais, consolidando a comunidade como protagonista de seu próprio território de desenvolvimento.

O empoderamento das mulheres da ocupação Nova Conquista é uma das mais belas histórias do projeto. Através de **oficinas de agroecologia e mutirões de arborização**, as **mulheres assumiram a linha de frente do manejo ambiental e alimentar** através da criação da **horta comunitária na praça**, tornando-se um testemunho concreto de sua iniciativa. Elas não só romperam estereótipos, mas também se estabeleceram como agentes de transformação e segurança alimentar em seu próprio território.

As **oficinas de artesanato** se tornaram outro um símbolo de autonomia. O projeto não apenas as impulsionou, mas incentivou o levantamento dos “outros saberes” das próprias moradoras, que se comprometeram a dar continuidade às oficinas de forma autônoma. O resultado mais eloquente dessa simbiose foi o nascimento e a consolidação do **Ponto de Cultura Maria Máxima**. Gestado e parido pela própria comunidade, ele é um farol de autonomia, onde as mulheres se tornaram mestras e guardiãs do conhecimen-



As mulheres unidas na ocupação Nova Conquista

to, tecendo não só peças, mas uma rede de apoio e empoderamento feminino que fortalece todo o território.

A voz das mulheres da ocupação Nova Conquista ganhou eco em palcos maiores. A escolha da comunidade para sediar as atividades da **Assembleia Popular das Mulheres do Município no Dia Internacional da Mulher (08 de março)** foi um reconhecimento profundo de sua força e resiliência. Além disso, a participação em **Conferências Municipal e Estadual de Meio Ambiente** vem facilitando que suas perspectivas e necessidades, antes invisíveis, fossem ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas, saindo de uma posição de vulnerabilidade para uma de influência e representação, solidificando seu papel na governança do território.

SINERGIA ENTRE GERAÇÕES: CONSTRUINDO O FUTURO DO TERRITÓRIO JUNTOS

O projeto demonstrou um compromisso notável com a inclusão intergeracional. Crianças e jovens foram ativamente integrados em todas as etapas das ações, utilizando abordagens lúdicas e presenciais. Em oficinas de agroecologia, mutirões de arborização e na criação da horta comunitária, os mais novos aprenderam com as gerações mais velhas sobre o manejo da terra e os desafios ambientais por meio da experiência direta e do “fazer juntos”.

Essa participação prática conferiu a crianças e jovens **um senso de pertencimento e responsabilidade pelo seu território**, mostrando que suas contribuições são valiosas. A inclusão contínua assegura a transmissão de valores como a justiça ambiental, a igualdade de gênero e a resiliência comunitária, preparando as futuras gerações para serem líderes conscientes e atuantes. As atividades coletivas também fortaleceram os laços comunitários e familiares, construindo uma rede de apoio mais coesa e resiliente no território.

A VOZ DA COMUNIDADE: DIMENSÕES DA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Para pessoas em altíssima situação de vulnerabilidade, as ações do projeto foram mais do que um aprendizado: foram uma tábua de salvação e um catalisador de dignidade, consolidando um território de oportunidades. A professora Maria de Lourdes, moradora da ocupação, sintetiza essa importância:

Para nós, as ações desenvolvidas na comunidade pelo projeto Na Piracema das Mudanças Climáticas foram de grande importância. Até então, tínhamos ouvido falar de mudanças climáticas na TV, nas redes sociais, mas não ligávamos ao nosso



Em Nova Conquista, a comunidade se expressa e decide coletivamente. Imperatriz, MA, Brasil.

sofrimento com o calor extremo e as chuvas intensas. O projeto promoveu oficinas com especialistas sobre as causas e consequências da aceleração das mudanças climáticas, cidadania e direitos à moradia, oficinas de artesanato, de arborização, de agroecologia, de adubos orgânicos, incentivou a criação da praça pública e do Ponto de Cultura Maria Máxima, um espaço para promover a arte e a cultura popular.

A fala da professora Maria de Lourdes ilustra perfeitamente a dimensão da importância dessas ações para a construção do território de resiliência:

- **Conexão do conhecimento à realidade no território:** o projeto traduziu o conceito abstrato de “mudanças climáticas” para a realidade diária da comunidade, conectando-o diretamente ao sofrimento com o calor extremo e as chuvas. Essa compreensão é o primeiro passo para a adaptação e a busca por soluções dentro do próprio espaço.
- **Empoderamento pelo saber e manejo do território:** oficinas com especialistas sobre

as causas e consequências das mudanças climáticas, além de técnicas de agroecologia e adubos orgânicos, forneceram ferramentas práticas para enfrentar desafios ambientais e garantir a segurança alimentar da ocupação diretamente no território.

- **Geração de renda e valorização da cultura do território:** as oficinas de artesanato não só oferecem uma alternativa de renda, mas também valorizam os saberes locais e promovem a troca entre as moradoras, fortalecendo a autoestima e a autonomia dentro do território.
- **Construção de espaços de cidadania no território:** A criação da praça pública e do Ponto de Cultura Maria Máxima significam mais do que espaços físicos. São ambientes de convivência, aprendizado, manifestação cultural e fortalecimento dos laços comunitários, essenciais para a resiliência de um grupo que luta por reconhecimento de seu território.
- **Sentido de pertença e dignidade:** ao serem envolvidas na criação de sua própria pra-



ça e ponto de cultura, as pessoas, que antes se sentiam à margem, passaram a ser protagonistas de seus espaços. Isso eleva o senso de pertencimento, a dignidade e a crença na capacidade de transformar sua realidade, consolidando a comunidade.

COLHEITA DE RESULTADOS E LIÇÕES PARA O FUTURO DO TERRITÓRIO

A suspensão do despejo, a ampliação da consciência ambiental, o fortalecimento dos laços comunitários e a gestação do Ponto de Cultura Maria Máxima são resultados que superaram as expectativas. A **autonomia na gestão de saberes**, exemplificada pela autogestão das oficinas de artesanato, é a maior prova de que o projeto cultivou capacidades duradouras para o território.

A principal lição aprendida é que a verdadeira transformação social e ambiental não é um projeto “feito para”, mas um movimento “feito com” e, em última instância, “feito por” a própria co-

munidade. A autonomia, a cocriação, a integração de causas e a valorização dos saberes locais e da cultura são as chaves para construir resiliência e um futuro mais justo e sustentável.

Os desafios futuros incluem a **necessidade contínua de segurança jurídica** para a regularização fundiária, a **sustentabilidade e ampliação das iniciativas autônomas** (como o Ponto de Cultura) e a **manutenção do engajamento intergeracional e da consciência ambiental no território**. Para enfrentá-los, o projeto intensificará a defesa jurídica, buscará apoios para a autogestão das iniciativas e criará mecanismos de engajamento contínuo, como o *Clube de Jovens Ambientalistas*.

A *Piracema* é um testemunho vivo de que, mesmo diante de um cenário climático adverso e com desafios sociais persistentes, a força da comunidade, aliada a um apoio estratégico democrático, pode gerar um impacto extraordinário. A Vila Nova Conquista floresce, provando que a resiliência é tecida no dia a dia, com as mãos de cada um que, juntos, nadam a favor de um futuro mais digno e sustentável, consolidando um verdadeiro território de resiliência em Imperatriz.

Josinas de fibra: sustentabilidade ambiental na produção artesanal

Vanessa Cristina Silva Neco¹

Na comunidade Centro da Josina, localizada no município de São Luís Gonzaga, no Maranhão, os movimentos incansáveis de mulheres quebradeiras de coco vêm chamando a atenção. Com cofos, machados e muita garra, elas têm desenvolvido ações inovadoras, ambiental e economicamente sustentáveis.

No Centro da Josina, mulheres politicamente organizadas iniciaram o aproveitamento de fibras de bananeira para produção de artesanato. A mobilização delas não é novidade, pois sempre estiveram atuantes em defesa da vida e dos recursos naturais. Em virtude de estarem sempre atentas às demandas comunitárias, costumam ser as primeiras a identificarem as ameaças que se apro-

ximam e seus impactos. Todavia, suas ações não se limitam à identificação dos problemas e dos seus efeitos, já que elas também buscam elaborar mecanismos que permitam o enfrentamento.

Como forma de enfrentar os impactos de práticas predatórias para o meio ambiente e o clima, elas têm sensibilizado as famílias locais e incentivado ações sustentáveis, como o uso de defensivos agrícolas naturais para o controle de pragas nas hortas e o correto manejo dos recursos naturais. Essas alternativas são uma forma de preservar as florestas e os rios existentes na comunidade e que se encontram ameaçados pelo desmatamento e pulverização aérea de agrotóxicos realizada por fazendas vizinhas.



Vanessa e grupo de mulheres da comunidade Catucá, Bacabal

¹ Socióloga, quebradeira de coco e feminista. Assessora Técnica da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa) e integrante do GT de Mulheres da Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama).



Diante da extinção de plantas nativas e da escassez de água, entendem que é necessário preservar as poucas fontes ainda existentes e que utilizam para consumo doméstico e na irrigação dos seus plantios.

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas por elas estão o cultivo de banana, o extrativismo do babaçu, as hortaliças, a criação de pequenos animais e o artesanato. O coco babaçu é um fruto nativo abundante nas comunidades e nasce de forma espontânea, sem necessidade de plantio. As mulheres o coletam tanto em propriedades privadas quanto em áreas públicas. Ou seja, sua extração não exige que tenham uma terra própria, por isso durante muito tempo ele foi essencial para a subsistência das famílias mais pobres. Devido à antiguidade da prática extrativa do babaçu, as mulheres desenvolveram uma série de saberes associados ao seu uso.

Como afirmado por dona Maria Senhora,

do babaçu, a gente tira o coco, o azeite, a palha pra fazer casa, o abano, o cofo, o carvão para gente cozinhar, o mingau de coco, o adubo que depois de morta a mãe-palmeira deixa para nós plantar o que comer. Tudo é aproveitado, nada se perde. Foi e é o sustento de muita gente nessas comunidades. A palmeira é nossa mãe, ela dá tudo de graça pra gente e nós a amamos como mãe.

O plantio de bananas também é uma prática comum, mas não tão antiga quanto o extrativismo do babaçu. Por isso, ainda que as mulheres conhecessem as técnicas de plantio e manejo, não sabiam realizar seu aproveitamento total. Após verem que as fibras de bananeiras eram descartadas e se amontoavam nos quintais das suas casas, despertaram o desejo de realizar seu aproveitamento.

Os primeiros movimentos começaram em 2015, quando dona Maria das Graças (Gracinha), Nice e outras companheiras de comunidades próximas e que são acompanhadas pela Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa) a procuraram para compartilhar seus interesses em ampliar as atividades que desenvolviam. Além do extrativismo, da agricultura, do trabalho nos quintais produtivos e do cuidado com a casa e com os filhos, relataram à Acesa o desejo de se tornarem artesãs.

Elas foram inspiradas pelo projeto *Agricultura Familiar de Base Agroecológica: construindo igualdade*, desenvolvido pela Associação, que visava destacar a importância do trabalho das agricultoras e quebradeiras de coco babaçu. Assim, a partir das formações sobre equidade, autonomia e visibilidade do trabalho produtivo feminino realizadas no âmbito do projeto, elas começaram a buscar alternativas para o aproveitamento das fibras e testar novos materiais e técnicas.

Inicialmente, articularam-se e criaram o grupo Josinas de Fibras. O nome do grupo foi inspirado na senhora Josina, mulher que viveu, defendeu e deu nome à comunidade e que sempre é retratada pelos moradores como aguerrida e desbravadora. O grupo é composto por 10 mulheres das comunidades Centro da Josina, quilombo Santa Cruz, Claridade e Centro dos Mouras, todas localizadas no município de São Luís Gonzaga, MA.

Embora, anteriormente, elas não realizassem o aproveitamento integral de toda a matéria orgânica das bananeiras, já utilizavam as fibras para substituir o barbante, geralmente plástico, usado para amarrar as hortaliças (alface, coentro, cebola, cuxá/vinagreira) e o caule da planta para adubar as plantações. Desse modo, as novas destinações aos estoques de fibras acumulados nos seus quintais só foi possível pelos saberes tradicionais que já estavam presentes nas suas memórias, e que as formações apenas acionaram, ao apresentar-lhes outras possibilidades de manuseio.

Como relatado por Elisângela, uma das coordenadoras do Josinas de Fibra,

O grupo surgiu dessa vontade de reaproveitar a bananeira e de reaproveitar tudo o que tem no nosso quintal, o coco babaçu que nós quebramos, as outras árvores que nós temos. E, principalmente, para nós, mulheres, termos o nosso momento de terapia, de esfriar a cabeça. Nós nos juntamos para vir fazer o artesanato, mas aqui a gente ri, a gente conversa, a gente chora e se ajuda. Então, primeiro foi justamente pra gente se juntar, fortalecer o nosso coletivo e produzir, sem maltratar nada, reaproveitando e descobrindo cada uma a sua criatividade.

O grupo tem organizado diversas atividades formativas que têm possibilitado às suas integrantes o aprendizado de novas técnicas e o aprimoramento das já utilizadas, além de testar novos materiais, como a fibra do quiabo, do talo da palha de babaçu, da cana e do cuxá/vinagreira. Outro ponto interessante é a inovação nos seus processos artesanais por meio da criação

de novas peças feitas a partir do coco babaçu, como a produção de papel e de biojoias (brincos, cordões).

No início, aprenderam a produzir apenas duas peças com a fibra de bananeira, e hoje, produzem mais de 20, dentre bolsas e jogos de mesa, tudo a partir da fibra de bananeira. Elas contornam suas produções com adornos do babaçu e sementes de cajá, ingá e açaí, além de outras árvores e plantas dos seus quintais. A peça-chave da produção artesanal são as agendas, cadernos e capas feitos com papel da fibra de bananeira que são comercializados em feiras da agricultura familiar e por encomendas locais e regionais.

Para muitas delas, é uma redescoberta das suas potencialidades, como se observa a partir do relato de dona Oneide: “Nunca na minha vida eu imaginei que essa mão aqui ia fazer tanta coisa bonita, mas de jeito nenhum que eu ia pensar que eu, nessa idade, ia fazer papel, papel da fibra de bananeira”.

A iniciativa das mulheres do Centro da Josina serviu de inspiração às mulheres do Grupo Quilombando e Semeando Arte, do quilombo Catucá, no município de Bacabal. Os intercâmbios realizados entre elas possibilitaram a partilha de conhecimentos e técnicas, de modo que, nesses dois territórios, boas práticas têm sido disseminadas em consonância com os princípios agroecológicos. Elas partilham de uma realidade e anseios parecidos e encontram no extrativismo do babaçu, no cultivo da banana e na agricultura familiar uma forma de obter autonomia e independência financeira.

Suas iniciativas contribuem para o desenvolvimento da igualdade de gênero e inclusão social e para o uso sustentável da biodiversidade local. O aproveitamento das fibras de bananeira foi uma forma encontrada por elas para fazer um aproveitamento sustentável dos recursos locais e também uma maneira de diversificar a renda familiar. Seus esforços têm chamado a atenção para as ações e perspectivas locais sobre as práticas de manejo destes recursos e para as estratégias adotadas por elas para o fortalecimento dos seus meios de vida.



A organização social foi a maneira encontrada por essas mulheres para assegurar a participação política e aumentar seus ganhos econômicos. Ela também contribui para a reaplicabilidade e disseminação de boas práticas em consonância com os princípios agroecológicos. Portanto, é, não apenas um espaço de produção e geração de renda, mas também de luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

Desde 2021, o grupo passou a ter mais visibilidade, o que aumentou a autoestima das suas integrantes, resultado de uma longa caminhada coletiva delas. Nesse mesmo ano, dona Nice, uma das fundadoras do grupo e sócia da Acesa, tornou-se a primeira mulher eleita presidenta da organização, após 36 anos de existência. A maioria das integrantes do grupo se fizeram presente no momento histórico da posse e reafirmaram seu compromisso em continuar ocupando espaços e buscando apoio das organizações.

Através do projeto com a Fundação Avina, as Josinas de fibra passaram a ter discussões sobre temas como mudanças climáticas e outras questões relacionadas ao clima. E, desse modo, passaram a nomear as mudanças que já sentiam nos seus corpos-territórios. Temas como mudanças

climáticas e racismo ambiental possibilitaram a elas identificarem os maiores causadores das crises nos territórios e valorizar ainda mais seus trabalhos produtivos e de cuidado com a terra, com as sementes e com os quintais, vistos como essenciais para a defesa e enfrentamento às mudanças climáticas.

A gente já sabia, talvez só não imaginávamos que o nosso fazer de sempre nas nossas plantações, na cozinha, o nosso modo de vida, de cozinhar, de tratar a terra, de conhecer a palmeira e tudo que está aqui ao nosso redor ser algo tão importante para a terra e pra nós. Aprendemos que o jeito que a gente planta e o nosso artesanato é uma tecnologia social. (Nice)

As mulheres tiveram o aumento da procura por suas produções artesanais tanto a nível local quanto regional. Essa demanda é muito relevante, pois o artesanato nunca foi algo tão valorizado nas comunidades ou nos municípios.

O grupo Josinas de Fibra vem sendo cada dia mais aceito na comunidade e dentro das famílias das mulheres. Seus filhos e maridos também

aprenderam a tecer a fibra para ajudar o grupo a dar conta da crescente procura. Isso reflete significativamente na autoestima das mulheres, que a cada dia também têm-se fortalecido junto às redes parceiras, na Acesa, no GT de mulheres da Rede de Agroecologia do Maranhão, nas associações e por meio do apoio de projetos sociais.

Hoje nós estamos aqui mais unidas e mais fortes. Já conhecemos muitas mulheres nessa caminhada, parceiros e projetos que muito contribuíram pra nossa caminhada, mas nada aqui teria acontecido se a gente não tivesse se despertado, se não tivesse se segurado forte na mão uma das outras, mesmo nas dificuldades, onde cada choro era junto, cada alegria também. Ainda temos muito o que caminhar, temos desafios para enfrentar, mas juntas, a gente consegue. Hoje estamos com nossa casa quase pronta. Uma casa, gente! Onde que um

dia, lá no comecinho, a gente pensaria de ter uma casa? É resultado, muito de nossas vendas, dos nossos produtos feitos pelas nossas mãos. Onde que eu ia pensar que eu, com medo do mundo e medo até de falar, ia estar aqui, como uma das coordenadoras? Até hoje dá medo, mas eu não estou só. Todas as 10 seguram aqui junto a luta. Eu era fechada pro mundo, só vivia para a casa e para a família. Quando eu vi o mundo, por causa dos movimentos e desse grupo, eu passei a me amar, a sair mais, até para Recife já fui de avião. (Elizangela)

O grupo é exemplo de que a agroecologia é caminho. Além do artesanato produzido com afeto e cuidado, também houve o aumento da procura por suas hortaliças, pelo azeite e bananas nas feiras. Suas produções não têm veneno e refletem o cuidado e respeito com a comunidade, com suas famílias e com a natureza como um todo.



Mulheres da Cocanha: mãos que sustentam o mar, a mesa e a memória

Danielle Almeida de Carvalho¹

O sol ainda nem aqueceu direito a areia da Praia da Cocanha quando Dona Maria já está de pé, no rancho de pesca, limpando mariscos. É sábado, o céu está limpo, e o cheiro do mar se mistura ao som das conchas batendo nos baldes. Mais cedo, seu filho Leandro partiu de barco para a Fazenda de Mexilhões, onde colheu os mariscos que agora ela limpa e seleciona, parte para o sustento da família, parte para venda.

“Tem dia que vou junto, viu? Gosto mesmo é da parte do mar”, conta Dona Maria, aos 70 anos, com um sorriso que resiste ao tempo. Filha de Seu Estevam Mattos, um dos mais antigos pescadores da Cocanha, ela carrega nas mãos a memória viva da comunidade. “Minha mãe saía daqui e trazia o balaio de marisco da pedra. Hoje em dia você não vê mais marisco na pedra... é difícil.”

DA ROÇA À PESCA: O TEMPO EM QUE TUDO ERA TROCADADO

A Cocanha já foi bem diferente. Quando Dona Maria era criança, a comunidade vivia da terra, da roça, da pesca e da troca. As crianças iam para a escola pela manhã e à tarde ajudavam os pais a organizar varais de peixe ou plantar mandioca e feijão no sertão, na beira da Mata Atlântica. Os homens saíam ao mar em canoas simples. As mulheres ficavam com os filhos, limpavam os peixes nos rios e cuidavam das roças. Era uma vida cheia

de vínculos, com a terra, com o mar e uns com os outros.

Mas, nas últimas décadas, tudo mudou de pressa. A especulação imobiliária cresceu em Caraguatatuba, Litoral Norte de São Paulo, e a Cocanha viu o avanço dos loteamentos, dos muros altos e das casas de veraneio. Os rios foram aterrados, os manguezais encolheram e, com eles, desapareceu o encontro natural das águas doces com o mar, berçário das espécies marinhas. Hoje, o que resta do mangue, mal consegue abrigar larvas e filhotes. A caça, a roça e a pesca foram sendo proibidas com a criação de áreas de preservação, sem diálogo com quem sempre cuidou daquele território.

ONDE TEM REDE, TEM MULHER

Ainda assim, as mulheres seguem, firmes, com as mãos mergulhadas na lida. Logo cedo, Tereza e Ângela abrem o entreposto de pesca de frente para o mar. Lá, vendem os peixes que os maridos e filhos trazem da madrugada. Começam o dia limpando o pescado com cuidado, como aprenderam ainda meninas. “Aprendi com a mulherada que limpava pro meu pai, né? Antigamente, a gente limpava ali debaixo da ponte. Era a mulherada que limpava mesmo”, lembra Tereza, de 65 anos, enquanto retira escamas com agilidade.

Zenaide, 49 anos, também trabalha com o beneficiamento do pescado. Seu marido coleta

¹ Bióloga, mestra em Biodiversidade de Ambientes Costeiros e doutora em Ciência do Sistema Terrestre. Possui estudos em adaptação às mudanças do clima, governança e políticas climáticas subnacionais e capacidade adaptativa de comunidades pesqueiras com recorte de gênero. Atualmente, atua como oficial de projetos no Programa Vozes pela Ação Climática Justa, pela Hivos Brasil.



Praia da Cocanha, Caraguatatuba, São Paulo. À esquerda, o Rancho de pescadores e maricultores, ponto de encontro e local de trabalho. À direita, paisagem da Praia da Cocanha, onde à frente, é possível observar a Ilha da Cocanha, que protege a Fazenda Marinha da Cocanha, a maior do estado de São Paulo. Fonte: acervo pessoal.

os mariscos no mar, e ela os prepara para venda. “Não trabalho com outra coisa. Ajudo ele. Não dá pra sair pra trabalhar fora, né? Tenho que cuidar da minha filha, fazer almoço, deixar tudo organizado pra ela”, conta. O tempo das mulheres é esticado entre o sustento da casa, o cuidado com a família e a manutenção da tradição.

DA MARICULTURA À COZINHA: O SABOR DA RESISTÊNCIA

Nos últimos anos, um novo projeto trouxe esperança: a Vila Turística da Praia da Cocanha, iniciativa de Turismo de Base Comunitária (TBC) idealizada pela MAPEC — Associação de Pescadores e Maricultores da Cocanha². A proposta é mostrar o território a partir da vivência local, valorizando o modo de vida caiçara. E, com isso, abrir espaço para que as mulheres ampliem suas fontes de renda por meio da culinária com mariscos³.

“Agora tá tendo mais mulher trabalhando. Antes, era só homem mesmo. Na culinária, uma puxa a outra. Eu puxo minha irmã, puxo minha cunhada... Quando tem que fazer café ou janta,

vem a mulherada toda: prima, irmã, todo mundo pra ajudar”, conta Selma, de 53 anos, que hoje vive da gastronomia com mexilhões, atividade que cresceu graças ao TBC.

A rede é extensa e familiar. Dona Maria, cozinheira de mão cheia, é irmã da Isabel, que tem um quiosque. Isabel é tia da Selma, que é cunhada da Zenaide. Todas marisqueiras, como gostam de dizer com orgulho. Trabalham na limpeza, seleção e preparo dos mariscos junto aos seus maridos, irmãos ou filhos. São mães, avós, cuidadoras, cozinheiras, tudo ao mesmo tempo. E mesmo assim, enfrentam barreiras estruturais todos os dias.

FALTA ESTRUTURA, SOBRA VONTADE

Apesar do crescimento do turismo de base comunitária, a estrutura ainda é precária. As mulheres não têm cozinha equipada, nem banheiros adequados para receber visitantes. “Tem que ter uma cozinha, tem que ter um negócio bonito. A gente precisa de um espaço pra nós, pra vender essas gostosuras, pro povo conhecer que aqui é um lugar que cultiva esse mexilhão”, diz

² “Vila Turística de Caragua concorre a prêmio internacional”. Acesso disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11795541/>.

³ Página de divulgação da Vila Turística pela Prefeitura de Caraguatatuba. Acesso disponível em: <https://www.caragua.tur.br/atrativos-turisticos/de-base-comunitaria/>.



O beneficiamento do pescado agrega valor ao produto para a venda. À esquerda, Tereza faz a limpeza de peixe, no entreposto de pesca. À direita, Zenaide, no rancho dos pescadores e maricultores, faz a seleção de mariscos para a limpeza e posterior venda. Fonte: acervo pessoal.



A culinária de mexilhões como resistência e adaptação. À esquerda, Dona Maria mostra orgulhosa seus famosos bolinhos de mexilhão, criação da comunidade da Cocanha. À direita, Selma cozinha seu delicioso lambe-lambe, comida típica que inclui arroz e mexilhões frescos, direto da Fazenda Marinha da Cocanha. Fonte: acervo pessoal.

Dona Maria, com a firmeza de quem sabe o valor do próprio trabalho.

O desafio agora é garantir condições mínimas para que a cultura caiçara não apenas resista, mas floresça. Que as receitas de mexilhão passem de geração em geração. Que as meninas vejam nas suas mães e avós exemplos de força e sabedoria. Que o território seja respeitado como lar, não apenas como paisagem para fotos.

MULHERES QUE SEGURAM O TERRITÓRIO

As mulheres da Cocanha sustentam mais do que suas famílias: elas sustentam a cultura, a his-

tória e a própria existência da comunidade. Seu trabalho, muitas vezes invisibilizado, é o que mantém viva a pesca artesanal, a maricultura, a gastronomia local, o cuidado com os filhos e os saberes tradicionais. Mesmo diante da crise climática, da pressão urbana e da negligência do poder público, elas seguem: juntas, organizadas, corajosas.

O que elas pedem é reconhecimento. Um espaço digno para cozinhar, para vender, para ensinar. Um território onde possam viver e trabalhar sem medo de serem expulsas ou silenciadas. E enquanto esse espaço não chega, elas seguem fazendo o que sempre fizeram: cuidando. Do mar, da mesa, da memória.



A experiência do #QuilomboDiMaria: o cuidado que articula saúde e cultura como campo de política pública comunitária

Carla Antelante da Cruz¹ e Sayonara Bezerra Malta²

O Coletivo Itinerante de Saúde Comunitária e Cultura Negra #QuilomboDiMaria foi fundado em 3 de março de 2019, por sua, desde então, coordenadora, Carla Antelante da Cruz, no bairro de Cosme de Farias, em Salvador. Apesar de fazer seis anos de existência formal em 2025, sua coordenadora tem dedicado toda uma trajetória de vida à construção dos caminhos que permitiram a concretização da missão do coletivo - uma missão que se enraíza tanto na perspectiva sociocultural quanto na ancestral. Aprender, vivenciar e compreender os movimentos de vida e organização coletiva a partir da ancestralidade sempre foi, é, e continuará sendo um princípio estruturante e vital para a atuação do #QuilomboDiMaria, que se fortalece no entrelaçamento de memória, cuidado, estratégia organizativa e resistência.

Marcado por uma atuação predominantemente conduzida por mulheres negras, força motriz do coletivo, o #QuilomboDiMaria se estrutura a partir de uma ética relacional que, sem excluir ou negligenciar a presença e a importância de homens e saberes masculinos, reafirma um compromisso com o cuidado integral como prática política, social e comunitária. Essa prioridade em *“qualificar a forma de se relacionar com”* é uma base sólida que atravessa todas as dimensões da experiência do coletivo: desde as relações interpessoais entre integrantes, os vínculos com

suas famílias e comunidades, até a forma como se conecta com o território, com a natureza, suas riquezas e belezas, mas também com suas dores, desequilíbrios e adoecimentos.

O coletivo se reconhece e se orienta por uma filosofia do vínculo, do afeto e da co-responsabilidade organizativa e sistêmica, com práticas que valorizam a investigação e treinamento das melhores condutas, com o reconhecimento das interdependências e a centralidade do aprendizado com os fundamentos da vida em suas múltiplas expressões. Nesse sentido, ecoa com profundidade o ensinamento do pensador quilombola Nego Bispo, cuja filosofia orienta e inspira: “Se relacione com o meio ambiente. Não é preservar, é se relacionar... preservar? O ambiente não precisa dos nossos cuidados, o ambiente cuida de nós e nós nos relacionamos com o ambiente.”

Por isso é que ir ao encontro das questões ambientais é, antes de tudo, um movimento de retorno a um lugar filosófico do sentido e do sentir, um território interno e também coletivo, que precisa ser continuamente revisitado. Somos seres ecossistêmicos, imersos em um sistema complexo e interdependente de vida, mas muitas vezes nos alienamos disso. Seguimos como pequenas criaturas que ainda não aprenderam a se curvar com reverência e humildade diante da grandeza dos sistemas que nos sustentam. Reco-

¹ Carla Antelante é pedagoga, pesquisadora, terapeuta sistêmica, produtora e diretora em cinema comunitário. Mestre e fundadora do #QuilomboDiMaria.

² Sayonara Bezerra Malta (Sayô Adinkra) é historiadora, gestora, consultora e doula. Coordenadora do Escritório de Projetos Esmeralda, integrante dos pontos de Cultura Casa Preta Amazônia e #QuilomboDiMaria.



Assembleia de aprovação do Estatuto do Coletivo que se formaliza em associação comunitária, março de 2024. Foto: Paulo Gabriel.

nhecer essa limitação é um passo fundamental para restaurar nossa conexão com o mundo natural, não a partir da lógica do domínio, mas da escuta, do pertencimento e do respeito profundo.

Dos conhecimentos ancestrais que nos orientam a lidar com as crises climáticas, emerge um campo de sabedoria que, quando compartilhado com ética e respeito, pode oferecer caminhos potentes e resilientes. Entre esses saberes, destacamos a investigação sobre a capacidade regenerativa do corpo humano em suas múltiplas camadas, física, emocional, espiritual e mental, como um eixo fundamental de reencantamento da vida. Reconhecer e ativar essa potência vital que habita o corpo é um processo educativo e sensível, que não se pauta por métodos lineares ou objetivos, mas se constrói em movimentos circulares, espiralantes, sempre em diálogo com um tempo ancestral que dissolve as fronteiras entre passado, presente e futuro. Esse tempo, que pulsa na memória corporal e coletiva, nos ensina que regenerar não é apenas consertar o que foi danificado, mas reencontrar o ritmo da vida

em comunhão com a Terra e suas forças. É nesse território do sentir que se abre a possibilidade de construir respostas mais enraizadas e coerentes diante da crise climática e de seus impactos sobre os corpos e os territórios.

A centralidade do corpo se revela, para nós, como uma encruzilhada sagrada, com um ponto de decisão estratégico de reexistência onde recusamos que o viver seja diminuído ou banalizado pelas múltiplas crises que atravessam os tempos atuais. Ao contrário, reafirmamos o corpo como território de responsabilidade ampliada, capaz de sustentar o encantamento e os fundamentos da vida em sua plenitude. Viver, nesse sentido, é um gesto político, espiritual e cotidiano de afirmação radical da existência. A partir do corpo, imprimimos uma contraofensiva sistêmica aos dispositivos de destruição e morte que sustentam as lógicas de dominação deste mundo. É pelo corpo, e não apesar dele, que se faz possível resistir, regenerar e reinventar modos de viver que estejam alinhados com a dignidade, a beleza e a continuidade da vida.

O ponto a que chegamos ao localizar o corpo como centro de nossa atenção e prática é, sobretudo, o de sustentar um enfrentamento diante da *pandemia de saúde mental, emocional e espiritual* – termo cunhado pela Coordenadora e Pesquisadora Carla Antelante – que ameaça nossos corpos, nossas casas e nosso coletivo. Reconhecemos que essa crise não é apenas individual, mas sistêmica, e que exige respostas que integrem saberes, afetos e práticas. Por isso, apostamos em processos formativos contínuos – tanto internos quanto externos – que promovam o aperfeiçoamento de práticas de cuidado, escuta e acolhimento, em dimensões individuais e coletivas. Esses processos não apenas fortalecem o tecido comunitário, como também devolvem ao corpo seu lugar originário de radar sensível, território vivo e ferramenta de regeneração. Reconstituem a conexão de cada pessoa com sua capacidade de sentir, nomear e elaborar experiências desafiadoras, para que contextos como o da crise climática não sejam gatilhos de retraumatização ou de colapso psicoemocional e coletivo.



O Coletivo #QuilomboDiMaria é uma organização periférica que nasce e resiste no enfrentamento cotidiano ao racismo ambiental, enraizada na convivência com seus impactos há mais de 30 anos – tempo que Carla Antelante e sua família habitam o bairro de Cosme de Farias, em Salvador. A trajetória do coletivo está profundamente entrelaçada à construção de estratégias para se relacionar com territórios vulnerabilizados, onde as transformações urbanas, longe de promoverem qualidade de vida, têm historicamente aprofundado desigualdades. Nas periferias da cidade, observa-se o extermínio gradual das áreas verdes, resultado direto da ausência de políticas públicas comprometidas com um planejamento urbano ecológico e justo. A falta de arborização e de preservação de microclimas fundamentais para a regulação térmica têm agravado, de forma alarmante, as ilhas de calor urbano. Em Salvador e no Brasil, de modo geral, já se nota um aumento significativo nas temperaturas e ondas de calor³, sendo as sensações térmicas nas periferias ainda mais severas, devido à precariedade das infraestruturas e à densidade construtiva desordenada. Esse contexto produz não apenas um cenário de desconforto, mas acarreta adoecimentos, episódios de desidratação, distúrbios do sono, agravos em doenças crônicas, além de intensificar quadros de sofrimento mental e emocional. Soma-se a isso o aumento da violência, que também se expressa como um efeito colateral da insalubridade ambiental e da desorganização urbana, transformando o clima e o território em vetores de exclusão e sofrimento.

A centralidade dos cuidados energéticos, emocionais e corporais constitui um dos pilares fundamentais que orientam a atuação efetiva do

³ Notas sobre ondas de calor

O relatório da *Climate Central*, organização americana de monitoramento meteorológico, indica que a capital baiana tem o quinto maior aumento de temperatura de todo o país, em comparação com a média histórica. Fonte citada no Correio da Bahia em março de 2024: https://aloalobahia.com/notas/salvador-e-a-quinta-cidade-mais-aquecida-do-pais-nos-ultimos-tres-meses-revela-estudo?utm_source=chatgpt.com

Estudos sobre aumentos das ondas de calor no Brasil. Ondas de calor: os impactos da ‘emergência silenciosa’. Mortes atribuíveis a altas temperaturas podem ser maiores do que as decorrentes por deslizamentos de terra.

https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/03/ondas-de-calor-os-impactos-da-2018emergencia-silenciosa2019?utm_source=chatgpt.com

Coletivo #QuilomboDiMaria. Esses cuidados se estendem para além do espaço coletivo, alcançando as casas de cada integrante, suas famílias e contextos, também individuais. Trata-se de um compromisso contínuo com a redução de danos e com o aprimoramento das habilidades sócio-psico-emocionais diante das adversidades cotidianas.

Ao longo dos últimos quatro anos, em especial, essa perspectiva consolidou a construção de protocolos comunitários de cuidado e segurança, que articulam práticas de bem viver com dimensões terapêuticas, sociais e políticas de autocuidado e cuidado mútuo. Tais protocolos, forjados na experiência concreta da vida coletiva e nas urgências dos territórios, sejam eles tradicionais ou periféricos, não apenas fortalecem os vínculos internos do coletivo, mas também têm-se constituído como ferramentas de incidência territorial.

A missão do #QuilomboDiMaria, nesse sentido, é a de instrumentalizar e compartilhar esses saberes em espaços que assumam, de forma genuína, os princípios da saúde comunitária, orientando-os a partir de uma lógica endógena de cuidado, ou seja, enraizada nas especificidades de linhagens ancestrais, nas cosmo percepções e nas necessidades de cada território.

O #QuilomboDiMaria se percebeu, nessa trajetória, como um coletivo cuja função era também de pesquisas, construção de conhecimentos e de aprendizado na formulação de políticas públicas comunitárias. Além disso, compreendeu-se como uma comunidade formada por várias pequenas comunidades, representadas pelas famílias de seus integrantes.

As políticas públicas comunitárias tomam maior importância no coletivo enquanto lógica de combate ao que o racismo estrutural e ambiental negam às periferias e maiorias tidas como minorias - as populações afroindígenas no Brasil e América Latina, bem como todos os povos originários ao redor do Planeta - que é a autoria de um pensamento político estratégico organizativo de promoção de bem viver. Essa lógica contrasta com a perspectiva dominante, em que o Estado frequentemente conduz essas populações ape-



Encontro interno de cuidados, 2024.

Foto: Luís Soarez.

nas a responderem às políticas públicas oficiais, marcadas por processos burocráticos excludentes e distantes da realidade comunitária.

Neste momento, no avanço para o aperfeiçoamento da formulação escrita, em que protocolos comunitários desejam ser oficializados enquanto política comunitária, o Coletivo #QuilomboDiMaria caminha em direção ao marco simbólico de seu sétimo aniversário, a ser celebrado em março de 2026. Para nós, concluir este primeiro setênio é muito mais do que alcançar uma data: é reafirmar um ciclo de continuidade, de reinício constante. O #QuilomboDiMaria não é apenas um coletivo, é um movimento, um organismo vivo, em permanente transformação, que pulsa com a memória, a luta, o afeto e a sabedoria de seus integrantes e dos territórios que o sustentam.

Sua trajetória, marcada pela itinerância e pela escuta ativa dos contextos em que atua, re-



vela que não há cuidado verdadeiro sem vínculo profundo, nem transformação legítima sem movimento. Em meio às múltiplas crises que atravessam nosso tempo, seguimos tecendo caminhos de reexistência possíveis e necessários, onde a saúde é compreendida como uma relação viva entre corpo, território, ancestralidade e justiça social. A convocação para o nosso Congresso de Celebração dos 7 Anos nasce desse

lugar: um chamado para que mais pessoas, coletivos e territórios se unam na construção de políticas públicas comunitárias, onde saúde e cultura não sejam tratadas como esferas separadas, mas como dimensões integradas e fundamentais para a apropriação coletiva de nossos corpos, nossas histórias e, não podendo prever nossos futuros, ao menos, saibamos alargar e melhor viver nosso presente.



Raça, gênero e território: jovens mulheres no enfrentamento da crise climática

Marcela Toledo¹, Mariana de Paula² e Mariana Galdino³

No segundo semestre de 2024, o Instituto Decodifica, em parceria com a Hivos América Latina, desenvolveu o projeto *Manas – Jovens Lideranças por Justiça Climática*, um espaço formativo com foco na geração cidadã de dados e no fortalecimento da consciência socioambiental de meninas negras e periféricas, entre 16 e 24 anos, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As jovens foram protagonistas em todas as etapas do projeto, desde a escolha da metodologia da pesquisa até a produção do relatório final. A pesquisa, realizada por meio de entrevistas em profundidade, abordou temas como conexão com o território, práticas ancestrais e justiça ambiental. Vale lembrar que a geração cidadã de dados se ampara na lógica de participação ativa de populações marginalizadas na construção, análise e utilização de dados para a tomada de decisões e ações que impactam diretamente a comunidade a que pertencem.

Os relatos revelaram uma forte relação afetiva com a terra, a água e os ecossistemas, associando-os à memória, à espiritualidade e à ancestralidade. Muitas participantes descreveram o meio ambiente como espaço de origem, lar e refúgio.

Ao mesmo tempo, também surgiram visões antropocêntricas, que enxergam o meio ambiente como recurso para o bem-estar humano. Essa diversidade de compreensões reflete tanto a influência do contexto urbano, que limita o contato direto com a natureza, quanto os impactos da desigualdade socioambiental e da rotina acelerada, que restringem esse contato a momentos esporádicos de lazer.

Em tempos de emergência climática, as respostas mais potentes emergem dos quintais, terreiros e saberes tradicionais. Mulheres do Sul Global têm sustentado formas de resistência por meio de práticas ancestrais como a observação ecológica, a espiritualidade, o uso de ervas medicinais e o cuidado comunitário. Iniciativas como o CURE – Coletivo Urbano de Ervas –, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e liderado por uma mulher indígena, têm atuado de forma potente nesse campo. Cultivando e compartilhando o uso de ervas medicinais em espaços urbanos, o coletivo promove o resgate dos saberes das curandeiras e rezadeiras articulando saúde, espiritualidade e soberania alimentar. Em territórios como o Quilombo Branco de São Benedito e a

¹ Analista de pesquisa pleno do Instituto Decodifica, formada em Serviço Social e Ciências Sociais pela UFRJ, com especialização em Sociologia Urbana e mestrado em Políticas Públicas pela UERJ. Pesquisa temas de violência, raça, gênero e segurança pública desde 2018. Representa o Decodifica no Fórum Popular de Segurança Pública do RJ e integra a Rede A Ponte e o Mulheres Negras Decidem.

² Co-fundadora e Diretora Executiva do Instituto Decodifica, formada em Engenharia de Produção (UNIRIO) com especializações em gestão e conhecimento organizacional. Foi coordenadora do BNDES Garagem e fundadora da coalizão “O Clima é de Mudança”. É fellow da BMW Foundation e Columbia Women’s Leadership Network, além de Conselheira da Cidade do Rio e do Comitê de Equidade Racial da Defensoria Pública do RJ.

³ Co-fundadora e coordenadora de incidência do Instituto Decodifica, graduanda em Direito pela UERJ com especialização em Gestão de Projetos (FGV). É conselheira da Cidade do Rio e participa das redes A Ponte e Mulheres Negras Decidem. Atua na coalizão “O Clima é de Mudança”, com foco em justiça racial, de gênero, climática e territorialidade.



Manas pesquisadoras

Casa Memória da Mulher Kalunga, as mulheres desenvolvem práticas sustentáveis, como o tingimento natural e a reciclagem, aliando saber ancestral, renda e cuidado ambiental.

Esses saberes atravessam gerações e se conectam com a liderança de matriarcas e jovens, como as *Manas*, que exigem uma educação ambiental ancorada nas memórias comunitárias e nas religiões de matriz africana. Esses conhecimentos não são alternativas, mas tecnologias ancestrais que enfrentam a crise climática com base na convivência com a Terra, na memória coletiva e no cuidado.

A organização comunitária para proteção dos territórios parte do reconhecimento dos saberes locais. A experiência do projeto *Manas* mostra como as juventudes periféricas têm capacidade de propor soluções e promover mutirões a partir de suas práticas e vivências. A educação ambiental, segundo as participantes, precisa ser territorializada, acessível e emancipadora, não apenas informativa. Trata-se de um processo coletivo de escuta, diálogo e protagonismo, fundamentado na geração cidadã de dados e no reconhecimento do saber local como fonte de conhecimento e soluções.

Elas apontam que é essencial valorizar os saberes do povo sobre seus territórios e escutar suas demandas, conectando a ação climática à

garantia de direitos fundamentais como a saúde, a alimentação adequada, o lazer, o bem-estar e o bem-viver. Também destacam a necessidade de incluir na organização comunitária uma abordagem interseccional que reconheça as desigualdades de gênero, raça, classe e território, promovendo a participação de grupos historicamente marginalizados.

A desigualdade de gênero também estrutura as respostas locais às crises. O projeto *Retratos das Enchentes*, realizado pelo Instituto Decodifica, mostra que mulheres negras são desproporcionalmente mais afetadas por eventos climáticos extremos. Grupos focais realizados com moradoras do Rio de Janeiro e de Recife indicaram que mulheres negras são as mais vulneráveis aos impactos das enchentes — tanto pelas condições geográficas de moradia quanto pelas sobrecargas de cuidado que carregam. Elas são as primeiras a responder, a cuidar dos mais vulneráveis e vulnerabilizados e a organizar redes de solidariedade. Essa liderança feminina, no entanto, segue sendo subvalorizada nas políticas públicas, sobretudo no que diz respeito a políticas de cuidados eficientes para essas mulheres e suas comunidades. Os grupos focais reforçaram a necessidade de reconhecer e incluir esses saberes e experiências como parte

das estratégias de adaptação climática, promovendo a presença de mulheres nos processos de planejamento e resposta a desastres.

A organização comunitária, como destacaram as *Manas*, passa pela valorização dos saberes locais e pela educação ambiental crítica. Durante a formação, as participantes propuseram uma “Visão de Futuro” para suas comunidades: uma educação que não trate a população como receptora passiva de informação, mas como agente de transformação. Uma educação ambiental desde a infância, integrada ao currículo escolar, com atividades fora da escola, como oficinas em praças, rodas de conversa e hortas comunitárias. Uma educação que nasça nos territórios e dialogue com os saberes de terreiro, com as religiões de matriz africana, com os hábitos alimentares saudáveis, com o corpo e a terra. Essa visão de futuro é guiada pelo senso de pertencimento ao território, pela ancestralidade e pela urgência de formar uma juventude ativa e transformadora.

Elas também apontaram a urgência de uma mudança estrutural: políticas públicas com orçamento definido, escuta comunitária, partici-

pação social efetiva e articulação entre setores como saúde, educação e urbanismo.

Um futuro desejável é aquele em que a justiça climática seja tratada com seriedade nos âmbitos locais, e não apenas em conferências globais como a COP. Um futuro em que o protagonismo das favelas e periferias seja respeitado e incorporado às estratégias climáticas, sempre a partir de uma abordagem interseccional que reconheça as especificidades de gênero, raça, classe e território.

A partir das falas e vivências das *Manas*, torna-se evidente que os territórios periféricos e tradicionais não são apenas espaços de vulnerabilidade, mas também de potência, onde soluções concretas já estão sendo construídas. As jovens reivindicam um futuro no qual possam exercer seu direito à cidade, ao bem-viver e à permanência em seus territórios com dignidade. E mais do que isso: afirmam que esse futuro já começou a ser construído por elas, e que precisa ser reconhecido, fortalecido e financiado.

Frente aos extremos climáticos, a atuação das mulheres do Sul Global revela que é pelo cuidado, pela memória e pela coletividade que se sustenta a Terra.



Fórum Climático



Catadoras periféricas e justiça climática: saberes, resistência e economia do cuidado em contextos de crise

por Nanci Darcolléte

Nas periferias urbanas brasileiras, as mulheres catadoras de materiais recicláveis constituem um grupo social cuja atuação transcende a lógica da sobrevivência econômica. Seu trabalho, frequentemente informal e desvalorizado, está imerso em dinâmicas complexas que envolvem relações de cuidado, sustentabilidade ambiental, defesa do território e resistência cotidiana diante das múltiplas dimensões da crise climática.

Através da coleta e triagem de resíduos, essas mulheres não apenas garantem a renda familiar, como também desempenham um papel estratégico na economia circular e na mitigação de impactos ambientais. No entanto, seu protagonismo raramente é reconhecido nas formulações de políticas públicas ou nos discursos dominantes sobre desenvolvimento sustentável e justiça climática.

Ao viverem em territórios historicamente marcados pela vulnerabilidade socioambiental, com acesso precário a infraestrutura, saneamento, saúde e mobilidade, essas mulheres experimentam, de maneira aguda, os efeitos das mudanças no clima. Essas transformações se manifestam no aumento do custo de vida — alimentos, energia, água, medicamentos — e na intensificação de eventos extremos, como enchentes, secas e deslizamentos.

A dinâmica do cotidiano dessas mulheres revela uma relação profunda com os ecossistemas locais e com saberes tradicionais, muitas vezes herdados de práticas familiares e comunitárias. O conhecimento sobre os ciclos da natureza, o uso de plantas medicinais, a observação dos padrões do tempo e a espiritualidade vinculada à terra configuram formas de leitura e ação sobre o território que se contrapõem às soluções tecnológicas convencionais.

Esses saberes informam estratégias de adaptação e resiliência que incluem desde o reapro-

veitamento da água da chuva e a compostagem doméstica até a articulação de redes de solidariedade para enfrentar a escassez e a precariedade.

A atuação dessas mulheres é também marcada por uma perspectiva de gênero que influencia profundamente suas estratégias de enfrentamento. A divisão sexual do trabalho as coloca como principais responsáveis pelo cuidado com crianças, idosos e pessoas adoecidas — dimensões que se tornam ainda mais desafiadoras em cenários de crise climática e econômica. Ao mesmo tempo, essa centralidade do cuidado as posiciona como líderes informais em seus territórios, mobilizando mutirões, campanhas de conscientização ambiental, hortas comunitárias, projetos de reflorestamento urbano e defesa dos bens comuns.

Diante da emergência climática, essas mulheres elaboram visões de futuro que articulam dignidade, segurança alimentar, acesso à moradia e valorização de suas práticas. Suas perspectivas incorporam uma dimensão ética e política do cuidado, entendendo que o enfrentamento da crise climática exige uma reestruturação das relações sociais, econômicas e ecológicas. Como propõe a perspectiva da justiça climática, não basta mitigar as emissões de gases de efeito estufa sem enfrentar as desigualdades estruturais que tornam certos corpos e territórios mais vulneráveis do que outros.

Portanto, compreender o papel das mulheres catadoras periféricas na agenda climática implica reconhecer seus conhecimentos, fortalecer suas organizações coletivas e incorporar suas experiências nas políticas públicas de adaptação e transição justa. Elas não são apenas vítimas da crise climática — são agentes fundamentais na construção de alternativas sustentáveis, enraizadas em práticas de cuidado, solidariedade e respeito à vida, em todas as suas formas.

Mandí 10 anos

Viver e existir nas cidades amazônicas está ligado aos rios, e é a partir deles que nossa história começa. Em 2016, jovens mulheres, ainda universitárias, se uniram a partir do desejo de provocar mudanças na relação entre pessoas, águas e cidades.

Dalissa Cabral¹ e Ligia da Paz²

Por meio de atividades pontuais em nossos primeiros anos impactamos diretamente **938 pessoas** nos projetos e eventos que realizamos, além de conseguirmos alcançar mais de **43 mil** pessoas pelas plataformas **digitais**. Conforme crescia nossa atuação, sentimos a necessidade de melhor nos estruturarmos. Sendo assim, em 2020, enquanto o mundo vivia um momento doloroso e desafiador, a pandemia da Covid 19,

nos desafiámos ainda mais e nos tornamos uma organização não governamental institucionalizada, como forma também de melhor estruturar nosso trabalho. Tendo como rota de navegação ampliar nossa atuação para o âmbito regional e trabalhar com novas agendas, que até então, eram quase inéditas para nós: mudança climática e liderança feminina.



1ª Sessão Especial Sobre Mudanças Climáticas - Câmara Municipal de Belém

¹ Dalissa Cabral é publicitária e gestora de comunicação na Organização Mandí. É formada em Comunicação Social pela Universidade da Amazônia. Há mais de 6 anos trabalho com comunicação ambiental, sendo assim, sou publicitária que atua pensando na interseção entre arte, cultura e meio ambiente. Nos últimos quatro anos, tenho atuado na Organização Mandí, com a missão de conceber e planejar atividades que promovam reflexões sobre o território a partir de suas águas.

² Lígia Paz, Paraense, ativista socioambiental, Engenheira Sanitarista e Ambiental (UFPA), Especialista em MBA de Gestão de Projetos (USP) e mestre em Uso Sustentável de Recursos Naturais (IFRN). Atualmente está como Diretora Administrativa da Mandí, onde trabalha com as agendas de saneamento básico e mudanças climáticas em contextos urbanos. Atua com mobilização social, gestão de projetos, incidência política e pesquisa, realizando estudos sobre indicadores de sustentabilidade para bacias hidrográficas urbanas, índices ESG para gestão pública de saneamento e o impacto das mudanças do clima no acesso à água.



Ação à margem do Rio Tucunduba, Belém

E foi assim que, em **2020**, iniciamos nossa atuação dentro da pauta climática por meio do projeto Piracema - Programa de Multiplicadores. Com o propósito de compartilhar ferramentas de educação ambiental crítica e mobilização social em prol dos territórios a partir das agendas de Saneamento Básico e Mudanças Climáticas, **25 jovens** entre 18 e 20 anos, residentes do Estado do Pará, participaram da **nossa primeira formação online** e gratuita. O projeto recebeu o **Prêmio da Diplomacia Verde Meio Ambiente**, concedido pela Delegação da União Europeia, Embaixada de Portugal no Brasil e Camões - Centro Cultural Português em Brasília.

E foi a partir das experiências adquiridas, com o objetivo de movimentar ainda mais a pauta climática em Belém e ampliar a participação de mulheres no debate político, que surge o projeto que dá origem à Rede Jandyrras. As Jandyrras foram um marco histórico para a Mandí, não só pela conexão das agendas de atuação, mas também pelos resultados a partir da união de mulheres engajadas na luta pelo território e o reconhecimento que trouxe para nossa organização.

A Rede Jandyrras surgiu em 2021 pelo projeto Rede de Articuladoras Ambientais que foi desenvolvido com a proposta de **fortalecer e ampliar a participação de mulheres no debate político das agendas ambientais de Belém**. Sua construção se iniciou através de uma formação online e gratuita produzida pela Mandí para **40**

mulheres, majoritariamente não brancas, de 18 a 35 anos, da Região Metropolitana de Belém. Dentre as realizações, destacamos a **criação da Agenda Climática para Belém (2021)** e a **aprovação da proposta de criação do Fórum Municipal de Mudanças Climáticas no Plano Plurianual (PPA) de Belém (2022-2025)**.

Esse processo resultou em um feito histórico e através da articulação com o Coletivo Moara e Clima de Política, implementamos o Fórum Municipal de Mudanças Climáticas de Belém que ocorreu em 2023, tornando **Belém a primeira capital da Amazônia Legal a ter esse espaço**. Desde 2023, a Rede Jandyrras é um coletivo autônomo, contando com cerca de **6 mulheres ativas**, que continuam incidindo e protagonizando a pauta para além da capital paraense.

A Mandí segue **atuando** fortemente com **mulheres, jovens e comunidades urbanas periféricas** e, nessa mesma linha, estamos potencializando e formando uma nova rede de meninas, de 16 a 24 anos, para se envolverem e liderarem ações climáticas inclusivas e influenciarem políticas climáticas equitativas em seus territórios. Atualmente, nosso trabalho já soma **5 formações realizadas**. Em nossas atividades, aproximadamente **2.215 pessoas foram impactadas diretamente**, construímos **118 materiais educacionais**, **mobilizamos 57 jovens em nossas redes**, nas plataformas digitais já conseguimos **alcançar cerca de 453.489** contas, e estamos **presentes em 5 redes e coalizões** em prol do nosso território.

Além disso, a Mandí conquista, depois de quase 10 anos, seu espaço físico. Pela primeira vez, alugamos um espaço fixo que poderá acolher nossa equipe, resguardar nossas memórias e materiais, e principalmente, impulsionar o nosso trabalho de articulação e formação com mais estrutura e estabilidade. A sede chega como um ponto de articulação política e afetiva em Belém, acolhendo não só as atividades da Mandí, mas também iniciativas de organizações parceiras, coletivos e movimentos sociais da região.

Desde a nascente até o desaguar de nossas atividades, está o desejo de ressignificar a rela-

ção entre águas e cidades. Por meio dos nossos eixos de atuação trabalhamos promovendo diálogo, diversidade de atores sociais, escuta sempre ativa, valorização da pluralidade de saberes e fazeres, construção colaborativa e participativa de soluções e alternativas para o nosso território.

Através de nossos projetos e ações buscamos incidir para a melhora nos índices de saneamento nos maiores municípios da Amazônia Legal, visando justiça social e cidades mais adaptadas aos efeitos das mudanças climáticas. Fazemos isso por meio das nossas frentes de atuação: experiências educacionais, mobilização

social, incidência política e produção de conhecimento local.

Seguimos nossa jornada a partir dos rios, afinal eles são o coração da nossa cidade. São vida, fonte de renda, transporte, alimentação e até mesmo a nossa casa, o que faz de toda a cidade o nosso lar. **Falar sobre rios é falar sobre direito e resiliência dos territórios, saneamento básico, clima, educação, mobilidade urbana, cultura e lazer.** E nessa navegação, seguimos acreditando na força do movimento coletivo - principalmente o liderado por mulheres.



Encontro Mandí.

Mulheres, clima e território: seringueiras

Angélica Mendes, Hannah Lydia e Angela Mendes

Antes de resistir, de denunciar, de plantar ou preservar... a gente nasce.

E nascer, na beira do rio, no meio da floresta, entre panos fervidos e rezas baixas, é um ato sagrado. Não se nasce sozinho. A vida começa nas mãos de outra mulher. Parteiras, mães de umbigo, mães de leite. Nomes que carregam gestos ancestrais, repassados por gerações. A mãe de umbigo era quem cortava o cordão. A de leite, quem dava de mamar quando o peito da mãe não bastava. E entre elas, entre tantas, se formava uma rede invisível que sustentava a comunidade. Uma rede feita de cuidado, de saber, de presença. Nasce a criança, mas nasce também uma rede: de afeto, de proteção, de sustento. Essa rede invisível, que une corpo, território e memória, é feita por mãos femininas. Durante muito tempo, essa rede foi o que manteve de pé as comunidades extrativistas da Amazônia. Uma força que se expressava no cuidado da roça, dos filhos, dos idosos, dos saberes ancestrais. Mas também na organização, na educação, na luta.

Como esquecer de mulheres como Donaconda, que foi professora popular e alfabetizou centenas de seringueiros no meio da floresta amazônica. Baixinha, doce, firme. Alfabetizou centenas dentro da floresta. Foi ela quem organizou a escrita e os desenhos dos alunos, transformando em material didático. Fez livro com lamparina acesa e grafia firme. Plantou palavra no meio da mata.

Essas mulheres sempre sustentaram os lares, mas também a floresta, o clima, os modos de vida. São elas que colhem, manejam, curam, preservam. Que protegem o território com o corpo e com o espírito. E, mesmo assim, muitas não se reconhecem como “trabalhadoras” ou “defensoras”. A sociedade patriarcal segue dizendo que o que vale é o trabalho “bruto”, a negociação formal. Como se o que elas fazem não fosse luta. Mas a verdade é outra. As mulheres sempre estiveram na linha de frente. Só que quase nunca aparecem nas fotos, nem assinam os documentos.

Foi uma mulher, Valdiza Alencar, quem saiu do seringal sozinha para buscar conhecimento e fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília. Seu legado atravessou o tempo e chegou às mãos de Francisca Bezerra dos Santos, que hoje preside o sindicato e forma outras tantas, dentro e fora da Resex Chico Mendes. Elas não resistem sozinhas. Resistem em rede. Como mães, como parteiras, como educadoras, como lideranças. Enquanto o clima global colapsa e os territórios seguem sob ataque, são as mulheres que, no cotidiano, constroem alternativas. Que organizam, que plantam, que denunciam. Que mantêm viva a espiritualidade e o saber. Que ainda seguram o mundo com as mãos.

Onde há floresta em pé, há mulher em luta. E o protagonismo dessas mulheres, finalmente visível, é a semente de um futuro possível.



Mudanças climáticas impactam atividades de parteiras indígenas

Robson Baré

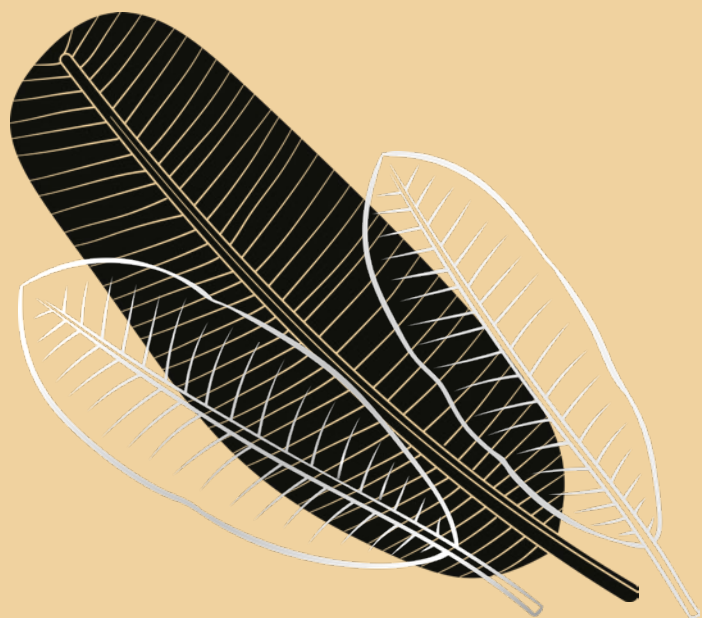
As mudanças climáticas têm impactado profundamente as atividades das parteiras em terras indígenas, afetando não apenas a saúde materna e infantil, mas também as práticas culturais e o modo de vida tradicional dessas comunidades. As parteiras indígenas desempenham um papel essencial no cuidado pré-natal, no parto e no pós-parto, utilizando conhecimentos tradicionais transmitidos por gerações. Entretanto, fenômenos climáticos extremos, como secas prolongadas e enchentes intensas, têm alterado os ciclos naturais e os ambientes necessários para essas práticas. A escassez de água potável e a contaminação das fontes dificultam o acesso a recursos essenciais para a higiene e o cuidado durante o parto.

A Coordenadora Tesoureira da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Dineva Kayabi, do povo Kaiabi, enfatiza que o problema também está na alimentação: “O acesso à cidade me preocupa muito, isso abala a nossa alimentação. Temos sim uma alimentação lá, mas com tudo que acontece hoje nos territórios as pessoas acham mais fácil comprar”. Isso tem grande ligação com o parto das mulheres, sendo perceptível em dados, no aumento de casos de aborto espontâneo, nasci-

mento de crianças com deficiência e bebês prematuros. Isso também pode ser causado pelos agrotóxicos que envenenam rios que passam em seguida por terras indígenas, muito perto de suas plantações bem como por rejeitos de garimpos ilegais, como, por exemplo, na contaminação de mercúrio detectada em leite materno de mulheres indígenas do povo Munduruku.

Dineva fala ainda de como as mudanças climáticas afetam o modo de vida dos povos indígenas: “Existe o calendário ecológico, que a gente sempre acompanha através das chuvas e florescer das plantas. Nesse período de mudanças climáticas e desmatamento, a gente se perde. Já não chove no tempo certo e também às vezes [o alimento] não madura também no tempo certo. Aí fica desequilibrado o calendário.”

Kayabi cita também que as mulheres indígenas são responsáveis pela vida dos territórios indígenas, pensando na saúde coletiva das aldeias e territórios, criando, junto a organizações, estratégias para incentivar a qualidade de vida das mulheres em relação à gestação e demais assuntos e finaliza com a reflexão de estarmos alinhados ao meio ambiente: “Para nós, a água é a vida. Sem água, a gente não tem vida. A terra é a nossa mãe e por isso temos que cuidar”.





CASOS INTERNACIONAIS



A Terra fala e a cidade escuta: uma história de reconexão

Ana Carolina Benítez¹



Quintais produtivos, Colômbia.

Às vezes, basta um olhar mais apurado para entendermos o valor das coisas. Para Natalia Luna, esse momento chegou quando ela se reconectou com suas raízes.

Nascida em Nariño, sul da Colômbia, Natalia cresceu cercada da sabedoria camponesa e indígena transmitida por seus avós. Embora tenha

estudado engenharia química e biológica e iniciado uma carreira de Q-Grader, ou analista de qualidade de café, foi a sua conexão direta com a vida no campo que a introduziu a outro tipo de ciência – aquela que sustenta a vida através de relacionamentos.

UM MODELO AGRÍCOLA ALTERNATIVO

Essa revelação veio através do seu envolvimento com a rede Comunidade que dá Suporte à Agricultura (*Community Supported Agriculture* ou CSA, na sigla em inglês), um inovador modelo profundamente humano que ganha cada vez mais terreno na Colômbia. As CSAs são construídas com base em acordos diretos de apoio entre agricultores e consumidores – conhecidos como coagricultores – que se comprometem a pagar regularmente uma taxa, normalmente mensal, que assegura aos produtores agrícolas uma renda estável ao longo das estações. Em troca, recebem alimentos agroecológicos frescos, de produção local, vindos diretamente das fazendas. Sem intermediários, sem desvios!

Esse modelo não só permite um planejamento melhor e uma redução do desperdício como também promove práticas sustentáveis, ajudando a construir relacionamentos significativos entre aqueles que produzem os alimentos e aqueles que comem esses alimentos. Muitas CSAs estimulam a troca de correspondência, cartas e cartões, inclusive mensagens entre camponeses e coagricultores, em que possam compartilhar

¹Morando no Equador, Ana Carolina Benítez trabalha como responsável pela área de Conexão, Aprendizagem e Comunicação no programa Futuros Urbanos. Ela tem o compromisso de elaborar soluções reais para os urgentes desafios sociais e ambientais dos dias de hoje. Formada em gestão do ensino e do conhecimento, utiliza sua experiência para promover a aprendizagem colaborativa e projetar mecanismos de intercâmbio entre pares.

histórias da terra, do clima, dos ciclos de plantio e colheita, e do real valor do alimento. Desse jeito, o consumo não se dá de forma anônima, mas torna-se, sim, um ato consciente e transformador.

A CONEXÃO ENTRE A VIDA RURAL E A VIDA URBANA

Hoje como diretora de comunicação da Rede CSA na Colômbia, Natalia ajuda a disseminar esse modelo alternativo de comércio e alimentação como uma solução real para desafios sistêmicos: a desconexão entre a vida rural e urbana, a volatilidade da renda no campo, a falta de conexão entre a origem do alimento e os pouco saudáveis padrões da alimentação urbana.

O que um dia pareceu utopia – preços justos, renda estável, menos desperdício, relacionamentos duradouros – agora está-sese tornando realidade. Jovens como Natalia estão provando que outros formatos de sistemas alimentares não só são possíveis como já estão acontecendo.

– Somos poucos os que temos a chance de olhar as pessoas que cultivam o nosso alimento diretamente nos olhos – diz um coagricultor. E essa mudança de perspectiva já está transformando as cidades.

CUIDADO, RESPONSABILIDADE E COMUNIDADE

As CSAs estão crescendo na Colômbia, encurtando as cadeias alimentares, melhorando a vida no campo e oferecendo aos moradores das cidades padrões de consumo mais saudáveis e responsáveis. Trata-se de uma inovação social que atende aos desafios globais com soluções profundamente locais, baseadas no cuidado, na responsabilidade mútua e na comunidade.

Natalia pertence a uma geração que não tem mais medo de voltar para a terra ou de colocar o

seu conhecimento a serviço de modelos regenerativos; trata-se de uma geração de jovens profissionais que se deslocam com fluidez entre o ancestral e o urbano, entre a ciência e a emoção.

Sua visão é clara:

– Eu imagino um futuro urbano em que as cidades estejam mais conectadas consigo mesmas, com a terra e entre si. Cidades que fazem escolhas conscientes, que sabem do que estão se alimentando e de onde – ou de quem – provém sua comida. E um campo com garantias, onde os jovens querem ficar e podem viver bem do seu trabalho.

Natalia representa a essência do Programa Hivos Futuros Urbanos: jovens líderes enraizados em seus territórios, que combinam conhecimento, memória e inovação para transformar sistemas de dentro para fora. Eles nos lembram que o futuro não é uma promessa distante, mas sim uma possibilidade ativa, cultivada desde a base, com intenção, significado e raízes profundas.

SOBRE OS FUTUROS URBANOS

Os jovens não são apenas os líderes de amanhã; eles são quem faz as mudanças hoje. Quando quase metade da população do mundo está com menos de 30 anos de idade, suas perspectivas são fundamentais para a formulação de políticas, bem como para a formação de economias e sociedades. Quando as cidades enfrentam os desafios cada vez maiores da insegurança alimentar e das mudanças climáticas, o programa Futuros Urbanos de Hivos envolve jovens enquanto abraça suas ideias e soluções. Através de iniciativas em dez cidades e regiões da América Latina, África Meridional e Indonésia, o programa lhes oferece plataformas para aprendizagem coletiva, *advocacy* e ação, reforçando seu papel fundamental na construção de resiliência urbana às mudanças climáticas.



O caso da Tunísia sobre os cuidados climáticos: mulheres agricultoras preservando sementes e sustentando futuros

Essia Guezzi¹

CONEXÃO COM A TERRA, ÁGUA E ECOSISTEMAS

Na Tunísia, mulheres do campo formam a espinha dorsal do setor agrícola, representando de 35% a 40% dessa mão de obra e mais da metade (50,4%) da população rural (INS, 2024). Apesar de suas contribuições essenciais, essas mulheres enfrentam precárias condições de trabalho além de limitados direitos à terra. A conexão delas com a terra não é só econômica: é emocional, cultural e ancestral. Em regiões como Takelsa (Nabeul), Djerba e Gafsa, as mulheres descrevem sua relação com a terra e a água como uma questão de identidade, dignidade e sobrevivência.

Em lugares como Segdoud (Gafsa), onde o acesso a água limpa é uma luta cotidiana e a extração industrial prevalece sobre as necessidades dos pequenos produtores rurais, as mulheres camponesas enxergam a degradação dos recursos naturais como uma violação de seu direito de viver com dignidade. Elas têm plena consciência de que a mudança climática, a escassez da água e a injustiça social estão todas interligadas, e se colocam na linha de frente da resistência e adaptação às mudanças climáticas.

CONHECIMENTO TRADICIONAL

As mulheres camponesas na Tunísia usam muito os **sistemas de conhecimento intergeracional** que lhes é passado através de práticas ancestrais e comunitárias. Em Djerba, por exemplo, uma camponesa conseguiu preservar **sete variedades de trigo indígena**, baseada apenas em observações ecológicas e em métodos tradicionais de seleção de cultivo adaptados às terras áridas da Tunísia.

Elas usaram **cinzas e fumaça natural para essa preservação**, um método conhecido em toda a região para manter a viabilidade das sementes durante todas as estações. Trata-se de práticas de **rotação do cultivo, plantios cruzados e técnicas específicas para terras de escassez hídrica**, adaptadas para o clima semiárido da Tunísia, que não apenas se originam da sabedoria ecológica, mas também refletem um profundo **respeito pela biodiversidade e pelo manejo da terra**.

Seu trabalho é um arquivo vivo da memória ecológica. Ao **preservar sementes, processar ervas locais e produzir condimentos tradicionais** como a premiada **Harissa** feita pelo GDF em Baddar/Takelsa, essas mulheres resistem à homogeneização industrial dos sistemas

¹ Essia Guezzi é defensora da justiça climática na Tunísia. Coordenou o programa Vozes da Ação Climática Justa (VCA) na Tunísia, trabalhando com movimentos, sociedade civil e artistas para promover a justiça climática, a igualdade de gênero e os direitos civis por meio de abordagens inclusivas e criativas.



Mulher agricultora do Sul da Tunísia. Foto: Nomado8

alimentares.

PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Diante da marginalização e das incertezas climáticas, as camponesas tunisianas estão se organizando em **estruturas formais e informais**. Um exemplo que se destaca é a criação do *Groupement de Développement Agricole Féminin* (GDF) em Baddar/Takelsa, que reúne mais de **170 camponesas**. Essas mulheres colaboram na conservação de sementes indígenas e no compartilhamento de **técnicas de cultivo**, e participam na **geração de produtos de valor agregado** que fortalecem a sua renda e a soberania alimentar local.

Em Segdoud (Gafsa), elas formaram sua própria cooperativa para **promover a geração local de produtos agrícolas, defender igual acesso à água e gerar solidariedade com outras camponesas do sul**. Têm atuação também em feiras e redes locais, bem como em treinamentos, **criando, a partir das bases, soluções para os desafios climáticos**. Essas respostas oriundas

das comunidades refletem uma **visão agroecológica feminista**, cujas raízes vêm dos cuidados coletivos com a terra, as sementes e as pessoas.

QUESTÕES DE GÊNERO

Embora a divisão do trabalho com viés de gênero costume confinar as mulheres a funções invisibilizadas e não remuneradas na agricultura, esses mesmos papéis as posicionaram como **atriizes fundamentais nos processos de adaptação e resiliência**. Elas têm uma ação primordial na **preservação de sementes, na segurança alimentar dos seus domicílios e nas práticas de cultivo ecológico**.

Contudo, continuam a enfrentar **exclusão sistêmica dos espaços de decisão e escasso acesso à terra**. Na Tunísia, **somente uma pequena parcela das mulheres detêm propriedade legal de terras cultiváveis**, apesar das suas significativas contribuições em termos de mão de obra (FAO, 2011; GLTN, 2020). Essa desigualdade mina tanto a sua autonomia quanto a sua resiliência.

Apesar dessas barreiras estruturais, as mu-



lheres se tornaram **líderes ambientais de fato**, desempenhando papéis importantes na organização em torno da agroecologia, da transformação sustentável da produção agrícola e na educação ambiental. Através de treinamentos **para a adaptação climática, para práticas sustentáveis e para acesso a mercados**, não só se adaptam como também **transformam o sistema a partir das suas bases**.

VISÕES PARA O FUTURO DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA

As camponesas tunisianas buscam uma **transição ecológica justa** baseada na **soberania, na dignidade e na equidade intergeracional**. A visão que têm não é só de sobrevivência, mas de

florescimento. Querem políticas que reconheçam os seus **saberes**, que lhes assegure o **acesso à terra e à água**, e apoiem **alternativas agroecológicas** que respeitem o conhecimento tradicional.

Elas acreditam que a justiça climática deve caminhar lado a lado à justiça de gênero. Seja através da **produção local da Harissa a partir de sementes indígenas**, ou da **preservação da diversidade de grãos em Djerba**, ou da **luta por água potável em Segdoud**, suas ações cotidianas são parâmetros para um futuro de resiliência, feminismo e arraigamento.

Essas mulheres não ficam paradas esperando mudanças: elas as **criam com as próprias mãos, sementes e solidariedade**. O cuidado que têm com a terra é um **cuidado para a humanidade**, e suas histórias são um poderoso chamado para a **retomada das fontes, das narrativas e dos direitos** nesta era do clima.



Mulheres de Oued Sbeyhia: guardiãs da terra, água e ecossistemas

Essia Guezzi¹

CONEXÕES

As mulheres na região de Gafsa, Tunísia, em especial nas comunidades rurais e agrícolas de Oued Sbeyhia, são a própria imagem de uma conexão profunda e multifacetada com o meio ambiente. Para elas, a terra não é só um espaço físico, mas sim uma herança viva interligada com sua identidade, cultura e sobrevivência. Seu relacionamento com as fontes de água – sejam córregos sazonais, poços ou canais de irrigação tradicionais – é tanto emocional quanto prático. Elas enxergam os ciclos naturais da chuva, da seca e da colheita como ritmos que regem a própria vida. A degradação ambiental, como a erosão do solo, a escassez de água ou a poluição, é vivenciada não somente como uma perda de recursos, mas também como uma agressão à sua dignidade e autonomia, inclusive ao futuro de suas famílias. Essa conexão alimenta uma noção de responsabilidade com a proteção e a restauração dos frágeis ecossistemas que as sustentam.

CONHECIMENTO TRADICIONAL

As mulheres em Oued Sbeyhia são guardiãs de um conhecimento tradicional incalculável, passado de geração em geração, acerca de como viver em harmonia com recursos naturais escassos e frágeis. Essa perícia na coleta da água da chuva – usando cisternas de pequeno porte

e técnicas de terraceamento – e os métodos de irrigação testados ao longo do tempo asseguram que as plantações recebam a água que lhes é vital durante os períodos de estiagem. Elas mantêm e trocam variedades de sementes que são repassadas de geração em geração e vão sendo adaptadas às condições locais, acabando por desenvolver uma variabilidade climática de maior resiliência. A compreensão que têm acerca da rotatividade de cultivos, do plantio consorciado e da preservação do solo desempenha um papel fundamental na manutenção da fertilidade do solo e na prevenção contra a degradação da terra. Esse conhecimento não é estático: as mulheres estão sempre inovando e adaptando, integrando a sabedoria ancestral aos novos desafios trazidos pela mudança climática.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Além do manejo individual, as mulheres participam ativamente dos esforços coletivos para salvaguardar a biodiversidade e promover a agricultura sustentável. Através de suas redes de intercâmbio de sementes localmente adaptadas, elas fortalecem os laços sociais e constroem resiliência e soberania alimentar. Sua atuação nas hortas comunitárias cria espaços para experimentação com métodos agroecológicos, como a fertilização orgânica e o controle de pragas, o

¹ Essia Guezzi é defensora da justiça climática na Tunísia. Coordenou o programa Vozes da Ação Climática Justa (VCA) na Tunísia, trabalhando com movimentos, sociedade civil e artistas para promover a justiça climática, a igualdade de gênero e os direitos civis por meio de abordagens inclusivas e criativas.



que reduz substancialmente a dependência de insumos químicos danosos. Eventos como o JO-SAE (*Journées de Sensibilisation à l'Agriculture Écologique*) propiciam plataformas para as mulheres conscientizarem as pessoas em geral acerca da proteção ambiental, ao mesmo tempo que podem também educá-las acerca da importância da biodiversidade. Tais encontros se mostram fundamentais para reforçar a liderança das mulheres nos movimentos ambientais de base.

QUESTÕES DE GÊNERO

Os papéis de gênero ditam como as mulheres se envolvem com a produção agrícola, com a gestão da água e com os cuidados no ambiente domiciliar em Oued Sbeyhia. Ao mesmo tempo que limitam o acesso das mulheres a espaços formais de decisão – como prefeituras e cooperativas agrícolas – esses papéis costumam colocar as mulheres em posições centrais nas estratégias práticas de adaptação climática. Elas lideram a proteção da diversidade das sementes e cuidam do abastecimento de alimentos da casa, ao mesmo tempo em que disseminam conhecimento ecológico no seio de suas famílias e comunidades. Sua labuta diária – cuidando da horta, buscando água, preparando a comida – as torna primordialmente conscientes das mudanças climáticas e vulnerabilidades ambientais. Apesar da exclu-

são sistêmica que sofrem, sua liderança informal na adaptação às mudanças climáticas e na gestão dos recursos é fundamental para a resiliência comunitária.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA E EQUITATIVA

As mulheres de Oued Sbeyhia defendem uma visão da transição ecológica que coloca no centro do debate a soberania alimentar, a justiça ambiental e a equidade intergeracional. Elas defendem políticas agrícolas e ambientais que reconheçam suas contribuições e respeitem seus direitos, incluídos a posse da terra, melhores condições de acesso a água e a insumos agrícolas, e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis capazes de proteger a biodiversidade e a saúde do ecossistema. Também enfatizam a importância de integrar as perspectivas de gênero à elaboração de políticas, de forma a assegurar que o conhecimento, a liderança e as necessidades das mulheres balizem as decisões nos níveis local, regional e nacional. Em última instância, essas mulheres buscam um futuro em que suas comunidades prosperem em equilíbrio com a natureza, as tradições culturais e a integridade ecológica sejam preservadas, e as gerações futuras possam herdar um meio ambiente mais saudável e justo.



O Caso da Zâmbia na relação clima-cuidados: mulheres contra a mudança climática cuidando da humanidade

Mangiza Chirwa¹

As mulheres na Zâmbia arcam com o fardo das mudanças climáticas de maneira desproporcional por dependerem dos recursos naturais e pelo papel que desempenham na agricultura, na coleta de água e na provisão de cuidados. Segundo alguns relatórios, elas compõem de 45% a 80% dos pequenos agricultores no país. Portanto, nas secas e nas enchentes, são as mais afetadas, pois sua subsistência se vê ameaçada, causando insegurança alimentar e dificuldades econômicas. Além disso, a mudança climática vem intensificando tanto o desmatamento quanto a escassez de água, o que força as mulheres, principalmente nas áreas rurais, a percorrerem longas distâncias a pé para encontrar lenha, água e alimento. Tudo isso aumenta os riscos à sua saúde e sua exposição a diversos tipos de violência de gênero. Os parceiros da iniciativa VAC (Vozes pela Ação Climática Justa) na Zâmbia vêm dando apoio às mulheres na organização de cooperativas e no desenvolvimento de habilidades necessárias para as devidas adaptações na agricultura, promovendo a agroecologia e estimulando o uso de fogões tradicionais, que não usam lenha para cozinhar.

Por falta de conhecimento, algumas comunidades rurais entendem as mudanças climáticas como um castigo decorrente da não observância de crenças espirituais e superstições. Assim, na tentativa de combaterem os efeitos das mudanças climáticas, evocam a intervenção de seus an-

cestrais. Além disso, várias práticas tradicionais para garantir a segurança alimentar e a biodiversidade passam de geração em geração. As mulheres atuam como guardiãs de sementes nativas, entregando-as para as gerações subsequentes através de práticas de cultivo sustentável. Preservam-nas com cinzas e com a fumaça dos fogões a lenha, de forma a evitar que apodreçam, mantendo-as viáveis para plantios futuros. Sementes indígenas costumam ser mais resilientes às condições climáticas locais pois fazem parte da biodiversidade natural dessas comunidades. Mais recentemente, tem havido uma proliferação de projetos apoiados por ONGs locais e internacionais com o objetivo de incentivar a criação de bancos comunitários de sementes sob a condução de mulheres como forma de propiciar aos pequenos produtores rurais acesso a sementes viáveis.

O governo tem percebido a importância de programas de empoderamento das mulheres para uma bem-sucedida adaptação climática local. Por isso foi criado um conjunto de políticas chamado *Climate Change Gender Action Plan* (Plano de Ação de Gênero para a Mudança Climática, ou CCGAP na sigla em inglês). Esse arcabouço nacional assegura que as políticas climáticas incorporem a questão de gênero, promovendo a participação das mulheres na agricultura sustentável, na segurança hídrica e na redução do

¹ Mangiza Chirwa é analista de políticas e pesquisadora formada, atuando como gerente de projetos na Hivos Southern Africa. Ela atua no setor de desenvolvimento há mais de 20 anos, em diversos projetos locais e internacionais sobre mudanças climáticas e sistemas alimentares. Sua expertise inclui a promoção de fontes de renda diversificadas para populações vulneráveis, especialmente mulheres, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, sistemas alimentares sustentáveis, governança e informalidade por meio de processos multissetoriais.



risco de desastres. Localmente, as mulheres têm estado à frente de esforços comunitários para a proteção de seus territórios contra as mudanças climáticas. Várias iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável, para a restauração dos ecossistemas e para o financiamento de projetos ambientais chefiados por mulheres têm recebido apoio. Elas promovem a transferência de conhecimento ao facilitarem a criação de plataformas onde as mulheres ensinam às gerações mais jovens as técnicas de cultivo, preparo da terra e preservação de sementes, assegurando que o conhecimento agrícola tradicional continue beneficiando os e as futuras agricultoras.

As estratégias de adaptação das mulheres estão profundamente arraigadas nos saberes tradicionais, na colaboração comunitária e em práticas inovadoras. Sendo as responsáveis pela segurança alimentar e nutricional e pelo trabalho de cuidados nos domicílios, as mulheres tradicionais ensinam o cultivo de safras resistentes à seca e o plantio fora da estação, usando a compostagem orgânica para manter a fertilidade do solo. Tais práticas são passadas para as gerações mais jovens para fortalecer a segurança alimentar no nível domiciliar. Elas também são primordialmente responsáveis pelo fornecimento de água, tornando-se atrizes chave na conservação hídrica. Adotam a coleta de água da chuva e sistemas de irrigação no âmbito da comunidade para garantir a sua disponibilidade durante as estações secas. Em algumas áreas, iniciativas chefiadas por mulheres ajudam as comunidades a se

preparar para os desastres relacionados ao clima, montando sistemas de alerta e organizando os esforços de reconstrução para garantir resiliência contra enchentes e secas. As mulheres apoiam métodos de subsistência alternativos ao apoiar cooperativas comunitárias junto a programas de empoderamento econômico, tais como as intervenções em aquacultura. Tais soluções têm melhorado o seu acesso a recursos, a tecnologias e a práticas de resiliência climática, assim como têm aumentado sua independência econômica ao fortalecerem a sua capacidade de adaptação.

A esperança para as mulheres na Zâmbia tornarem-se mais resilientes à mudança climática depende do empenho do governo e da sociedade em promover o desenvolvimento sustentável. Esse fato já é amplamente aceito pelo governo, que vem incentivando a liderança das mulheres nos esforços pela conservação ambiental e a capacitação feminista para ações climáticas. Diversas organizações apoiam a liderança feminina no combate às mudanças climáticas e têm estratégias voltadas para o empoderamento de mulheres líderes, promovendo o desenvolvimento sustentável e aprimorando a resiliência comunitária. Várias iniciativas que promovem a participação das mulheres na transição energética na Zâmbia irão criar oportunidades econômicas para muitas mulheres. Além disso, é grande o ímpeto para defender políticas que integrem soluções climáticas sensíveis ao gênero, assegurando que as vozes das mulheres sejam ouvidas em todos os processos decisórios.



Guardiãs da Terra: mulheres quenianas lideram a ação climática

Ndinda Maithya¹



Erosão de ravinas e a degradação do solo, no Condado de Makueni

Apesar de os dispositivos da Constituição do Quênia de 2010 garantirem a todos os cidadãos iguais direitos de propriedade da terra, muitas mulheres ainda se veem impedidas de possuir terras ou quaisquer ativos móveis. Não obstante, cabe a elas o cuidado e a gestão desses mesmos recursos. Conforme a Pesquisa de Demografia e Saúde conduzida no Quênia em 2022, apenas 25% das mulheres são proprietárias de terras cultiváveis, ainda que constituam 80% da mão-de-obra agrícola – concomitantemente, arcam com o tradicional trabalho de cuidado não remunerado na sociedade.

Esse desequilíbrio prejudica a capacidade e a disponibilidade das mulheres para dedicar-se a ações climáticas. A maior parte das soluções climáticas – como o plantio de árvores, a conservação do solo e a coleta de água – exigem um comprometimento de longo prazo e uma garantia de posse da terra. A intersecção entre desigualdades de gênero, restrições no acesso à terra e aos recursos naturais e as mudanças climáticas traz implicações desastrosas que ameaçam o sustento, a saúde, a segurança física e patrimonial das mulheres.

As mudanças climáticas no Quênia têm trazido temperaturas mais elevadas, secas prolon-

¹ Ndinda Maithya é uma defensora dedicada à questão de gênero, com forte foco em comunidades de base e minorizadas. Ela possui experiência em organização comunitária e advocacy baseada em evidências, especialmente em relação a direitos à terra, meios de subsistência sustentáveis e justiça climática. Na Hivos East Africa, ela atua como Gerente de Programas da Voices for Just Climate Action, uma iniciativa que fortalece a capacidade da sociedade civil local e de grupos sub-representados de liderar como criadores, facilitadores e defensores de soluções climáticas inclusivas e impulsionadas pela comunidade.

gadas, enchentes súbitas, redução das fontes de água e padrões climáticos imprevisíveis. Tais mudanças ambientais aumentaram os conflitos em torno dos recursos – não só entre as comunidades, como também entre os seres humanos e a fauna – especialmente em ecossistemas mais frágeis onde o acesso a água e pastagens é vital. O fardo de assegurar que haja paz e uma partilha equitativa dos recursos recai sobre as mulheres, que são as principais usuárias desses recursos.

CONHECIMENTO TRADICIONAL

As quenianas possuem um rico legado de observação ecológica e de práticas tradicionais, que lhes é passado de geração em geração. Embora não usem terminologia científica, elas reconhecem facilmente as mudanças climáticas locais e as expressam com clareza – desde alterações nas estações do ano e nos padrões de chuva até um aumento dos incêndios florestais, das enchentes súbitas e surtos de pragas, dentre várias outras ocorrências.

Para lidar com essas mudanças, as mulheres estão:

- preservando sementes indígenas e trocando-as entre si, usando métodos tradicionais para essa preservação;
- purificando a água com cinzas de forma a remover as impurezas visíveis;
- usando ervas locais para repelir pragas e mosquitos;
- consultando videntes e anciãos (ainda que de maneira muito discreta por causa dos tabus na sociedade) para melhor entenderem os ciclos climáticos e agrícolas.

Embora sejam frequentemente menosprezadas ou incompreendidas, essas práticas representam uma inteligência ecológica profunda e adaptativa arraigada na experiência vivida.

PROTEÇÃO TERRITORIAL

Apesar da limitação de recursos, as mulheres não são vítimas passivas da mudança climática. Elas conseguiram organizar-se para proteger seus territórios e promover o manejo ambiental. Exemplo notável disso é um grupo chamado *Joyful Women* (Mulheres Alegres, em tradução livre), no Condado de Makueni, que já:

- mobilizou a comunidade para combater a erosão das ravinas, construindo pequenos gabiões;
- estabeleceu um viveiro de plantas comunitárias, plantando árvores nas zonas ribeirinhas de forma a combater a degradação do solo.

Essas ações de base demonstram como as mulheres conseguem conduzir a restauração ambiental local com criatividade e determinação, mesmo ante a falta de apoio formal ou de qualquer tipo de reconhecimento.

QUESTÕES DE GÊNERO

O papel de cuidadoras, responsáveis pela alimentação de seus grupos e pela guarda do conhecimento, as coloca no cerne da resiliência comunitária. Apesar das barreiras estruturais, elas demonstram liderança de grande destaque na:

- conservação da água e na restauração das terras ribeirinhas;
- divulgação de energia limpa ao adotarem fogões aperfeiçoados para o preparo da comida;
- formação de sistemas de apoio econômico como o *table banking* para financiar a coleta de água em pequena escala, as hortas comunitárias e as microempresas. Com efeito, o grupo *Joyful Women*, composto por 30 mulheres na faixa de 30 a 75 anos, tem um fundo rotativo de 700 euros.

Suas estratégias de resiliência costumam ter raízes no conhecimento tradicional e incluem:

- banco de sementes e preservação de cultivos resistentes à seca;





O grupo Joyful Women com a sua deputada eleita

- cultivo de plantas medicinais indígenas;
- mentoria para as mulheres mais jovens, com quem também trocam conhecimentos.

Em processos de organização tanto formais quanto informais, as mulheres estimulam a educação ambiental, a coesão social e a resiliência econômica.

VISÃO

As mulheres quenianas visualizam um futuro de equidade de gênero e justiça ambiental. Em localidades como a Aldeia de Mbowe, no Condado de Makueni – onde continuam enfrentando desafios tais como violência de gênero, analfabe-

tismo e falta de controle da terra – elas sonham com uma sociedade onde homens e mulheres vivam em harmonia e onde as contribuições das mulheres para a ação climática sejam reconhecidas e celebradas.

Elas acreditam que a resiliência climática só poderá ser alcançada através da inclusão dos mais vulneráveis e historicamente excluídos – especialmente as mulheres. Mulheres empoderadas são fundamentais para a construção de comunidades prósperas e sustentáveis, capazes de se adaptar diante da crise climática. Atualmente, planejam apoiar uma de suas lideranças a candidatar-se na política institucional. Assim, poderão sempre contar com uma das suas para levar adiante suas causas.



Colhendo igualdade: mulheres do campo cultivando a mudança no Quênia

por Cynthia Omondi¹

Estou a caminho da Vila Makongo, cerca de cem quilômetros a noroeste de Nairobi. Depois de uma ou duas horas sendo castigada em estradas lamacentas cortadas por terrenos rochosos, saio para me alongar um pouco, contemplando as colinas verdejantes e ondulantes – testemunho de um trabalho árduo e invisível. Mulheres em seus trajes coloridos se debruçam sobre os campos, cuidando das plantações de feijão, milho e batatas, suas risadas misturando-se ao canto dos pássaros.

Então, caminhando por Makongo, impressiono-me outra vez ao ver quantas das mãos que cultivam a terra são de mulheres. No entanto, me pergunto: quantas dessas mulheres são donas das terras onde plantam? Quantas delas têm voz ativa nas políticas agrícolas e climáticas ou nas leis de terras que moldam seus meios de subsistência?

A VISÃO DO TODO: PORQUE ISSO IMPORTA

Essas perguntas não são despretensiosas. Segundo o inovador livro, *Harvesting Equality: Gender, Governance, Stewardship and Decolonial Futures in Kenyan Agriculture* (Colhendo Igualdade: Gênero, Governança, Manejo e Futuros Decoloniais na Agricultura Queniana, em tradução livre), publicado pela Hivos em parceria com a Kabarak University Press, SeedChange, e a Global Affairs Canada – as mulheres quenianas são responsáveis por até 65% da mão de obra agrícola.

Contudo, elas seguem apartadas dos espaços de tomada de decisão, têm seus direitos a terra negados e são marginalizadas quando se trata de acesso a financiamento, tecnologia e formação.

O livro exhibe profundas raízes históricas desse desequilíbrio, remontando-as às políticas coloniais que desapropriaram comunidades, formalizaram a propriedade masculina da terra e empurraram as mulheres para as margens da agricultura. Mas não fica só na crítica. Ele se funda em estruturas feministas, ecofeministas e decoloniais para destacar as mulheres como agentes da mudança, reconhecendo seus sistemas de conhecimento únicos e seu papel crucial na construção de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes ao clima.

Como diz uma citação provocadora do livro: “Podemos construir um futuro agrícola justo enquanto aquelas que alimentam o país continuam sendo excluídas e invisibilizadas?” Fica evidenciado pelas experiências de Beatrice, Esther e Benadine que a resposta a essa pergunta é “não”.

DE UM SOLO ROCHOSO A UMA PROPRIEDADE ENRAIZADA

Beatrice Wangui Mwangi (54), Gilgil, Condado de Nakuru

Situada no Condado de Nakuru, Gilgil é uma região semiárida de terreno rochoso e chuvas im-

¹ Cynthia Omondi é uma apaixonada contadora de histórias e profissional da comunicação, dedicada a amplificar as vozes comunitárias por toda a África. Formada em jornalismo, já publicou obras contundentes de cunho humanitário e produziu documentários sobre resiliência, advocacy em gênero e soluções climáticas, inspirando ações e mudança. Na Hivos, atua como Diretora Regional de Comunicação, destacando o trabalho da Hivos por toda a África Oriental.

previsíveis. É o tipo de lugar onde a lavoura requer determinação, estratégia e comunidade – qualidades que Beatrice Wangui Mwangi personifica em toda a sua extensão. “Meu nome é Beatrice Wangui Mwangi, de Langalanga, em Gilgil, no Condado de Nakuru. Sou uma pequena produtora rural, e me orgulho muito de ser uma guardiã do conhecimento indígena que trago comigo. Fundei nosso banco de sementes comunitário, onde preservamos e distribuímos sementes indígenas, um material genético precioso que costuma ser desprezado pela agricultura moderna,” diz ela.

“A bem da verdade, nós, literalmente, compramos a terra para começar nossas hortas,” acrescenta, com um sorriso estampado no rosto. “Agora, vendemos legumes e verduras nativos, que conseguem nos mercados preços melhores do que as outras culturas. O resgate dessas sementes não só nos trouxe segurança alimentar como também se tornou o nossa fonte de sustento.”

O que começou como uma ideia pequena acabou se tornando um empreendimento próspero. Com o apoio de *Seed Savers* e de parcerias com o mercado, Beatrice e o seu grupo formaram a Cooperativa de Poupança e Crédito. Pouco a pouco, conseguiu economizar substancialmente, e hoje, é dona de sua própria terra, registrada em seu nome. “Não existe dinheiro grande ou pequeno. O que conta é o planejamento que você faz para ele,” diz ela. “Agora, ninguém pode me dizer o que fazer da minha terra.”

Sua história não fala apenas de resiliência, mas de redefinição, passando de mulher sem terras a proprietária, líder e exemplo em sua comunidade.

TRANSFORMANDO A TERRA SECA EM FAZENDA MODELO

Esther Musali Musimi (45), Kitui Oriental

O Condado de Kitui não desconhece a mudança climática. Rios sazonais secam rapidamente. Uma estação chuvosa que não vem, aqui, significa desastre: falta colheita, falta água, falta

ração para os animais. Para Esther Musali Musimi, pequena produtora agrícola e educadora comunitária, essa realidade é bastante pessoal. “Se não há comida, as crianças não vão para a escola. Tudo para,” diz ela.

Entretanto, Esther é hoje fonte de inspiração e de soluções práticas em sua comunidade. “Através de aulas de agroecologia, aprendi a aproveitar ao máximo o pouco que temos. Por exemplo, reciclo a água de casa: depois de um dia, jogo cinzas nela para purificá-la, e depois uso-a para regar a horta, onde as verduras e os legumes são plantados em sacas separadas,” explica ela.

“Por causa desse conhecimento e dessa coesão, consegui montar uma fazenda modelo. Ela hoje apoia 10 grupos de produtores rurais com 178 membros. Já estamos no terceiro ano, e a maioria das mulheres desses grupos não compra mais vegetais: elas cultivam os seus próprios.”

“Tenho a sorte de partilhar a propriedade da terra com o meu marido, e foi isso que me permitiu plantar melhor e pensar a longo prazo. Comecei plantando árvores frutíferas, e continuo ensinando a agroecologia aos demais, porque quando compartilhamos o nosso conhecimento, nos fortalecemos juntos.” Esther representa o que é possível quando se compartilha o conhecimento, e a terra é respeitada como recurso para a mudança geracional.

ESPERANÇA EM MEIO À HOSTILIDADE

Benadine Kochei (38), Condado de Baringo

“Sou Benadine Kochei, do Condado de Baringo. Na minha comunidade, a agricultura é uma questão de sobrevivência,” diz ela. “Enfrentamos insegurança e bandidagem o tempo todo. Em muitos casos, os homens fogem para a cidade, deixando para trás mulheres, crianças e idosos à própria sorte. A terra muitas vezes não é reivindicada, é usada para pasto ou vira fonte de disputas. E por conta de todas essas dificuldades, vemos muitas meninas sendo forçadas a se casar pre-



Formação em agroecologia organizada pelo programa Mulheres do Campo Cultivando Mudanças, da Hivos.

cocemente. Ainda mutilação genital feminina ainda é praticada em algumas áreas, e o deslocamento forçado é uma realidade para muitas.”

“Mas eu escolhi um caminho diferente: considero-me uma agente de mudança porque acredito que podemos reescrever esta história. Com o apoio de redes locais e da formação em agroecologia, consegui mobilizar mulheres da minha região para plantarem hortas e diversificarem as suas fontes de alimentos. Plantando, as mulheres agora podem pagar pela alimentação e sustentar a educação dos filhos, começando assim a resgatar o seu lugar na sociedade, apesar da insegurança.”

Seu depoimento esclarece as diversas batalhas que as mulheres de Baringo precisam enfrentar, e como a agroecologia, quando conduzida pela comunidade de maneira simples e acessível, pode ser uma tábua de salvação.

UM MOVIMENTO POR JUSTIÇA

Através do nosso programa Mulheres Cultivam a Mudança, a Hivos convidou mulheres como Beatrice, Esther e Benadine para contarem suas histórias no Simpósio Nacional da Agroecologia, no Quênia. E enquanto na maioria dos simpósios os painéis acabam com perguntas provocadoras, desta vez o salão ficou em silêncio...

para finalmente irromper em aplausos! Ninguém perguntou nada. Estavam todos admirados!

As histórias dessas mulheres agricultoras são um lembrete de que, para que a agroecologia tenha sucesso, ela deve estar enraizada na experiência vivida. E quando as produtoras rurais pegam o microfone – não só enquanto beneficiárias, mas como agentes da mudança – todos nos aproximamos um pouco mais pelos sistemas que não são apenas sustentáveis, mas verdadeiramente inclusivos. Ao final do simpósio, uma mensagem ficou clara: o futuro da alimentação no Quênia pertence àqueles que nos alimentam, e é hora de deixá-los liderar.

SOBRE MULHERES RURAIS CULTIVANDO A MUDANÇA

O programa RWCC da Hivos (Mulheres Rurais Cultivando a Mudança) no Quênia apoia as produtoras rurais, chefas de família e sobreviventes da violência de gênero. Através da metodologia GALS (Sistema de Aprendizagem para a Ação de Gênero), as mulheres se capacitam para a liderança e aprendem a defender seus direitos a terra e a reduzir a violência baseada em gênero. O projeto faz parceria com organizações locais para fortalecer sistemas alimentares resilientes ao clima, melhorar a subsistência das mulheres e aumentar a igualdade de gênero em comunidades rurais.



Leia o QR code para baixar uma cópia de *Harvesting Equality* (Colhendo Igualdade, tradução livre) em inglês:

<https://hivos.org/harvesting-equality-a-groundbreaking-call-for-change-in-african-agriculture/>

Harvesting Equality (Colhendo Igualdade) é mais do que uma obra acadêmica; é um chamado à ação. Convida formuladores de políticas, pesquisadores e cidadãos do mundo a repensar como valorizamos o trabalho, a terra e a liderança das mulheres. Por meio de pesquisas contundentes, estudos de caso vívidos e as vozes

das mulheres de Baringo, Kitui, Nakuru e muitas outras localidades, o livro nos convoca a reimaginar nosso futuro agrícola – onde o conhecimento indígena das mulheres seja reconhecido, seus direitos à terra, assegurados, e suas contribuições recompensadas de forma justa.





A peça que falta na transição energética limpa

Sheila Oparaocha¹

É para mim uma honra escrever sobre a Fatou. Trata-se de uma mulher notável, a quem tive o privilégio de conhecer. Fatou é de Tambacounda, uma cidade na zona rural do Senegal. Como eu, Fatou é mãe e também foi criada em uma fazenda.

Por outro lado, ao contrário de mim, Fatou não considera o fornecimento de eletricidade em sua casa algo garantido. Quando chega em casa cansada, depois de trabalhar um dia inteiro, não pode contar com o luxo de apertar um interruptor e ver as luzes se acenderem. O fogão que usa para preparar as refeições da família não está graciosamente embutido no mobiliário da cozinha. Em vez disso, ela passa até 10 horas por semana coletando lenha apenas para atender às necessidades básicas da família.

Numa ocasião em que contávamos uma para a outra histórias dos nossos filhos, fiquei muito pesarosa ao ouvir que a casa de saúde onde ela deu à luz suas quatro filhas e dois filhos não tem eletricidade. E que a parteira que cuidou dela precisava manter acesa uma lamparina a querosene durante os partos.

Infelizmente, Fatou não é a única com esse tipo de passado. Sua história reflete as dificuldades de 2,4 bilhões de pessoas em todo o mundo que não têm acesso a eletricidade ou a combustíveis limpos para cozinhar. É o que chamamos de “pobreza energética”.

A pobreza energética leva à morte 3,2 milhões de pessoas todos os anos devido a doenças causadas justamente pela exposição à poluição do ar em ambientes fechados, o que tem impactos desproporcionais sobre as mulheres e as crianças. O

que também é trágico é que, depois de 23 anos de envolvimento com processos intergovernamentais das Nações Unidas, continuo lutando com o fato de que, quando não estamos na sala, as duras realidades acerca da pobreza energética das mulheres simplesmente não são priorizadas – na medida em que deveriam ser no diálogo político global sobre desenvolvimento sustentável e da mudança climática! A narrativa dominante preconiza uma transição para chegarmos a emissões líquidas zero de carbono até 2050, conduzida em grande medida pelo emprego de energias renováveis em larga escala. Isso parte da premissa de que as pessoas já têm acesso a energia e simplesmente bastaria com mudar para alternativas mais limpas e sustentáveis. Mas o que essa premissa não consegue reconhecer é que um em cada três indivíduos na face da Terra não tem acesso a nenhuma fonte de energia moderna.

Assim, o principal desafio que temos – e também a questão principal – é: por que não conseguimos priorizar a pobreza energética das mulheres nos países em desenvolvimento e também conseguimos reconhecer esse fato como a crise global que de fato é?

Essa é a questão com a qual venho me debatendo há muito tempo. E me dou conta de que uma das razões fundamentais é que o setor energético é dominado por homens e praticamente não representa perspectivas diversas e inclusivas. Agora, por que estou dizendo isso? Uma pesquisa da Agência Internacional de Energia mostra que as mulheres representam 15% da força de trabalho no setor energético. No que tange cargos de liderança, mulheres como eu – ou seja, mulheres

¹ Sheila Oparaocha é Coordenadora Internacional e Gerente de Programa do programa ENERGIA, sediado pela Hivos. Ao longo de suas mais de duas décadas na ENERGIA, o trabalho de Sheila contribuiu para colocar a questão da igualdade de gênero na agenda internacional, inspirando colegas, parceiros e partes interessadas a defender um setor energético com maior igualdade de gênero.

racializadas – são poucas e raras. Sabemos também que políticas energéticas que não tenham uma ótica de gênero também contribuem para o fracasso da narrativa predominante em reconhecer que mulheres como Fatou são os pilares e agentes da transformação que conduzirá ao fim da pobreza energética.

Mas aqui estão as boas notícias.: a revolução já começou! E trata-se de uma revolução que está sendo liderada por organizações de mulheres de base. Organizações desse tipo têm sido disruptivas estão se mobilizando para liderar o caminho da crise atual para um futuro energético sustentável – que é mais possível e ainda mais próximo do que muitos de nós imaginamos! Essas organizações femininas de base adotam uma postura conhecida como “não deixar ninguém pra trás” (ou como dizemos no Brasil, “ninguém solta a mão de ninguém”). Uma abordagem que prioriza acesso universal a energia confiável, acessível e sustentável como elemento fundamental para a subsistência, para a adaptação às mudanças climáticas e para a construção de resiliência.

Agora, o que é que isso significa na prática? Iniciativas como essa estão empoderando pequenas agricultoras, como Fatou, com tecnologias descentralizadas de energia renovável. Trata-se de tecnologias como bombas solares de água, minirredes de geração e distribuição, tecnologias limpas para o preparo de refeições, soluções capazes de equipar milhões de mulheres – que produzem, no mínimo, 80% dos alimentos nos países em desenvolvimento – com energia limpa para irrigar suas plantações, processar seus alimentos, mover seu maquinário agrícola, ao mesmo tempo que lhes permite adaptar-se às crises da mudança climática, como escassez de água, além de diminuir a dependência dos dispendiosos geradores a diesel.

Fico muito orgulhosa por dizer que, em apenas 10 anos, três organizações lideradas por mulheres – incluindo a minha, ENERGIA, a Solar Sister e a Frontier Markets – apoiaram mais de 42.000 mulheres empreendedoras que operavam em mercados carentes onde as redes de distribuição comercial são inadequadas. Essas em-



Fatou e os painéis solares da iniciativa



preendedoras já impulsionaram as economias locais nas suas comunidades prestando serviços de energia renovável para mais de 21 milhões de consumidores.

Isso mostra o impacto imediato e os resultados tangíveis que podem ser alcançados quando organizações de mulheres assumem a liderança. Para nós, na ENERGIA, enfrentar essa crise e esses desafios vai além de prestar serviços na área da energia. Um divisor de águas para nós foi juntar essas mulheres com atuação nas bases com quem colaboramos, para formarem associações. Uma mulher da zona rural, sozinha, tem poucas oportunidades para mudar políticas e normas. Mas quando se juntam em grupos de 200, sua capacidade é coletivamente alavancada para atuar sobre a economia formal, e ocuparem espaços de tomada de decisão que anteriormente lhes eram totalmente inacessíveis. Juntas em grupos, essas mulheres podem articular as suas próprias questões, veicular suas próprias demandas, defender seus próprios interesses e até influenciar o cenário político, apoiando e aprovando políticas de âmbito nacional e regulamentações que defendam a equidade de gênero.

Para ampliar esses impactos transformadores, torna-se absolutamente necessário abrir novos caminhos de apoio financeiro capazes de direcionar investimentos internacionais para organizações de mulheres de base. É escandaloso que somente 6% do financiamento climático para energia seja atualmente destinado ao combate da pobreza energética, e apenas 9% do financiamento do setor climático seja destinado à equidade de gênero. Será que isso é realmente o melhor que podemos fazer para envolver as mulheres no setor energético? Minha resposta é um sonoro “não”. Veja bem, vamos pensar numa transição energética transformadora que meça o sucesso não apenas pelo fornecimento de unidades de energia, mas sim pelos passos significativos que damos na equidade de gênero e na justiça social! O setor energético para o qual todos deveríamos estar nos direcionando é aquele que nos conchama a sermos coletivamente responsáveis por acabar com a pobreza energética. Trata-se

de propiciar a mulheres dos países em desenvolvimento as oportunidades para reivindicar seu poder como lideranças, condutoras de uma transição energética justa e inclusiva. Para mim, a convocação para agir está clara. Sejam todos arquitetos e arquitetas da mudança, conformando um futuro em que ninguém seja deixado para trás, e onde as mulheres estejam na linha de frente de um mundo mais brilhante e sustentável!

HIVOS E O EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES

O empreendedorismo das mulheres é uma poderosa força motriz de mudanças sociais e econômicas, especialmente em comunidades rurais e marginalizadas. Mulheres vêm derrubando barreiras pelo mundo afora, liderando empreendimentos e transformando indústrias. Ainda assim, continuam a enfrentar desafios sistêmicos, como a discriminação de gênero e limitações no acesso a recursos, a formação e a espaços decisórios. Programas como Mulheres Rurais Cultivando a Mudança (RWCC, na sigla em inglês), Energizando o Poder das Mulheres na América Central, ENERGIA, dentre outros trabalham para derrubar essas barreiras capacitando as mulheres, propiciando-lhes recursos e as oportunidades de liderança necessárias para prosperarem enquanto empreendedoras nos setores de energias renováveis e alimentação sustentável.

O Programa de Empoderamento Econômico de Mulheres do ENERGIA apoia mulheres empreendedoras no setor das energias renováveis que estão à frente de empresas que trabalham com energias limpas ou que vendem aparelhos acionados por energias limpas. Reconhecendo os múltiplos desafios que as mulheres empreendedoras enfrentam, o programa dispõe de uma abordagem integrada. Ele não só propicia treinamento e apoio individual como também conecta mulheres empreendedoras a fornecedores(as) e mercados, facilita o acesso a capital, constrói parcerias e atua em prol de políticas sensíveis a gênero.



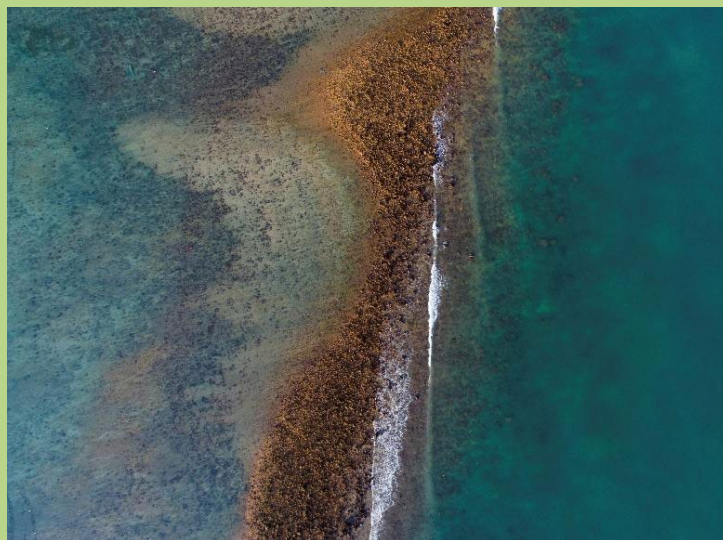
A vida das pescadoras na Indonésia diante da crise climática

Trisa Lusiandari¹

Na Indonésia, um país arquipelágico, os recursos marinhos são uma das mais importantes contribuições, tanto para o sustento local quanto para a segurança alimentar. Na província oriental de Nusa Tenggara, a cidade de Kupang é uma das áreas que se tornou centro comercial para o pescado marinho. Nas comunidades pesqueiras de pequeno porte, os homens costumam estar responsáveis pela etapa de captura do pescado em si, enquanto as mulheres ocupam-se das etapas posteriores de beneficiamento – ainda que, por vezes, haja sobreposições nesses papéis. Ambas as atividades contribuem para o sustento das famílias.

Contudo, tanto o pescado quanto os pescadores enfrentam crescentes desafios por conta dos riscos característicos das regiões costeiras e das mudanças climáticas. Um bom exemplo disso é o ciclone Seroja, que atingiu a região em 2021: ele está classificado na categoria de desastre hidrometeorológico, assim como boa parte dos eventos climáticos extremos que vêm assolando a Indonésia nos últimos dez anos, um claro e violento impacto da crise climática.

Os graves impactos da crise climática resultam em perturbações ecológicas consideráveis para esse vasto ecossistema marinho. E vêm causando a pescadores de pequena escala a perda de territórios e de seus meios de sustento, que então precisam levar suas embarcações para áreas mais remotas a fim de encontrar o que pescar, dada a escassez crescente nas regiões mais próximas. Como consequência, esses deslocamentos au-



Região de Pasir Panjang

mentam os custos de produção. As comunidades litorâneas também têm enfrentado inundações de maré mais frequentes e mais altas do que de costume.

Yasinta, pescadora na região de Pasir Panjang, na cidade de Kupang, foi impactada pelo ciclone Seroja. Seu barco e todo o equipamento de pesca se perderam no desastre, perdas que também acometeram outros que vivem da pesca na região, levando-os a terem que recomeçar praticamente do zero.

“Foi uma situação difícil; entretanto, precisamos nos adaptar para sobreviver. Alguns dos meus amigos resolveram ir para a Malásia ou para Calimantã buscar trabalho nas plantações de dendê,” admitiu Yasinta.

Os impactos da mudança climática não são neutros em termos de gênero: o sustento das

¹ Trisa Lusiandari é oficial de projetos do programa *Vozes pela Ação Climática Justa* na Fundação Humanis (afiliada à Hivos) na Indonésia. Profissional com formação em Ciências Sociais e Assuntos Humanitários Internacionais, Trisa está comprometida com a construção de um mundo mais justo e sustentável.



Yasinta, pescadora de Kupang, na região de Pasir Panjang atua no Conselho de Pescadores Unidos pelos direitos das pescadoras e comunidades pesqueiras

mulheres pode ser afetado de maneira desproporcional, particularmente nas comunidades litorâneas. A crise climática vem afetando a economia como um todo e a renda das famílias pesqueiras; por conta disso, as mulheres acabam ficando mais vulneráveis a inúmeras formas de violência baseada em gênero. Além disso, para as pescadoras, o fardo econômico é particularmente pesado, pois são elas que acabam tentando diversificar suas fontes de renda dispondo-se a desempenhar diferentes tarefas, como a de camelôs ou a de artesãs, sem se desligar das suas atribuições domésticas, arcando, assim, com um ônus mais pesado.

“Como não temos mais barco, o meu marido foi trabalhar como mototaxista, e eu passei a vender peixe frito ou qualquer outro tipo de comida com frutos do mar, junto com várias outras mulheres, para poder trazer algum dinheirinho para casa. Também passei a fazer salgadinhos de alga marinha.”

Os pescadores de pequena escala e outros partícipes dessa cadeia de suprimentos dependem muito dos recursos marinhos para viver e,

para lidar com as mudanças climáticas, dispõem das práticas que herdaram de seus antepassados em escala local.

“Desde criança, sempre ajudei o meu pai a plantar manguezais e hibisco-do-mar (que tem o nome local de *waru*) na orla da praia. Ele dizia que essas plantas servem de quebra-mar”, conta-nos Yasinta, que nasceu em família de pescadores em Pasir Panjang.

Yasinta e os moradores de outras comunidades costeiras vieram a conhecer os benefícios desse plantio décadas mais tarde. Durante a maré alta, sua barraca de comida e os barcos ancorados à beira da praia ficam em segurança justamente por causa do hibisco-do-mar. Ela continua a lançar mão desse conhecimento e práticas inestimáveis, que fomentam a resiliência da comunidade diante das mudanças climáticas. Yasinta estimula as comunidades litorâneas a preservarem e expandirem seu plantio para que elas possam continuar protegendo-as contra desastres.

Com efeito, o hibisco-do-mar não apenas arrefece a força das ondas, como também evita que a área costeira se resseque, sendo ainda usado pela comunidade de pescadores como abrigo onde podem descansar enquanto esperam a maré retroceder.

Ainda que a realidade tenha demonstrado a significância das mulheres e o seu papel no setor pesqueiro, nas áreas litorâneas elas costumam não ser reconhecidas como pescadoras por causa da segregação de gênero que predomina na sociedade, e também em função da estreita definição legislativa do que é a atividade pesqueira. Com base na Lei nº 7 de 2015, relativa à proteção e empoderamento de trabalhadores nos ramos da pesca e das salinas, os pescadores são aqueles cujo sustento advém da pesca. Por outro lado, as pesquisas demonstram que há mulheres envolvidas em todas as etapas da cadeia de valor da pesca, tanto antes, quanto durante ou depois da captura dos peixes propriamente dita. Portanto, torna-se difícil que as mulheres tenham em seus documentos de identificação nacionais o reconhecimento enquanto profissionais que vivem da pesca, e também que tenham acesso aos

vários programas de desenvolvimento voltados para a comunidade pesqueira.

Sendo mãe de três filhos, Yasinta – assim como várias outras pescadoras em Kota Kupang – atua hoje no *Majelis Nelayan Bersatu* (Conselho de Pescadores/as Unidos/as), que reúne grupos de pescadores e pescadoras de várias áreas litorâneas da cidade de Kupang. Essa associação conta com o apoio da Coalisão SIPIL, dentro do programa VAC, e milita em prol dos direitos das comunidades pesqueiras, inclusive das mulheres pescadoras. O Conselho também auxiliou seus membros a conseguirem o Cartão de Membro de Negócio Pesqueiro (KUSUKA) emitido pelo Departamento da Pesca da cidade de Kupang, incluindo-se as pescadoras mulheres. Esse cartão lhes dá acesso a serviços públicos para pescadores/as e demais profissionais envolvidos com a pesca.

Com o intuito de fortalecer a sua militância na proteção marinha, Yasinta vem atuando como voluntária do departamento de guarda marinha da cidade de Kupang (RAPALA) desde 2024. Esse comitê foi formado pela Agência de Segurança Marítima a fim de proteger o litoral e o seu ambiente marinho.

Para ela, cuidar do meio ambiente não se restringe ao papel de cuidadora. Os cuidados fazem parte da infraestrutura frequentemente invisível de toda a vida. Trata-se de um papel comumente desempenhado por mulheres e outros grupos marginalizados, e envolve comunidades e sociedades. Portanto, o trabalho de cuidados vai além do cuidado e do domicílio, estendendo-se aos demais ambientes vivos. Esse tipo de trabalho costuma ser desempenhado nos “espaços de interconexão” (entre a pesca, o comércio e a casa; entre o trabalho no mar ou no mercado, ou ainda na organização de eventos e na manutenção das instalações comunitárias) e nos “momentos de interconexão” (antes e depois das ta-

refas domésticas e daquelas desempenhadas no mar). Fica claro que o cuidado permeia as esferas tanto públicas quanto privadas. Por exemplo, Yasinta costuma tomar conta de seu filho, que está com 11 anos de idade, e o envolve nas tarefas de limpeza da praia tanto quanto nos esforços de evitar que as pessoas deixem lixo por onde passam. Ela também ensina o marido a fazer recipientes a partir de roupas usadas.

Tanto em sua capacidade individual quanto no trabalho ambiental realizado através de coletivos, as mulheres apagam as fronteiras entre o público (espaços comunitários, locais de trabalho formal) e o privado (em casa). Portanto, esse tipo de trabalho costuma ser ignorado ou subestimado nas aferições oficiais da atividade econômica. É necessário que se façam mudanças sistêmicas para dar destaque ao trabalho dos cuidados, e que normalmente é determinado por gênero, etnia e classe.

O cuidado com o meio ambiente através da busca de soluções climáticas locais e “verdes” também é obrigação dos homens.

Yasinta deseja que as mulheres no Conselho de Pescadores/as continuem falando abertamente sobre as mudanças climáticas e as iniciativas locais, inclusive sobre a adaptação e a mitigação, a fim de proteger o ecossistema enquanto sua principal fonte de subsistência. Incluem-se suas atividades de militância em prol dos direitos das populações pesqueiras e suas questões prioritárias, de forma que elas possam conseguir apoio dos órgãos oficiais de pesca.

Alimentar e prover as necessidades básicas em suas casas e comunidades é algo que está relacionado a cuidar tanto de seres humanos quanto do meio ambiente. Deveríamos nos concentrar em compartilhar e coletivizar o trabalho dos cuidados, ao mesmo tempo em que nos esforçamos para atingir as metas ambientais.



Considerações Finais

Paula Franco Moreira¹ e Graciela Rodriguez²

Esta publicação buscou trazer uma abordagem interseccional entre ecofeminismo e a ação climática nas esferas global, nacional e comunitária, no intuito de alertar que as soluções climáticas adotadas precisam incluir ações para transformar as causas profundas da crise climática e as desigualdades enfrentadas pelas mulheres do Sul Global e outras minorias.

Por mais complexas e diversas as análises dos capítulos e histórias trazidos aqui, de algum modo, todos os textos que compõem este livro apontam nesse sentido geral e comum: de que, adotar uma perspectiva que entrecruza *ecofeminismo* e *justiça climática* pode levar ao desenvolvimento de ferramentas e ações climáticas locais e globais de modo que: 1) não sobrecarreguem de trabalho as mulheres e comunidades, 2) não destruam culturas e sistemas tradicionais do Sul Global, 3) não reforcem a influência colonial e imperialista do passado, e 4) fortaleçam soluções nascidas e criadas no Sul Global e pelas comunidades.

Nesse sentido, fica evidente a base ecofeminista comum aos artigos e estudos de caso de nossa publicação. De fato, desde o início da década de 1970, muitas feministas, especialmente as ecológicas (*“ecofeministas”*), têm defendido que o meio ambiente é uma questão feminista. Mas o que torna o ambiente (ou a ecologia) uma ques-

tão feminista? Existe relação e qual entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza? Como e por que o reconhecimento dessas conexões é importante para o feminismo? Responder a estas perguntas é do que, em grande parte, o ecofeminismo trata.

Para isso, precisamos pensar as muitas conexões “mulher-natureza”, pois elas nos apresentam diversas perspectivas para entender o ecofeminismo. Pois lembremos que, assim como não há um único feminismo, não há também um único ecofeminismo. Uma dessas conexões que tem alimentado a perspectiva ecofeminista mais difundida no Brasil (e em outros países) é a responsabilidade com o cuidado da natureza que as mulheres têm tomado para si. Por toda parte, nos territórios populares, é possível ver essa relação estreita e essa presença das mulheres à frente das principais lutas pela preservação da natureza e também liderando as situações provocadas pelos desastres climáticos.

Uma segunda linha de argumentação tem conectado o cercamento das mulheres ao cercamento da natureza, encontrando importantes ligações entre ambas as dominações, estruturadas pelos interesses de acumulação de riquezas do patriarcado, antigo conhecido das mulheres. A visão patriarcal, hegemônica no mundo, e nos

¹ Paula articula mulheres do Sul Global em prol de uma sociedade justa, decolonial, inclusiva, sustentável e feminista. Atua também com a ampliação de soluções climáticas locais e planejamento urbano à luz da justiça climática. É gerente do programa Vozes por uma Ação Climática Justa (VAC) da Hivos no Brasil, que fortalece a sociedade civil de 9 países do Sul Global (Brasil, Bolívia, Paraguai, Zâmbia, Quênia, Tunísia e Indonésia) para avançar a pauta da justiça climática. É advogada, doutora em relações internacionais em redes transnacionais de ativismo no Sul Global (UnB), pós-doutora em monitoramento participativo de hidrelétricas na Bacia Amazônica (Universidade Federal do Tocantins em conjunto com Universidade da Flórida) e em planejamento energético a luz dos Direitos Humanos (Unicamp).

² Mestra em Sociologia, com estudos em gênero, coordenadora do Instituto EQÜIT - Gênero, Economia e Cidadania Global; Co-coordenadora da Rede de Gênero e Comércio América Latina; Coordenadora da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos desde 2020; Coordenadora Global da IGTN *International Gender and Trade Network*. 2006 – 2010. Participa de diversas articulações e redes de movimentos sociais e do movimento feminista, no Brasil e na América Latina, para focar em questões macroeconômicas, relacionadas à globalização, acordos de comércio e investimento, processos de integração regional, BRICS e G20, negociações climáticas etc. e seus impactos de gênero.

séculos recentes fortalecida pelo capitalismo, tem tido essa mirada comum sobre corpos e territórios, sobre mulheres e natureza.

Finalmente, mas sem esgotar as inúmeras interpretações da relação natureza-cultura, também as mulheres – como mostra esta publicação, em todos os 17 estudos de caso – vêm conseguindo estabelecer uma relação harmoniosa com a natureza, a proteção dos recursos naturais com vistas à sua utilização pelas futuras gerações, bem como a prática de saberes ancestrais no enfrentamento às mudanças climáticas.

Além disso, através dos textos desta publicação (elaborados por grupos de mulheres organizados do Sul Global, parceiras Hivos), procuramos evidenciar a necessária e inegável conexão, cada vez maior, entre os temas de *cuidado* e *clima*. Isso quer dizer que as políticas públicas de cuidado e a agenda de adaptação às emergências climáticas devem conversar, ser articuladas através de uma agenda de diálogo. Ficou evidente que a chamada economia do cuidado ocupa papel central no contexto das emergências climáticas, enquanto o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres permanece gratuito e invisível nas políticas públicas nos 7 países aqui trazidos. Da mesma maneira, a desvalorização do trabalho de cuidado e de reprodução humana estão profundamente entrelaçadas com processos de expropriação territorial e com a lógica predatória do capital. Dessa forma, vimos que, a crise climática também se manifesta como uma crise da reprodução social, afetando prioritariamente os corpos e territórios das mulheres.

O próximo passo deve ser o reconhecimento dos serviços de cuidado enquanto uma necessidade fundamental para a adaptação climática, e que deve estar incluído no financiamento climático. Desta maneira, o tema da economia de cuidado deve ser vinculado, obrigatoriamente às agendas de financiamento climático e de perdas e danos, que certamente serão tema de discussão durante a 30ª Convenção Quadro da ONU de Mudança de Clima (ou COP 30), que acontece ainda neste ano, em Belém, Brasil. Os textos aqui lançados, de autoria de 27 mulheres de 7 países

do sul global constituem um arrazoadado robusto das necessidades e demandas que permitem elaborar propostas para uma mudança de paradigma no sistema de financiamento climático: de forma que ele seja criado a partir dos territórios, à luz da justiça, equidade de gênero e cuidado.

Como foi dito (artigo n.4), existem enormes oportunidades para as mudanças. Para tal, precisamos superar as desigualdades e reimaginar e recuperar o equilíbrio entre as pessoas e a natureza. Isso só será possível através da liderança e responsabilidade da sociedade civil nos territórios e da potencialização de soluções climáticas locais, em especial lideradas por mulheres. Através de inovação aliada a conhecimentos tradicionais e contra-hegemônicos, com uma abordagem de justiça climática, e fortes parcerias para a ação climática justa, unir sociedades com diversos conhecimentos, multi e transdisciplinares, do norte ao sul do planeta terra.

Alternativas de enfrentamento aos impactos da mudança climática já existem e estão sendo implementadas por mulheres racializadas do Sul Global, embora frequentemente permaneçam na invisibilidade. Tais práticas vão desde a reorganização dos sistemas comunitários de cuidado, a utilização de rádios comunitárias para disseminar alertas meteorológicos, até o estabelecimento de bancos comunitários de preservação de sementes por técnicas ancestrais, a implantação de hortas coletivas e a consolidação de redes de apoio mútuo entre mulheres. A permuta de sementes crioulas, por exemplo, configura-se como uma tática crucial para combater a perda de agrobiodiversidade e insegurança alimentar. Esta publicação é um chamado urgente para o reconhecimento de que as soluções para a crise climática não se resumem à inovação tecnológica, e que dependem profundamente da sabedoria ancestral, da preservação da biodiversidade e da força organizativa das comunidades que vivem e cuidam da terra, e em particular, das mulheres organizadas no Sul Global.

A equidade de gênero é uma alavanca poderosa para a resiliência climática. Para maximizar seu impacto, é essencial que gestores e institui-

ções adotem uma abordagem que amplie o acesso das mulheres a terra e sua titulação, a crédito e tecnologia, e que ao mesmo tempo valorizem os saberes e ações comunitárias já existentes. Mais do que justiça social, esta é uma estratégia fundamental para transformações sistêmicas e também incluída na proposta de justiça climática feminista da ONU Mulheres (2023). Para maior impacto, é prioritário que gestores e instituições adotem uma abordagem tripla: ampliar o acesso das mulheres a recursos (tecnologia, terra, crédito) rumo à equidade; valorizar o saber local por meio de metodologias participativas, fortalecendo assim as capacidades já existentes nas comunidades; e incentivar a participação equitativa entre homens e mulheres e todos os gêneros em fóruns de tomada de decisões.

Por fim, conclamamos aos formuladores de políticas, financiadores e a sociedade civil que adotem esses princípios para garantir que o financiamento climático realmente beneficie os

mais impactados — especialmente mulheres do Sul Global e comunidades marginalizadas.

Se as mudanças climáticas estão chegando e crescendo, na percepção das populações de todo o Brasil, muitas mulheres já se transformaram em articuladoras ambientais, formando redes que incluem as agendas ambientais em grande número de estados no Brasil e outras regiões do planeta. Como vimos aqui, com especial destaque de atuação para as organizações de mulheres da Amazônia, como a Rede Jandyras, responsável pela criação do Fórum Municipal de Mudanças Climáticas de Belém, as Quebradeiras de Coco Babaçu e as Seringueiras do Acre, que mantêm seus lares e florestas em pé, ou as indígenas Baré, que asseguram a reprodução humana através de um parto humanizado, e enfim, todas elas, juntas, segurando, de sul a sul, o mundo com as próprias mãos.

Certas de que aqui plantamos muitas sementes para um futuro possível!!







ISBN 9786587508191



9 786587 508191



Realização: **INSTITUTO**
equit
GÊNERO, ECONOMIA
E CIDADANIA GLOBAL

Hivos
people unlimited

Financiador: **VAC**
VOZES PELA AÇÃO CLIMÁTICA JUSTA